

NILVA CELESTINA DO CARMO

**PROGRAMA MULHERES MIL: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C287p
2019 Carmo, Nilva Celestina do, 1968-
Programa Mulheres Mil : uma análise multidimensional /
Nilva Celestina do Carmo. – Viçosa, MG, 2019.
xiii, 158 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Programa Mulheres Mil (Brasil). 2. Violência contra a
mulher. 3. Bem-estar . I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 353.5337

NILVA CELESTINA DO CARMO

**PROGRAMA MULHERES MIL: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título *Magister Scientiae*.

APROVADA: 20 de fevereiro de 2019.



Daniela Leandro Rezende



Brasilina Elisete Reis de Oliveira



Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Gratidão!

É o sentimento que transborda em meu ser, nesta etapa da minha vida. Neste percurso de 50 anos de vida, tenho muito a agradecer, em especial, a uma pessoa que sempre me incentivou, minha mãe, Isabel (Bilica), minha heroína. Infelizmente, hoje ela não está no meio de nós. Mesmo com todas as dificuldades, com todas as limitações, inclusive aquelas impostas pelo patriarcado, sempre incentivou a mim, às minhas irmãs e aos irmãos a não nos acomodarmos. Ensinou-nos a sempre buscar algo além dos nossos limites. Agradecimento também especial ao meu pai, Pedro, que ao tentar impedir a filha de estudar estava incentivando a sua rebeldia e dando a ela o combustível necessário para sair daquele ciclo e alçar outros voos.

Agradeço à minha orientadora, Maria das Dores Saraiva de Loreto, por sua competência, pelos ensinamentos transmitidos, pela paciência, pela compreensão e pelo carinho. Foi uma caminhada muito amparada por ela. Os resultados são fruto também da amizade que construímos neste percurso. Obrigada!

À pesquisadora Fabíola Faria da Cruz Rodrigues, pela valiosa contribuição, pela parceria e pela amizade.

Ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, nas pessoas do professor Marcelo Milagres (diretor do campus Barbacena) e professor André Diniz (diretor do campus Santos Dumont), por disponibilizarem as informações e o espaço institucional para a realização da pesquisa.

Às queridas Bianca Monteiro Marques Alves, a personificação do Programa Mulheres Mil, e Geísa Soares, com sua alegria contagiante, que juntamente com as equipes dos projetos de extensão do Programa Institucional de Apoio à Extensão (PIAEX), Ana Carolina, Bianca Alvim, Camila, Gélica, Kássia e Sarah Munck, contribuíram significativamente para a realização do meu trabalho. Minha eterna gratidão.

Agradeço também, pelos gestos de carinho e apoio constante, a todos os familiares, em especial, aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos, primos, tios e afilhados, e aos amigos, que sempre estiveram na torcida e comemoram comigo todas as minhas conquistas. Agradeço, inclusive, por entenderem minha ausência em algumas ocasiões.

Agradecimento mais que importante para aquele que é o meu maior incentivador, parceiro, amigo, conselheiro, o amor da minha vida, Alan. Sempre ao meu lado. Amo você!

Agradeço a Deus, pelas oportunidades, pelos obstáculos, pelos desafios, pelas conquistas, pelas frustrações e pelas pessoas que foram colocadas no meu percurso de vida.

Enfim, meu agradecimento às mulheres egressas do PMM que participaram da pesquisa, e a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta conquista.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA	1
1.1 Contextualização, problematização e justificativa	1
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivo geral	7
1.2.2 Objetivos específicos	7
2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	9
3 REVISÃO DA LITERATURA	11
3.1 Configuração do fenômeno da violência	11
3.2 Política pública educacional como estratégia de atenuação da violência: O caso Programa Mulheres Mil	14
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
4.1 Violência doméstica e de gênero	17
4.2 Bem-Estar Subjetivo (BES)	22
5 METODOLOGIA	24
5.1 Tipo de pesquisa	24
5.2 Local de estudo	24
5.3 Público envolvido	25
5.4 Matriz metodológica	25
5.5 Dos procedimentos para análise dos dados	28
5.6 Revisão integrativa	28
5.7 Análise estatística sobre o ciclo da política do PMM	29
5.8 Análise estatística descritiva	30
5.9 Análise textual	30
5.10 Análise da escala de bem-estar subjetivo	30
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
ARTIGO 1	38
O PROGRAMA MULHERES MIL E SUAS INTERFACES: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA	38
Resumo	38
THE PROGRAMA MULHERES MIL AND ITS INTERFACES: AN INTEGRATIVE APPROACH	38
Abstract	38
1 Introdução	38
2 Metodologia	40
3 Resultados e Discussões	42
4 Considerações Finais	58
5 Referências Bibliográficas	58
ARTIGO 2	61

O FLUXO POLÍTICO DO PROGRAMA MULHERES MIL E SUAS INTERFACES COM O PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS	61
Resumo.....	61
Abstract	61
1 Introdução	62
2 Referencial da literatura	63
2.1 A concepção, construção e implementação do Programa Mulheres Mil, como política pública educacional, no Brasil	63
3 Metodologia	67
4 Resultados e discussão	69
4.1 Perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres.....	69
4.2 Regressão logística.....	73
4.3 Associação entre o perfil feminino e as variáveis trabalho e Pronatec.....	74
5 Considerações finais.....	78
6 Referências bibliográficas	78
ARTIGO 3.....	81
O ALCANCE DO PROGRAMA MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, NA PERCEPÇÃO DE SEUS EXECUTORES	81
Resumo.....	81
Abstract	81
1 Introdução	81
2 Revisão de literatura.....	83
3 Metodologia	86
4 Resultados e discussão	87
4.1 A Evolução e a lógica de funcionamento do Programa	87
5 Considerações finais.....	100
6 Referências bibliográficas	102
ARTIGO 4.....	105
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA VIVENCIADA PELAS MULHERES DO PROGRAMA MULHERES MIL: CARACTERIZAÇÃO, ASSOCIAÇÕES, PERCEPÇÕES E REPERCUSSÕES.	105
Resumo.....	105
SITUATION OF VIOLENCE EXPERIENCED BY WOMEN OF THE THOUSAND WOMEN PROGRAM: CHARACTERIZATION ASSOCIATIONS, PERCEPTIONS AND REPERCUSSIONS.....	105
Abstract	105
1 Introdução	106
2 Procedimentos metodológicos	108
3 Resultados e discussão	110
3.1 Caracterização do perfil socioeconômico das mulheres do PMM e sua associação com a violência.....	110
3.2 Associação entre as variáveis situação financeira feminina e presença de violência	116
3.3 Características e percepções sobre a situação de violência contra a mulher.....	119
3.3.1 Presença de violência, tipo de agressão, vínculo com o agressor e local da ocorrência da agressão	119
3.3.2 Percepções das mulheres sobre a situação de violência vivenciada	122
3.3.3 Repercussões do Programa sobre a realidade das mulheres vitimizadas	127
4 Considerações finais.....	129

5 Referências bibliográficas	130
ARTIGO 5.....	133
IMPACTO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO BEM-ESTAR SUBJETIVO DE SUAS EGRESSAS: UMA ABORDAGEM QUALI-QUANTITATIVA.....	133
Resumo.....	133
IMPACT OF THE THOUSAND WOMEN'S PROGRAM ON THE SUBJECTIVE WELFARE OF ITS EGRESSSES: A QUALI-QUANTITATIVE APPROACH	133
Abstract	133
1 Introdução	133
2 Metodologia	135
3 Resultados e discussão	136
4 Considerações Finais.....	147
6 Referências bibliográficas	148
3 CONCLUSÃO GERAL	150
APÊNDICES	153
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE EXECUTORES DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	153
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE MULHERES PARTICIPANTES DO PROGRAMA MULHERES MIL	154
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - EXECUTORES DO PROGRAMA MULHERES MIL	155
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL	156

LISTA DE FIGURAS

Página

Artigo 1

- | | | |
|---|---|----|
| 1 | Grafo de similitude representativo dos resumos dos estudos pesquisados, no período de 2012 a 2018 | 57 |
|---|---|----|

Artigo 4

- | | | |
|---|---|-----|
| 1 | Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade moradoras em domicílios particulares, por sexo, segundo a relação de parentesco com a pessoa responsável pela família. Brasil, 2010 | 119 |
| 2 | Apresentação do diagnóstico de violência doméstica e de gênero..... | 120 |
| 3 | Nuvem de palavras indicativas do(s) sentimento(s) sobre a situação de violência vivenciada pelas participantes do PMM | 122 |
| 4 | Visão sobre o pior tipo de violência sofrida..... | 123 |
| 5 | Percepções das entrevistadas sobre os motivos da violência contra a mulher | 125 |

LISTA DE QUADROS

	Página
1 Matriz metodológica do projeto de pesquisa Programa Mulheres Mil: uma abordagem multidimensional	26
Artigo 1	
1 Critérios de inclusão de estudos científicos sobre o tema “Programa Mulheres Mil, violência doméstica e de gênero e bem-estar subjetivo”, no período de 2012 a 2018	41
2 Descrição das publicações de acordo com as áreas de conhecimento das publicações relativas ao período de 2012 a 2018	47
3 Apresentação das categorias emergidas da análise de conteúdo sobre as sinopses e principais considerações referentes às temáticas: Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero, nas publicações selecionadas das bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2018	51
5 Apresentação das categorias emergidas da análise de conteúdo sobre as sinopses e principais considerações referentes às temáticas Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo, nas publicações selecionadas das bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2018	55

LISTA DE TABELAS

	Página
Artigo 1	
1 Número de estudos científicos encontrados de acordo com as palavras-chave, no período de 2012 a 2018.....	44
2 Pontuação final das publicações científicas selecionadas a partir dos critérios da revisão integrativa, no período de 2012 a 2018.....	45
Artigo 2	
1 Perfil socioeconômico das mulheres do PMM e Pronatec, em Minas Gerais	70
2 Resultados da regressão logística binária entre acesso ao trabalho e perfil feminino.....	73
3 Resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis, em relação à variável trabalho	74
4 Resultado do teste χ^2 quanto à associação entre perfil feminino e a variável Pronatec	76
Artigo 4	
1 Caracterização do perfil socioeconômico das participantes do PMM, 2018	111
2 Apresentação da associação entre situação financeira e violência contra a mulher.....	117
3 Caracterização das questões relacionadas à violência contra as mulheres participantes da pesquisa (n = 30), segundo o tipo da agressão, o vínculo com o agressor e o local da ocorrência da agressão	121
Artigo 5	
1 Caracterização do perfil socioeconômico das participantes do PMM, Minas Gerais, 2018.....	137
2 Fatores positivos do BES, antes e depois de participar do PMM, Minas Gerais, 2018.....	128
3 Fatores negativos do BES, antes e depois de participar do PMM, Minas Gerais, 2018.....	140
4 Satisfação com a vida, antes e depois de participar do PMM, Minas Gerais, 2018.....	141

	Página
5 Medida de tendência central dos fatores de bem-estar subjetivo das participantes do PMM, Minas Gerais, 2018.....	143
6 Análise da associação entre perfil das mulheres e fatores positivos e negativos do bem-estar subjetivo e satisfação com a vida, antes e após o PMM, apurada com o teste de Kruskal-Wallis, Minas Gerais, 2018.....	145
7 Resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis relativas ao perfil feminino e aos fatores de bem-estar subjetivo e satisfação com a vida, das participantes do PMM, Minas Gerais, 2018	146

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACCC	Associação dos Colleges Comunitários do Canadá
AI/GM	Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro
ARAP	Reconhecimento de Aprendizagem Prévia
BES	Bem-Estar Subjetivo
BSM	Brasil Sem Miséria
CadUÚnico	Cadastro Único
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEFETS	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CERTIFIC	Rede Nacional de Certificação
CIDA/ACDI	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CONCEFET	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CONIF	Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EBES	Escala de Bem-Estar Subjetivo
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação do Ceará
IFPR	Instituto Federal de Educação do Paraná
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRaMuTeQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PBE	Prática Baseada em Evidências
PMM	Programa Mulheres Mil
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REDENET	Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SPM_PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SPSS	Software Statistical Package for the Social Sciences.
UNIRIC	Centro Regional de Informações das Nações Unidas
χ^2	Qui-Quadrado

RESUMO

CARMO, Nilva Celestina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2019. **Programa Mulheres Mil: Uma análise multidimensional.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Coorientador: Gustavo Bastos Braga.

A avaliação de políticas/programas tem se destacado pela contribuição de seus resultados para a sociedade brasileira. Neste estudo, buscou-se examinar o Programa Mulheres Mil (PMM) sob diferentes dimensões, com ênfase em suas repercussões sobre o controle da violência e o bem-estar feminino. A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado, que tem se intensificado em todas as sociedades. No Brasil, a cada 7 minutos uma mulher sofre violência, com chances de feminicídio e com efeitos sobre o bem-estar. Diante desse cenário foi proposto o PMM, que tem entre seus objetivos a atenuação da violência por meio do aumento do nível de escolaridade, profissionalização e inserção produtiva e social. No tocante às mulheres que participaram do Programa e que vivenciam situações de violência, questionou-se: O Programa Mulheres Mil, de acordo com sua metodologia e objetivos propostos, tem alcançado a eficácia, em termos de seu funcionamento, ciclo político, minimização da violência e alcance do bem-estar subjetivo? Para responder à questão proposta optou-se pela abordagem metodológica quanti-qualitativa, tendo como fundamentação teórica a violência doméstica e de gênero e o bem-estar subjetivo. A pesquisa teve como local de estudo as cidades mineiras de Barbacena e Santos Dumont, que ofereceram o Programa Mulheres Mil, por intermédio do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. O público envolvido compreendeu os gestores do Programa, além das mulheres beneficiárias. Para a coleta de dados, foi feito o uso da pesquisa censitária e documental, de questionários e da entrevista semiestruturada, cujos dados foram analisados pela estatística descritiva, comparativa e de associação (análise bidimensional), regressão, além de análise textual. A análise dos dados qualitativos foi realizada com o auxílio do software IRaMuTeQ, enquanto os dados quantitativos foram analisados estatisticamente por meio do software SPSS. Os resultados evidenciaram que o PMM interferiu na vida das participantes do Programa, ao proporcionar conhecimento, promover a elevação da autoestima, influenciar positivamente o bem-estar subjetivo feminino e, conseqüentemente, contribuir para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

ABSTRACT

CARMO, Nilva Celestina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February 2019. **Programa Mulheres Mil: A multidimensional analysis.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-adviser: Gustavo Bastos Braga.

The evaluation of policies/programs has been highlighted by the contribution of its results to the Brazilian society. In this sense, it was sought to examine the Programa Mulheres Mil (PMM), under different dimensions, with emphasis on its repercussions on the control of female violence and well-being. The violence against women is a multifaceted phenomenon, which has increasingly intensified in all societies and social groups. In Brazil, every 7 minutes a woman suffers violence, with chances of femicide and effects on well-being. In view of this scenario, the PMM was proposed, which has among its objectives the mitigation of violence, due to the increase in the level of schooling, professionalization, productive and social insertion. Regarding the women who participated in the Program and who experience situations of violence, questioned: The Thousand Women Program, according to its proposed methodology and objectives, has achieved effectiveness in terms of its functioning, political cycle, minimization of violence and scope of Subjective Well-Being? In order to answer the proposed question, we opted for the quantitative-qualitative methodological approach, based on the theoretical basis of Domestic Violence and Gender and Subjective Well-Being. The research was based on the Minas Gerais cities of Barbacena and Santos Dumont, which offered the Programa Mulheres Mil, through the Federal Institute of Southeastern Minas Gerais. The public involved included program managers, as well as women beneficiaries. In order to collect data, we used census and documentary research, questionnaires and semi-structured interviews, whose data were analyzed by Descriptive, Comparative and Association Statistics (Two-Dimensional Analysis), Regression, as well as Textual Analysis. The analysis of qualitative data was done with the help of the Iramuteq Software, while the quantitative data were analyzed statistically through SPSS software. The results showed that PMM interfered in the life of the participants of the program, by providing knowledge, promoting the elevation of self-esteem, influencing positively the female subjective well-being and, consequently, contributing to the confrontation of domestic violence against women.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 Contextualização, problematização e justificativa

Com o aprofundamento das crises econômicas, sociais e políticas e o movimento da nova administração pública, diferentes tipos de avaliação das políticas públicas têm se destacado, com o intuito de examinar a real eficácia das ações interventoras na realidade social, pois, com ressaltam Trevisan e Bellen (2008, p. 529), a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas é fundamental para o melhor desempenho da administração pública.

Neste estudo, buscou-se avaliar o Programa Mulheres Mil, sob o olhar de seus implementadores e beneficiários, baseando-se em uma perspectiva multidimensional, ou seja, examinando diferentes unidades de análise ou dimensões, considerando a existência de alteração do fluxo político e do funcionamento do PMM, como também seus diferentes objetivos, com ênfase nos efeitos sobre a violência e bem-estar das mulheres.

A ênfase dada à questão da violência contra a mulher¹ deve-se aos seus graves custos sociais e econômicos, já mencionados em vários estudos, sendo um deles o do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC, 2016), que afirma ser a violência doméstica e de gênero um fenômeno que impede as mulheres de alcançar sua plena realização pessoal, causando danos que vão do medo à dor física crônica, passando pelo esfacelamento da autoestima, sofrimentos indizíveis e perdas de vidas humanas. O estudo também ressalta que essa violência prejudica as famílias, principalmente os filhos (problemas de saúde, baixo rendimento escolar e distúrbios do comportamento), reduz a produção, a capacidade de obter rendimentos e a formação de capital humano, além de provocar maior absorção de recursos dos serviços públicos, entrave ao crescimento econômico e comprometimento do desenvolvimento.

Essa violência, apesar de ser uma forma de discriminação e uma violação de direitos humanos, é um fenômeno crescente tanto no Brasil quanto no mundo. Segundo dados do Mapa da Violência 2015, apresentado por Waiselfisz (2015), com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil ocupa a 5ª posição, num grupo de 83 países.

¹ No contexto da presente pesquisa, as categorias violência doméstica, violência feminina, violência de gênero e violência contra a mulher serão utilizadas como sinônimas.

No cenário brasileiro, mais da metade das denúncias foi para relatar a agressão física (50,16%) ocorrida em ambiente doméstico e familiar (85,85%), cometida principalmente por homens (72% dos casos), com os quais as vítimas mantêm ou mantiveram uma relação afetiva por mais de cinco anos. O segundo tipo de violência mais relatado foi a agressão psicológica (30,33%), seguida de violência moral, violência patrimonial, violência sexual, cárcere privado e tráfico de pessoas.

Em conformidade com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentados no Atlas da Violência 2016, os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde mostram que 4.757 mulheres foram assassinadas no País, em 2014, apontando que a taxa de homicídios entre as mulheres, associada à violência geral na sociedade, apresentou um crescimento de 11,6% entre 2004 e 2014 (CERQUEIRA et al., 2016).

No Brasil, essa violência é considerada um problema de saúde pública, pois a mulher vitimada evita denunciar, por sentir medo, o que provoca baixa autoestima e incorporação do sentimento de culpa. Esse fato faz com que a mulher que sofre violência termine se isolando dos sistemas de apoio e se torne ainda mais dependente do seu parceiro, o que interfere no exercício dos direitos da cidadania e na qualidade de vida do segmento feminino, limita seu pleno desempenho como sujeito humano e, conseqüentemente, afeta o desenvolvimento da sociedade em sua diversidade (DIAS, 2016).

De acordo com Prezotti Filho (2014), as conquistas históricas das mulheres ao longo do século XX, como o direito ao voto, a elevação do nível de escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social, não se aplicam a todas as sociedades, tendo em vista as situações de submissão e desrespeito que ainda lhes são impostas.

Campos et al. (2011) ressaltam que uma das estratégias para minimizar as taxas de violência contra a mulher seria o acesso à educação, como uma forma de aperfeiçoamento de aptidões, qualificação para o mercado de trabalho e aumento da produtividade, democratização da estrutura ocupacional, geração de emprego e autonomia. Enfim, entendem que a educação proporcionaria a distribuição mais justa de oportunidades sociais, o respeito à dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida.

Canotilho et al. (2014) corroboram essa perspectiva, ao afirmarem que a educação constitui uma temática relevante para pensar a igualdade de gênero. Na visão das autoras, o princípio de mainstreaming exige que as questões de gênero e da igualdade de oportunidades sejam integradas de forma transversal em todas as políticas, tanto em nível nacional quanto setorial, sendo a educação profissional uma área fundamental dessas

políticas. Dessa forma, a coeducação² é explicitamente considerada como uma forma de educação que pode contribuir para a eliminação de papéis de gênero³ e para a identificação das diferenças, diminuindo a assimetria de poder entre os sexos, que dão origem a formas de uma cidadania mitigada de mulheres, reduzindo-as à esfera do privado e limitando seu direito de participar na vida pública.

Com o objetivo de minimizar a exclusão social feminina, surge no Brasil o Programa Mulheres Mil (PMM), cujo processo de implantação começou em 2007, visando, àquela época, promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas, em 12 estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto-piloto tinha o intuito de potencializar a qualificação profissional, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar⁴ dessas mulheres, de suas famílias e da comunidade onde estavam inseridas, bem como reduzir a violência contra a mulher. Esse processo contou com diversas parcerias, incluindo Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, à construção de redes educacionais locais (CAMPOS, 2015).

Em 2011, o PMM foi instituído nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, devido aos impactos positivos alcançados pelo projeto-piloto. Seu objetivo era oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, tendo como diretrizes o acesso à educação, a redução da desigualdade social e econômica da mulher, a promoção da inclusão social, a defesa da igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher, de acordo com a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito.

O Programa passou a oferecer cursos profissionalizantes às mulheres, a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza, privilegiando temas como: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária,

² Segundo Almeida et al. (2015), a educação profissional pode ser definida como a busca da integração entre escola e trabalho, por meio de processo educacional planejado para obtenção de conhecimentos, habilidades e comportamentos, visando a uma aprendizagem que é aproveitada nos processos produtivos e que proporciona, por meio da prática, ações competentes na prática ocupacional. Centra-se em um currículo com base nas competências, com metodologias voltadas para projetos ou resolução de problemas, não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação.

³ Ainda que os papéis de gênero tradicionais - comportamentos, atitudes e modos de pensar que associam a mulher à casa e o homem ao espaço público - estejam se alterando, a mudança é muito lenta, por envolver padrões reproduzidos ao longo de gerações. Não apenas a família, onde começamos a incorporar esses papéis, mas também a escola, as empresas, a mídia e as demais instituições sociais contribuem para que esses padrões tradicionais sejam mantidos (BRASIL, 2014, p. 1).

⁴ Neste trabalho o bem-estar foi examinado, segundo Albuquerque e Troccoli (2004, p. 154), de forma subjetiva, significando “o estudo científico da felicidade: o que a causa, o que a destrói e quem a tem”. Para os pesquisadores do BES, o elemento subjetivo é essencial na avaliação da qualidade de vida de um indivíduo ou de um grupo, pois os indicadores sociais, por si só, não seriam capazes de defini-la, já que as pessoas reagem diferentemente a circunstâncias semelhantes (DIENER; SUH, 1997).

saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando-se, assim, promover a inclusão, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania. Para isso, conforme a cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria: Mulheres Mil (BRASIL, 2014, p. 4), o PMM foi formulado para contemplar o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar, capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados.

Souza et al. (2011, p. 3) destacam que o Programa Mulheres Mil, visando ao acesso à educação, à promoção da equidade, à igualdade entre os sexos e ao combate à violência contra a mulher, está estruturado em três eixos, a saber: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

Os três eixos que compõem o Programa assumem como princípios a inclusão social e redução das desigualdades sociais. Para isso, pretende através da articulação das temáticas de gênero, equidade e diversidade étnica, discutir sobre o crescimento econômico ambientalmente sustentável, enfatizando o emprego e a geração de renda, reduzindo as desigualdades individuais como tentativa de dirimir os problemas regionais e locais em torno da pobreza e da sustentabilidade econômica local. Logo, a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia, apresentam-se como conceitos fundantes do Programa. Para isso, torna-se necessário investir na educação de jovens e adultos com formação profissional e tecnológica.

Um dos objetivos do PMM é a atenuação da violência contra a mulher, por meio da elevação do nível de escolaridade, da inserção no mercado de trabalho e do aumento da autonomia. Esse objetivo deve-se à prevalência contínua da violência, o que demonstra que o Estado ainda não conseguiu combatê-la efetivamente, apesar da criação da Lei Maria da Penha⁵ e da recente Lei do Femicídio⁶. Petter e Cagliari (2016) consideram que várias são as barreiras que impedem a efetivação dos dispositivos legais e que fazem com que muitas vítimas não se manifestem e se submetam às vontades do agressor, citando: o isolamento, o medo e a negação social da mulher, a dependência feminina e a esperança de que o marido mude o comportamento, as ameaças do parceiro, a crença de que

⁵ A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha, surgiu como forma de o Estado brasileiro cumprir seus compromissos internacionais de lutar pelos direitos das mulheres e, com isto, diminuir a violência definida nos incisos do art. 5º, como: violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida. (BRASIL, 2006).

⁶ Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, tornou o assassinato de mulheres qualificado quando feito por menosprezo à condição de ser mulher. O feminicídio representa, portanto, a última etapa de um continuum de violência contra a mulher que leva à morte (BANDEIRA, 2016).

há tratamento para o agressor e a descrença na capacidade dos profissionais para oferecer segurança e autonomia.

Nesta pesquisa, pretendeu-se analisar se os objetivos e as metas do Programa Mulheres Mil estão condizentes e devidamente adequados à realidade brasileira, como também verificar sua eficácia no combate à violência contra a mulher, por meio de uma política educacional que privilegia a obtenção da autonomia econômica, a elevação da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho, como estratégias para a mitigação da violência de gênero contra a mulher entre as participantes do Programa.

Assim, o cerne do problema reside em uma questão de base, qual seja, o Programa Mulheres Mil, de acordo com sua metodologia e os objetivos propostos, tem alcançado a eficácia, em termos de seu funcionamento, ciclo político, minimização da violência e alcance de bem-estar subjetivo?

Diversos estudos sobre o PMM, em alguns estados brasileiros, apontam que apesar de ter contribuído para a elevação da autoestima das mulheres ele não tem sido capaz de alterar o cenário de vulnerabilidade em que se encontra o segmento feminino atendido, não oportunizando autonomia, pelo limitado acesso ao mercado de trabalho e certificação de suas habilidades e competências, estando a maioria das mulheres desempregada ou trabalhando na informalidade, sem dar continuidade aos estudos após a participação no Programa (BRAGA, 2011; OLIVEIRA, 2013; RIBEIRO, 2013; LAGOS, 2014; ARAÚJO, 2015; BRAVIN, 2015; MENDES; SILVA, 2015; NASCIMENTO, 2015; PEREIRA, 2015; SILVA, 2015; TELES, 2015). Além disso, não existem estudos aprofundados que associem as repercussões do Programa sobre a atenuação da violência enfrentada pelas beneficiárias, que retira das mulheres a condição de cidadã, a autonomia sobre suas vidas e, conseqüentemente, o poder de decisão, uma vez que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos. Essa situação justifica a realização de pesquisas que considerem esta temática proposta.

Alguns estudos, como os de De Souza et al. (2012) e Oliveira (2014), associam o PMM à violência de gênero contra a mulher, evidenciando que tratar as questões de gênero é um processo evolutivo da luta das mulheres, que implica confrontar velhos paradigmas e constatar que ocorreram avanços gradativos, sendo, portanto, imprescindível adotar políticas públicas que concretizem o discurso. Além disso, os estudos demonstram o pouco alcance social da Lei Maria da Penha, apontando a necessidade de se pensar em estratégias que possibilitem o acesso à legislação de proteção à mulher.

Por outro lado, conforme destacado pelas autoras supracitadas, a participação das mulheres no PMM é um fator de mudança em suas vidas, que contribui de forma efetiva, principalmente, para a elevação da autoestima. Com isso, faz-se necessário mensurar se as experiências e as mudanças vivenciadas pelas participantes, durante e após o PMM, provocaram efeitos, e se estes têm aspectos inerentes ao Bem-Estar Subjetivo (BES). Diener e Lucas (2000) destacam que o BES está relacionado às avaliações que as pessoas fazem de suas vidas, devendo ser avaliações, cognitivas e afetivas, pautadas pela satisfação global com a vida e por componentes emocionais, de aspectos positivos ou negativos.

Nesse sentido, Silva (2015) associa bem-estar subjetivo à exposição da violência, afirmando que o bem-estar se remete à felicidade, sendo algo valorizado e buscado pelos indivíduos, considerando suas demandas e os problemas vivenciados, visando ao alcance de um funcionamento adaptativo, em termos de melhorias das capacidades e do aproveitamento das potencialidades. Assim, na sua visão, a situação de violência conduz a uma menor satisfação com a vida e a afetos negativos, sendo necessárias ações de intervenção que promovam o que as pessoas já possuem, em termos de características, forças pessoais e contextuais. A autora acrescenta que promover ou desenvolver aspectos positivos, tais como o bem-estar, pode ajudar as pessoas a passarem por situações estressantes, tal como a exposição à violência, diminuindo seu impacto negativo. (SILVA, 2015, p. 9).

Diante do exposto, conclui-se que o Programa, ao contribuir para a valorização e melhoria do bem-estar das mulheres, pode conduzir a uma maior satisfação com a vida e a afetos positivos, aumentando a capacidade das mulheres para enfrentar as situações de violência.

Por outro lado, Campos (2015) ressalta que o bem-estar, apesar da sua subjetividade, é composto por condições objetivas do ambiente físico e de relacionamento e, no caso do PMM, oferece análises passíveis de objetivar discussões, que podem contribuir para a construção de políticas públicas baseadas nos seus resultados, destacando, ainda, que a mensuração do BES possibilitará verificar se ocorreram mudanças no cotidiano, de acordo com a percepção das participantes.

Considera-se, portanto, essencial uma avaliação do Programa Mulheres Mil, por meio de uma abordagem multidimensional, de forma sistematizada, para verificar até que ponto os objetivos, as metas e os instrumentos previstos do Programa foram ou não implementados corretamente, além de conhecer como se deu o seu funcionamento e qual foi o alcance dos resultados da política/programa estabelecida, em termos da profissional-

lização feminina e do acesso ao mercado de trabalho, bem como da elevação do bem-estar e, conseqüentemente, da atenuação dos atos de violência.

O estudo foi realizado com gestores(as) integrantes das equipes multidisciplinares dos campi de Barbacena e Santos Dumont do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, junto à Delegacia de Polícia Civil da cidade de Santos Dumont, bem como com mulheres usuárias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), vítimas de violência, que participaram do Programa Mulheres Mil no município de Barbacena, situado na região campus das Vertentes, e no município de Santos Dumont, situado na Zona da Mata de Minas Gerais.

Com base nos estudos já realizados sobre o Programa, tem-se como hipótese que o Programa Mulheres Mil, como política pública educacional, é eficaz na minimização da violência de gênero contra a mulher e na melhoria do seu bem-estar subjetivo.

Desse modo, a pesquisa pode trazer informações relevantes para a construção do conhecimento relativo às multivariadas facetas que envolvem a eficácia de uma política pública, principalmente aquela que diz respeito à atenuação da violência de gênero contra a mulher. Espera-se que o conhecimento adquirido possa servir de subsídio para o aperfeiçoamento de programas, projetos e serviços destinados ao público-alvo e, conseqüentemente, auxiliar na construção de políticas públicas cada vez mais voltadas para a realidade brasileira, melhorando de fato a qualidade de vida e contribuindo efetivamente para o bem-estar daquelas que vivenciam as dificuldades impostas pelas desigualdades sociais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o alcance do Programa Mulheres Mil, na perspectiva do seu funcionamento e ciclo político, controle da violência e alcance do bem-estar subjetivo.

1.2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma revisão integrativa que associe o PMM, a violência doméstica e o bem-estar.
- Identificar o ciclo político do PMM, suas mudanças e interfaces com o perfil feminino das egressas.

- Examinar o funcionamento, os problemas, os desafios e as contribuições do Programa Mulheres Mil, por meio da perspectiva daqueles que contribuíram para sua execução, especificamente quanto ao combate à violência contra a mulher.

- Caracterizar o perfil pessoal e familiar feminino, as condições socioeconômicas e as situações de violência vivenciadas pelas mulheres vinculadas ao PMM de Santos Dumont e Barbacena.

- Identificar as motivações da mulher para o acesso, a escolha dos cursos e a permanência no Programa, bem como os aspectos positivos e negativos do processo de aprendizagem, as formas de inserção no mercado de trabalho e as condições de vida.

- Analisar as percepções das mulheres sobre as implicações do PMM no enfrentamento da violência e sobre o seu bem-estar subjetivo.

2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A partir da definição dos objetivos específicos, estruturou-se a dissertação em cinco artigos:

Artigo 1: O Programa Mulheres Mil e suas interfaces: Uma abordagem integrativa.

Com este artigo objetivou-se realizar uma revisão bibliográfica sistemática, com abordagem integrativa a partir da contextualização do PMM, do BES e da violência doméstica e de gênero.

Artigo 2: O fluxo político do Programa Mulheres Mil e suas interfaces com o perfil feminino.

Neste artigo buscou-se discutir questões relativas à gestão do Programa Mulheres Mil, no Brasil, em duas fases do seu ciclo político, sem e com a vinculação ao Pronatec, bem como a sua relação com o perfil feminino: Programa Mulheres Mil, de 2011 a 2013, e Pronatec-Programa Mulheres Mil, de 2014 a 2015.

Artigo 3: O alcance do Programa Mulheres Mil, como política pública no combate à violência contra a mulher, na percepção de seus executores.

O objetivo deste artigo foi examinar o funcionamento, os problemas, os desafios e as contribuições do PMM, por meio da perspectiva daqueles que contribuíram para sua execução, especificamente quanto ao combate à violência contra a mulher.

Artigo 4: Situação de violência vivenciada pelas mulheres egressas do Programa Mulheres Mil: Caracterização, associações, percepções e repercussões.

Este artigo teve como objetivo identificar o perfil socioeconômico e as condições de trabalho/ocupação das mulheres e caracterizar a violência de gênero vivenciada e as percepções sobre sua ocorrência e associações, além das repercussões do Programa Mulheres Mil (PMM) no controle da violência, considerando a perspectiva das egressas

dos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, nos municípios de Barbacena e Santos Dumont.

Artigo 5: Impacto do Programa Mulheres Mil no bem-estar subjetivo de suas egressas: Uma abordagem quali-quantitativa

Neste artigo objetivou-se analisar a influência e a repercussão do Programa Mulheres Mil (PMM) no desenvolvimento social e pessoal das mulheres que participaram do Programa, em termos de bem-estar subjetivo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura centrou-se nos seguintes tópicos: Configuração da violência contra a mulher; e as Políticas Públicas Educacionais como estratégias e atenuação da violência: o caso do PMM.

3.1 Configuração do fenômeno da violência

A violência é um fenômeno que tem se intensificado em todas as sociedades. De acordo com Soares (2014), vive-se atualmente uma cultura violenta, em um cenário intrínseco à própria existência humana, determinado sócio-historicamente e integrado à formação da sociedade brasileira. Ela foi inerente à nossa cultura colonial e se manteve, verticalizando as relações, por meio da exploração e exclusão, como formas de manutenção do poder e da ordem social. No período escravista, com o autoritarismo e o uso da força, na ditadura militar, com a violência institucionalizada, até alcançar a contemporaneidade, quando se observa uma maior diversificação e o crescimento da criminalidade violenta. Como destaca o referido autor, a sociabilidade violenta se insere nas rotinas cotidianas dos brasileiros, pautando-se por práticas sociais agressivas, nas relações de poder assimétricas e autoritárias e na constituição da cultura da violência, associada aos déficits do Estado em garantir a cidadania e o acesso aos direitos sociais.

Segundo Silva e Rosseti-Ferreira (2002), nos diversos setores da sociedade convive-se cotidianamente com as desigualdades econômicas e sociais e as múltiplas faces da pobreza e exclusão social; com o avanço da desestruturação social e a degradação da qualidade de vida; e com a precariedade no acesso aos direitos básicos (educação, saúde e moradia), que facilitam as crises familiares e geram vulnerabilidades, baixa autoestima, estagnação e invisibilidade social, cujas consequências só podem ser de agravamento do quadro de violência, disseminada no espaço social.

Um aspecto ressaltado por Silva (2015) é que a violência contra a mulher pode também ocorrer no ambiente de trabalho, por exemplo, pela divisão e pelo conteúdo das tarefas, pelo modo como se reconhece o trabalho realizado, pela falta de apoio, pelo desrespeito nas relações laborais, pela ausência de participação dos trabalhadores nas decisões, pela sobrecarga de trabalho, pelo crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário em setores que exigem menor qualificação, pela ausência da proteção trabalhista,

pelo menor tempo para as necessidades fisiológicas e por mais controle no posto de trabalho. Esse tipo de pressão pautado na discriminação da mulher e na busca pela produtividade pode levar as trabalhadoras ao isolamento, o que gera violência e sofrimento e contribui para o surgimento de diversas formas de adoecimento, como a depressão e o stress.

Além disso, segundo os relatos recebidos pelo Disque 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o Brasil, em 2015, teve um caso de violência contra a mulher a cada 7 minutos, sendo importante destacar que em 31% desses casos existe a chance de feminicídio, principalmente de mulheres negras.

Assim, constata-se a existência de muitas formas diferentes de violência contra a mulher (física, sexual, psicológica e econômica), que variam conforme as alterações demográficas, a reestruturação econômica e tecnológica e as transformações sociais e culturais vividas pela sociedade.

Cortes et al. (2015) comentam que um dos grandes desafios da prevenção e do combate da violência contra a mulher é a falta de consistência e a insuficiência de dados quantitativos oficiais, impedindo o real dimensionamento do fenômeno, pois há uma subnotificação em relação à realidade, tendo em vista a dificuldade na obtenção de informações oficiais a respeito da violência e o fato de que muitas mulheres enfrentam barreiras subjetivas e objetivas para publicizar a violência, formalizar a denúncia e acessar as estruturas de apoio, o que, conseqüentemente, dificulta a tomada de decisões e a implantação de políticas públicas condizentes com a realidade.

Além disso, como destacam Santos e Vieira (2011), os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência não atuam de forma integrada, o que conduz à fragmentação do fluxo de atendimento e ao seu não acompanhamento em todos os níveis, indicando a necessidade de maior entrosamento e capacitação dos profissionais envolvidos.

Nesse cenário, a violência permanece vitimando milhares de brasileiras, portanto não está sendo cumprida a Declaração do Milênio, firmada em 2000, quando líderes de 191 países reconheceram que a discriminação e a violência contra as mulheres e meninas eram onipresentes e concordaram que, entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), deveria estar aquele que tem como fim, até 2015, promover a igualdade de gênero, os direitos das mulheres e seu empoderamento (ONUBR, 2016).

Sendo assim, segundo Lakshmi Puri, subsecretária-geral das Nações Unidas, pelo fato de esse objetivo não ter sido atendido, ele foi colocado, em caráter de urgência, em

uma nova agenda de desenvolvimento posterior a 2015, sendo concebido em três áreas, em termos de: em primeiro lugar, deve ser uma prioridade acabar com a violência contra as mulheres e meninas, pois essa é uma das violações mais generalizadas dos direitos humanos, com enormes custos para os indivíduos, as famílias e as sociedades; em segundo lugar, mulheres e homens devem ter igualdade de oportunidades, recursos e responsabilidades, de modo que a igualdade possa se tornar uma realidade; e, em terceiro lugar, é necessário ouvir as vozes das mulheres, para que a democracia seja significativa e inclusiva (ONUBR, 2016).

Outra pesquisa realizada pela ONU Mulheres (2018) também destaca que

A violência contra mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos. Seu impacto varia entre consequências físicas, sexuais e mentais para mulheres e meninas, incluindo a morte. Ela afeta negativamente o bem-estar geral das mulheres e as impede de participar plenamente na sociedade. A violência não tem consequências negativas para as mulheres, mas também para suas famílias, para a comunidade e para o país em geral. A violência tem ainda enormes custos, desde gastos com saúde e despesas legais a perdas de produtividade, impactando os orçamentos nacionais e o desenvolvimento global (ONU MULHERES, 2016, p. 1).

Teles (2015) argumenta que, como forma de prevenção à violência contra a mulher, é preciso assegurar seu protagonismo por meio de políticas públicas de educação, geração de emprego decente e serviços essenciais, equidade no trabalho doméstico e no trabalho remunerado, independência e autonomia.

Portanto, torna-se necessário cobrar respostas do poder público e da iniciativa privada, para dar maior ênfase às medidas preventivas e promover melhorias do nível educacional e qualificação das mulheres, capacitação profissional e garantia de investimento na expansão das redes de atenção e enfrentamento à violência, além da promoção de campanhas junto à sociedade, à mídia e a todos os órgãos do Poder Judiciário e do sistema de Segurança Pública, para aprofundar a reflexão do que significa a violência contra as mulheres e estimular mudanças significativas em todas as dimensões (TELES, 2015). Isso significa, segundo UNIRIC (2016), eliminar a discriminação, promover a igualdade e o empoderamento das mulheres e velar pelo pleno gozo dos seus direitos humanos fundamentais, por meio de políticas públicas efetivas.

3.2 Política pública educacional como estratégia de atenuação da violência: O caso Programa Mulheres Mil

Entendendo as políticas públicas como ações e intervenções planejadas pela administração pública e as políticas públicas educacionais como tudo aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer em termos de ações educativas. A educação é um direito social a que todos deveriam ter acesso, sendo ela a porta de entrada para o desenvolvimento das pessoas/comunidades, na medida em que permite a aquisição de informação e conhecimentos.

O enfoque das políticas públicas educacionais na igualdade de oportunidades sociais e geração de emprego é uma forma de promover a capacidade de agir de segmentos mais vulneráveis, como as mulheres, considerando suas experiências e sua participação. Nesse sentido, têm sido empreendidos projetos e programas inovadores, como o Programa Mulheres Mil, reconhecido como uma política pública afirmativa, de inclusão social e equidade, que está centrada em um conjunto de ações que buscam consolidar as políticas públicas e as diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade (OLIVEIRA, 2013).

No Programa, a educação, por meio de uma ação sistemática e sustentada, apoiada por mecanismos institucionais permanentes, sólidos e especializados, é vista como estratégia fundamental no enfrentamento da violência e na promoção do empoderamento e bem-estar feminino.

Baseando-se na metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) do sistema canadense de educação, o Programa Mulheres Mil começou como um projeto decorrente da Cooperação Internacional Brasil-Canadá, iniciada em abril de 2007, por meio de uma parceria com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC) e Colleges parceiros. De 2007 a 2011, o Programa Mulheres Mil, que à época era um projeto, visava ao desenvolvimento de ações educativas a partir da Formação Integrada Continuada de mulheres adultas em 12 estados brasileiros, fazendo uso dos seguintes instrumentos metodológicos: questionários de acesso, mapas da vida e portfólios⁷.

⁷ No percurso formativo das mulheres era utilizado inicialmente o questionário de acesso, como um instrumento que memoriza, por meio da oralidade, os projetos de vida comumente partilhados, as angústias, expectativas e relações com a manutenção da vida, além das relações sociais e da referencialidade à

Em todos os casos, esses instrumentos serviram como ferramentas que traduziam a linguagem das mulheres e das comunidades envolvidas, por meio da oralidade, considerados como memória dos conhecimentos absorvidos durante as capacitações educacionais e também para o entendimento da realidade e de saberes prévios que norteiam o nível de desenvolvimento das localidades.

No desenvolvimento inicial de suas ações, o Programa Mulheres Mil contou com o Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 12 estados das Regiões Norte e Nordeste. Diante dos resultados obtidos, o projeto se transformou em programa, sendo instituído nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, quando passou a ser implantado em todos os Institutos Federais de Educação (IFs), oferecendo cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O foco central do Programa era a promoção da formação educacional, profissional e cidadã de 1.000 mulheres em vulnerabilidade socioeconômica até 2010, das Regiões Nordeste e Norte do Brasil. Essa meta aumentou até 2014, na seguinte progressão: 20 mil em 2012, 30 mil em 2013 e 40 mil em 2014, perfazendo o total de 100 mil mulheres envolvidas no Programa. O desafio concentrava-se na garantia de acesso à educação profissional e na elevação da escolaridade, considerando as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das Regiões. (SOUZA et al., 2011, p. 3)

Esse intento foi baseado na metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP)⁸ utilizada pelos canadenses, há dez anos, para promover a equidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre eles aborígenes e imigrantes oriundos de países em condições de baixo desenvolvimento, de forma a privilegiar suas aprendizagens formais e não formais, valorizando todo o conhecimento prévio.

Desta forma, buscando também resultados positivos no Brasil, o Programa Mulheres Mil passou a ser implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), Assessoria Internacional do Gabinete do

própria cultura. O mapa da vida é um instrumento concreto cujo mecanismo de registro traça diferentes olhares e interpretações sobre o contexto individual e suas relações com o entorno social do envolvido no processo. E, por fim, os portfólios serviram como espaço de agrupamento de toda experiência construída e acompanhada durante a realização do projeto (SOUZA et al., 2011)

⁸ Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) é um sistema desenvolvido pelos Community Colleges canadenses e consiste, em linhas gerais, em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação (BRASIL, 2012, p. 3).

Ministro (AI/GM), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Escola Técnica Federal, Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET), pelos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETS) e pelo Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET), conforme evidenciado por Souza et al. (2011, p. 3).

Assim, o Programa, inspirado no modelo canadense, foi inserido no Plano Brasil Sem Miséria, por meio de uma metodologia específica denominada Acesso, Permanência e Êxito, que contempla o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar, capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e em situação de vulnerabilidade social para o desenvolvimento de programas personalizados. Privilegia temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2012).

Enfim, o Programa objetiva promover o acesso à educação profissional e tecnológica, bem como a elevação da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, focando a autonomia e a criação de alternativas para sua inserção no mundo do trabalho, de modo que elas tenham possibilidades de melhorar sua qualidade de vida e o ambiente em que vivem. A metodologia tem início com o levantamento de dados do público beneficiado e de sua comunidade, enfatizando a especificação de metas e as necessidades reais (pessoais, grupais e institucionais), de modo a mapear e sistematizar os saberes já existentes, que se constituem como fonte de referência na construção de itinerários formativos, considerando o reconhecimento formal dos saberes pela Rede Nacional de Certificação (CERTIFIC). Após esse percurso de formação e de experiência, as mulheres são encaminhadas ao mercado de trabalho (SOUZA et al., 2011, p. 3).

Em 2013, o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio da iniciativa Bolsa Formação. A oferta é resultado da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), tendo como meta a erradicação da pobreza extrema no País, uma das causas da violência contra a mulher.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Violência doméstica e de gênero

O fenômeno da violência não possui fronteiras geográficas, raça, idade ou renda, alcançando crianças, jovens, mulheres e idosos. Para cada pessoa que morre em consequência da violência, muitas outras são feridas ou sofrem devido a vários problemas físicos, sexuais, reprodutivos e mentais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002) interpreta a violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (BRASIL, 2002, p. 5).

De acordo com Cunha (2008), a violência interpessoal ou violência doméstica pode ser definida como qualquer tipo de abuso físico, sexual ou emocional praticado por um parceiro contra o outro, ou, ainda, contra crianças e/ou idosos, no ambiente familiar, ou seja, é uma agressão que ocorre quando existe vínculo familiar e íntimo entre a vítima e o seu agressor.

Romeiro (2008) acrescenta afirmando que a violência doméstica compreende atos violentos ocorridos no âmbito doméstico, não só pelo parceiro íntimo, como também por outros membros, sempre que estiverem presentes relações de poder no ambiente familiar. Segundo a OMS (2013), esse tipo de violência se configura como a forma mais frequente de abuso dos direitos humanos, sendo na maioria das vezes praticada no âmbito familiar, tendo inúmeros motivos desencadeadores, como drogas, álcool, sexo, falta de diálogo e doença mental, além dos fatores culturais e do machismo, que se encontra ainda presente na sociedade.

De acordo com Pereira (2012), a violência doméstica tem como uma das principais vítimas a mulher. A autora afirma que esse tipo de violência tem crescido ao longo do tempo em nossa sociedade, como mostram muitas pesquisas, tendo como principal agressor o marido ou companheiro, vindo, em seguida, o namorado e o pai como potenciais agressores. Acrescenta que, em se tratando da frequência da violência doméstica, a grande maioria das mulheres agredidas já é vítima da violência mais de uma vez, inclusive em torno de 50% já foi vítima por quatro vezes ou mais, caracterizando a violência doméstica como uma prática de repetição.

De acordo com Santi et al. (2010, p. 418), a violência contra a mulher é uma prática contínua, presente no cotidiano, e se manifesta de várias formas e circunstâncias, frequentemente invisível, sendo compreendida como normal, ou seja, uma situação esperada e costumeira. As autoras apontam que o processo desarticulado dos serviços e as ações fragmentadas de atenção às mulheres em situação de violência tornam-se um grande desafio diante da realidade das instituições sociais de suporte às mulheres vítimas de violência.

Em relação à mulher, como enfatiza Bandeira (2014, p. 460), observa-se que a violência se constitui

em um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem.

A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06, no seu artigo 5º, conceitua violência doméstica e familiar contra a mulher como aquela que ocorre:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Santos e Witeck (2006) destacam que o inciso III, do art. 5º da lei supracitada, inova, pois desloca-se o foco do local da violência para o tipo de relações que a fundamentam, o gênero. Para os autores, isso se baseia na existência de uma carga cultural e histórica que promove a padronização de gênero, reforçando o patriarcado, com reflexos no comportamento dos atores sociais, com relacionamentos orientados pela hierarquia de um sexo em detrimento do outro.

O referido texto legal reconhece e define a violência doméstica em suas distintas manifestações, sendo elas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Por

violência física, entende-se que seja qualquer conduta que ofenda a integridade anatômica e fisiológica da mulher (BRASIL, 2006, Lei nº 11.340/2006, art. 7º, inciso I).

A violência psicológica, também conhecida como violência emocional ou verbal, trata-se de

[...] qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da mulher (BRASIL, 2006, Lei nº 11.340/2006 art. 7º, II).

Por outro lado, a violência sexual é entendida como

[...] qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006, Lei nº 11.340/2006 art. 7º, III).

O quarto tipo de manifestação de violência doméstica é considerada violência patrimonial, definida no inciso IV, do art. 7º da Lei nº 11.340/2006, como: [...] qualquer ato que implique retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possua titularidade. Compreende-se como patrimônio não apenas os bens de relevância patrimonial e econômico-financeira direta, mas também aqueles que possuam importância pessoal (objetos de valor efetivo ou de uso pessoal) e profissional, essenciais ao pleno exercício da vida civil e à satisfação das necessidades vitais (BRASIL, 2006).

Descrita na lei em questão como violência doméstica, tem-se também a violência moral, caracterizada pela desmoralização da mulher, assemelhando-se e entrelaçando-se com a violência psicológica, como dispõe o inciso V do art. 7º. Essa manifestação de violência ocorre quando é imputada à mulher conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Independentemente de suas manifestações, a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno antigo e histórico. Na visão de Vergo (2014) e ONUBR (2016), a origem da violência reside na disparidade histórica das relações de poder entre homens e mulheres, nas normas culturais discriminatórias e nas desigualdades econômicas, que negam às mulheres os seus direitos fundamentais e perpetuam a violência.

Oliveira e Cavalcanti (2007) corroboram essa visão, afirmando que os relacionamentos interpessoais marcados pela violência e dominação têm sua origem na cultura patriarcal, como uma reação das mulheres às desigualdades nas suas relações com o marido, que, por sua vez, não tolera a reação das mulheres à sua dominação, dando origem à violência dos homens contra as mulheres.

Essa concepção é compartilhada por Silva (2010), ao afirmar que a violência contra a mulher parte de um sistema sócio-histórico, que produziu um campo de forças de relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade, que são manifestadas pelo preconceito, pela discriminação e pela intolerância, e que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. O autor acrescenta que a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, por meio da criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como, a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos. (SILVA, 2010, p. 560).

Ainda segundo o autor, os conceitos criados para determinar a supremacia masculina construíram concomitantemente muitos dos preconceitos contra o sexo feminino, tornando-se um problema de inclusão e de exclusão social.

Desse modo, também podemos entender o preconceito como algo usualmente incorporado e acreditado. Ele é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e da exclusão em que o sujeito pode estar susceptível, e gera a violência a que nos referimos anteriormente e o estigma a que vai ficar atrelado (SILVA, 2010, p. 567).

Essa situação de submissão feminina é comentada por Dias (2016), ao destacar que a independência econômica é um fator importante na vida da mulher vítima de violência, pois uma grande parcela dessas mulheres depende economicamente do seu companheiro e não tem capacitação profissional para se emancipar e iniciar uma vida nova, portanto não tem condições de se afastar do agressor e de escapar de uma relação violenta, o que resulta na dominação da classe feminina mediante o uso da força com legitimação do direito do homem.

Segundo Pereira (2017), na compreensão da violência contra a mulher, a categoria gênero é introduzida para se discutir esse fenômeno social, ou seja, insere-se como pano de fundo dessa violência um padrão hierárquico de relações sexuais, associado aos papéis desenvolvidos por homens e mulheres no sistema social, no qual a mulher sofre violência pelo fato de ser mulher.

Sob essas condições, Vigário e Paulino-Pereira (2014) afirmam que

[...] a violência doméstica será enviesada segundo as categorias de gênero que apontam para papéis socialmente esperados para os homens e mulheres, papéis esses que muitas vezes são legitimadores de características ditas “intrínsecas” ao homem e a mulher, sendo que a violência no lar pode ser uma dessas características. Os estudos sobre gênero nos permitem buscar, portanto, mudanças nessa visão conservadora do “aquilo que pertence a”, levando ao desenvolvimento de políticas de amparo, proteção e cuidados para a vítima de violência doméstica, assim como, a mudança, a conscientização e a desmistificação das atitudes do homem em situação de agressão. (VIGÁRIO; PAULINO-PEREIRA, 2014, p. 160).

Dessa forma, a expressão violência de gênero consolida-se como uma categoria analítica, que se remete a lugares sociais sexuados, em que as mulheres estão arraigadas em desigualdades por uma ordem simbólica, pautada no modelo patriarcal na sociedade (BANDEIRA, 2014). Gomes et al. (2007, p. 505) ratificam esse pensamento, afirmando: A introdução da categoria gênero foi fundamental para perceber as relações de violência no espaço familiar, uma vez que esta categoria possibilita compreender os papéis socialmente pré-definidos para homens e mulheres, como perpetradores de relações hierárquicas desiguais.

Bandeira (2014, p. 461) destaca que a violência de gênero está presente inclusive nas organizações públicas de segurança e justiça, que, por concepção, deveriam defender as mulheres, devido à estrutura nelas existentes, baseada na autoridade e hierarquia masculina e na subordinação feminina, o que ressalta a necessidade de mudanças na ordem legal, social e jurídica e de avanços na implementação de políticas públicas para combater esse fenômeno.

Nesse sentido, como comentam Barbosa e Borges (2016, p. 208), o tratamento da violência doméstica no Brasil, como um problema de gênero, trouxe como avanço a

assunção de que o feminino e o masculino não são dados naturais ou biológicos, mas sim construções culturais com carga política. Ou seja, as características atribuídas a cada gênero e valoradas de forma desigual, não são nenhuma pré-destinação da natureza que condenam a mulher a ser um ser social vitimizado é infravalorado.

Na visão dos autores, essas concepções conduzem a problemas para a aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 ou Lei Maria da Penha, em virtude do impedimento produzido pelo imaginário androcêntrico, presente em todos os outros espaços de sociabilidade, estruturados e dominados simbolicamente pelo patriarcado. Dessa forma, Vigário e Pauline-Pereira (2014) ressaltam que a violência de gênero deveria ser combatida por meio da desconstrução das relações de desigualdade entre homens e mulheres, tanto no

campo afetivo, quanto nos campos valorativo e operativo, visando à transformação das relações sociais.

4.2 Bem-Estar Subjetivo (BES)

Giacomoni (2004) destaca a dificuldade de definir bem-estar, considerando que idade, gênero, nível socioeconômico e nível cultural podem ser variáveis que influenciam positiva ou negativamente a felicidade. Ressalta, também, que os efeitos do impacto positivo do casamento, do emprego, do status ocupacional, do lazer, da saúde e das habilidades sociais são mais intensos em determinados grupos como a renda para o pobre, a religião para os velhos, a exemplo do fato do desempregado ser mais infeliz, assim como os divorciados e separados. (GIACOMONI, 2004, p. 45).

Nesse sentido, Siqueira et al. (2008) pontuam que o BES somente pode ser relatado pelo próprio indivíduo e que não é conveniente realizar a avaliação por meio de indicadores externos previamente construídos estatisticamente. Segundo os autores, para quantificar o BES é preciso

[...] considerar que cada pessoa avalia sua própria vida aplicando concepções subjetivas e, nesse processo, apoia-se em suas próprias expectativas, valores, emoções e experiências prévias. Essas concepções subjetivas, segundo Diener e Lucas (2000), estão organizadas em pensamentos e sentimentos sobre a existência individual (SIQUEIRA et al., 2008, p. 202).

Essa visão é compartilhada por Albuquerque e Troccoli (2004), que consideram que o estudo do Bem-Estar Subjetivo (BES) envolve a avaliação que os indivíduos fazem de suas vidas.

BES apresenta necessariamente três características fundamentais que podem distingui-lo dos outros conceitos: a subjetividade, medidas positivas e uma avaliação global (Diener, 1984) [...] Apesar das discordâncias teóricas relativas à conceituação de BES, há um consenso quanto às suas dimensões: satisfação com a vida e afetos positivos e negativos. Assim, BES elevado inclui frequentes experiências emocionais positivas, rara experiência emocional negativa (depressão ou ansiedade) e satisfação não só com vários aspectos da vida, mas com a vida como um todo (ALBUQUERQUE; TROCCOLI, 2004, p. 154).

Esses autores validaram, no Brasil, uma escala com 62 itens, sendo 21 aspectos positivos, 26 negativos e 15 itens relacionados à satisfação com a vida. Na visão deles, o julgamento da satisfação depende de uma comparação entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido, em termos de:

Afeto positivo é um contentamento hedônico puro experimentado em um determinado momento como um estado de alerta, de entusiasmo e de atividade.

É um sentimento transitório de prazer ativo; mais uma descrição de um estado emocional do que um julgamento cognitivo. Afeto negativo refere-se a um estado de distração e engajamento desprazível que também é transitório, mas, que inclui emoções desagradáveis como ansiedade, depressão, agitação, aborrecimento, pessimismo e outros sintomas psicológicos aflitivos e angustiantes (DIENER, 1995). A dimensão satisfação com a vida é um julgamento cognitivo de algum domínio específico na vida da pessoa; um processo de juízo e avaliação geral da própria vida (EMMONS, 1986); uma avaliação sobre a vida de acordo com um critério próprio (SHIN; JOHNSON, 1978). O julgamento da satisfação depende de uma comparação entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido (ALBUQUERQUE; TROCCOLI, 2004, p. 154).

Com a aplicação de vários instrumentos, em etapas distintas, Furtado et al. (2012) avaliaram o BES das alunas do Programa Mulheres Mil, do campus Barbacena. A pesquisa apresentou resultados positivos, que indicaram a melhora dos níveis de saúde geral e satisfação com a vida. As autoras destacam que a participação no PMM pode ser vista como um fator de mudança, que pode influenciar os componentes do BES.

Este estudo baseou-se no modelo proposto por Campos (2015), que adaptou a escala validada por Albuquerque e Tróccoli (2004), testando pela análise semântica, junto às mulheres beneficiárias do PMM, em 19 campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das cinco Regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul).

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se classifica como quanti-qualitativa, de natureza interpretativa, tendo como referencial teórico-conceitual a violência doméstica e de gênero e o bem-estar subjetivo.

De acordo com Paschoarelli et al. (2016, p. 70), os dados coletados por meio de métodos qualitativos podem ser analisados estatisticamente, desde que ao final eles sejam devidamente codificados (quantificando dados que são qualitativos). Destacam, também, que mesmo com suas especificidades os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem, pois, a abordagem quantitativa deve ser utilizada quando há o conhecimento e o controle do que será estudado e a abordagem qualitativa deve ser considerada quando houver a necessidade de analisar os questionamentos com maior profundidade. Para os autores, os métodos mistos em uma mesma pesquisa são adequados para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados.

Assim, considerando os objetivos propostos, fez-se uso de ambas as abordagens, para a melhor compreensão da temática proposta.

A presente pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, por meio do certificado nº 8592028.7.0000.5153, e aprovada pelo parecer consubstanciado nº 2.603.148, de 17 de abril de 2018, considerando a autorização para colaboração do IF Sudeste de Minas (Anexo 1) e os termos de consentimento elaborados para os executores do Programa Mulheres Mil (Apêndice A) e para as mulheres participantes do Programa (Apêndice B).

5.2 Local de estudo

De acordo com os dados do Mapa da Violência 2015, o estado de Minas Gerais encontra-se na segunda posição em assassinato de mulheres, registrando, nesse mesmo ano, 6,49 mortes a cada 100 mil mulheres, estando à frente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Diante dessa realidade, a presente pesquisa foi realizada nos municípios de Barbacena e Santos Dumont, situados, respectivamente, nas regiões Campos das Vertentes e Zona da Mata de Minas Gerais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), esses municípios possuem, respectivamente, uma população

média de 66.612 e 23.761 mulheres. Nesses municípios, o PMM foi ofertado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, tendo como foco os usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e no caso de Santos Dumont, houve, também, a participação da Delegacia de Polícia Civil.

Esses municípios foram selecionados pelos seguintes motivos: Barbacena, por ter ofertado o Programa em duas modalidades (PMM e Pronatec Mulheres Mil), e Santos Dumont, por ter sido um dos municípios de Minas Gerais a ter como público-alvo, prioritário, mulheres em situação de violência, em sua primeira versão, em 2014.

5.3 Público envolvido

A pesquisa teve como universo populacional os(as) gestores(as) das equipes multidisciplinares do Programa Mulheres, no âmbito do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, no campus Barbacena, no polo de Barroso e no campus Santos Dumont. Também foram sujeitos da pesquisa as participantes do Programa Mulheres Mil.

Para analisar o perfil do segmento feminino, foram contatadas as mulheres que participaram e foram aprovadas no Programa, no período de 2011 a 2015, no âmbito do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais.

Os dados foram coletados em eventos patrocinados por projetos contemplados no Programa Institucional de Apoio à Extensão, do IF Sudeste MG, intitulados: Os desafios do Programa Mulheres Mil, na percepção de seus atores: um diálogo necessário, e Colorindo Vidas – Arteterapia no Campus e nas Escolas, respectivamente, nos campi Santos Dumont e Barbacena, por meio de entrevistas individuais com as mulheres beneficiárias do PMM, que voluntariamente se dispuseram a responder ao questionário, contendo perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico e aos questionamentos inerentes a trabalho/ocupação, violência de gênero, eficácia do Programa Mulheres Mil e principais mudanças vivenciadas pelas egressas após a participação no Programa e bem-estar subjetivo.

5.4 Matriz metodológica

No Quadro 1 encontra-se estruturada a matriz metodológica utilizada nesta pesquisa, considerando seu problema, as hipóteses e as técnicas de coleta de dados, segundo os objetivos específicos propostos, cujas categorias e variáveis podem ser visualizadas nos Apêndices C e D.

Quadro 1 – Matriz metodológica do projeto de pesquisa Programa Mulheres Mil: uma abordagem multidimensional

TEMA DE PESQUISA:	Política Pública Educacional e violência de gênero contra a mulher .
TÍTULO DA PROPOSTA:	Programa Mulheres Mil: uma abordagem multidimensional.
PERSPECTIVA DE ABORDAGEM FILOSÓFICO-TEÓRICA:	Pesquisa quanti-qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como referencial teórico-conceitual: violência doméstica e de gênero e bem-estar. Dentre as técnicas de coleta de dados, será feito uso da pesquisa censitária e documental, questionários, entrevista semiestruturada, cujos dados serão analisados pela estatística descritiva e pela análise textual.
PÚBLICO DE INTERESSE DA PESQUISA:	Os gestores (as) das equipes multidisciplinares do Programa Mulheres Mil e as participantes do Programa Mulheres Mil, nos municípios mineiros de Barbacena e Santos Dumont, em Minas Gerais.
O PROBLEMA:	O Programa Mulheres Mil, de acordo com sua metodologia e os objetivos propostos, tem alcançado a eficácia, em termos do seu funcionamento, ciclo político, minimização da violência e alcance do bem-estar subjetivo?
A RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA:	Evidências empíricas destacam o aumento intenso da violência doméstica contra a mulher, o que exige a estruturação das políticas públicas, como é o caso do PMM. Entretanto, tem sido questionada a eficácia do Programa, em termos de inclusão social feminina, educação profissional, acesso ao mercado de trabalho, maior autonomia e redução da violência, devido à fragmentação e à focalização das políticas, dentro do ideário neoliberal. Justifica-se, portanto, a realização do estudo, uma vez que suas respostas poderão contribuir para a atualização e geração de conhecimentos que subsidiem uma melhor formulação e implementação das políticas de inclusão educacional e produtiva, de reconhecimento, de validação e de certificação de competências e, principalmente, de prevenção e de combate à violência contra a mulher, promovendo maior igualdade de oportunidades, autonomia e bem-estar feminino.
A HIPÓTESE:	O Programa Mulheres Mil, como política pública educacional, tem contribuído para a minimização da violência de gênero contra a mulher e com a melhoria do seu bem-estar subjetivo.
PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE ANÁLISE:	<ul style="list-style-type: none"> - Número de mulheres inscritas no Programa. - Conteúdo dos cursos oferecidos e suas parcerias. - Número de mulheres empregadas. - Nível de escolaridade e permanência na escola. - Formas de acesso e condições de trabalho, como indicativo de empregabilidade. - Indicadores de violência contra as mulheres. - Bem-estar subjetivo feminino.
PÚBLICO DE INTERESSE DA PESQUISA E PROPOSTA DE SELEÇÃO DA AMOSTRA:	Os(as) gestores(as) das equipes multidisciplinares do Programa Mulheres Mil e as mulheres participantes do Programa, nos municípios de Barbacena e Santos Dumont, em Minas Gerais.

Continua...

Quadro 1, cont.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	VARIÁVEIS IDENTIFICADAS	INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A COLETA DOS DADOS
Realizar uma revisão integrativa que associe o PMM, a violência doméstica e o bem-estar.	<ul style="list-style-type: none"> - Bibliografia que apresentou pelo menos uma das palavras-chave da pesquisa no título. - Ano de publicação. - Principais considerações sobre os temas. 	<p>Foi realizada pesquisa bibliográfica, considerando os artigos acadêmicos, dissertações e teses, disponíveis em duas bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (http://bdtd.ibict.br/vufind/) e Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/), durante a última década, sendo utilizados na pesquisa, devidamente combinados, os seguintes descritores: Programa Mulheres Mil, violência doméstica e de gênero, bem-estar.</p> <p>Foram revisados métodos, teorias e/ou estudos empíricos sobre os temas.</p>
Identificar o ciclo político do PMM, as mudanças e suas interfaces com o perfil feminino.	<ul style="list-style-type: none"> - Variáveis do perfil das mulheres no PMM e no Pronatec. - Associação dos resultados de empregabilidade (estar no mercado de trabalho) com o perfil feminino (escolaridade, renda familiar, presença de filhos) e com a gestão do Programa (vinculação do PMM ao Pronatec). 	<p>Pesquisa documental, com abordagem quantitativa. Os dados foram extraídos dos questionários do “Perfil Socioeconômico” e da “Avaliação das Mulheres”, das participantes dos cursos do PMM e Pronatec-Mulheres Mil.</p> <p>Foi realizada pesquisa de registros em arquivo, como registros de serviço, registros pessoais, registros organizacionais, mapas e tabelas das características geográficas dos locais de estudo, listas de nomes e de outros itens importantes, concernentes às informações e relatórios gerados pelo sistema acadêmico do IF pesquisado.</p>
Examinar o funcionamento, os problemas, os desafios e as contribuições do Programa Mulheres Mil, por meio da perspectiva daqueles que contribuíram para sua execução, especificamente quanto ao combate à violência contra a mulher.	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de acesso ao Programa, seleção dos cursos oferecidos. - Os objetivos considerados para a execução do Programa. - Estratégias de atendimento aos grupos de mulheres em maior vulnerabilidade e vítimas de violência. - Rede de parceiros. - As implicações negativas e positivas da migração do PMM para o Pronatec. 	<p>Foram realizadas entrevistas narrativas com os gestores sobre o PMM como política pública, sua concepção, execução e implementação.</p>
Caracterizar o perfil pessoal e familiar feminino, as condições socioeconômicas e as situações de violência vivenciadas pelas mulheres vinculadas ao PMM de Santos Dumont, MG.	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil das mulheres egressas do Programa, por meio das seguintes variáveis: idade, estado civil, raça, escolaridade, religião, condição de trabalho, renda, tamanho, tipo e ciclo de vida familiar. - Tipos, causas e consequências da violência. 	<p>Foi realizada coleta dos dados, por meio de questionário, sobre a caracterização socioeconômica das mulheres egressas do Programa Mulheres Mil, as condições de trabalho e as situações de violência vivenciadas.</p> <p>Também foi realizada coleta de dados por meio de pesquisa documental de relatórios de acompanhamento das atividades, relatórios de levantamentos socioeconômicos, relatórios sobre os cursos realizados, análise do rendimento e permanência das alunas, além de mapas da vida.</p>

Continua...

Quadro 1, cont.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	VARIÁVEIS IDENTIFICADAS	INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A COLETA DOS DADOS
Identificar as motivações da mulher para o acesso, a escolha dos cursos e a permanência no Programa, bem como os aspectos positivos e negativos do processo de aprendizagem, as formas de inserção no mercado de trabalho e as condições de vida.	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de acesso e motivos para a escolha dos cursos. - Aspectos positivos e negativos do processo de aprendizagem, - Formas de inserção no mercado de trabalho, se ocorreu na área do curso realizado. - Nível de escolaridade e maior permanência na escola. - Dados sobre as condições de vida. 	Os dados sobre as motivações para o acesso, a escolha dos cursos e a permanência no Programa, os aspectos positivos e os dados sobre empregabilidade e condições de bem-estar foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com as mulheres.
Analisar as percepções das mulheres sobre as implicações do PMM no enfrentamento da violência e sobre o bem-estar feminino.	- Alcances do Programa no controle da violência (tipos, frequência e agressores) e alcance do Bem-Estar Subjetivo (conforme modelo por Campos), em termos dos fatores emocionais positivos e negativos, além da satisfação com a vida, antes e depois do PMM	Entrevista semiestruturada aplicada às mulheres egressas do PMM, considerando as situações de violência vivenciada antes e depois do Programa. A coleta dos dados sobre o BES foi realizada com o uso de duas medidas: a medida de memória sobre a frequência dos bons e maus momentos vivenciados antes do PMM e o autorrelato sobre o bem-estar, em termos das emoções (afetos positivos e negativos) e da satisfação com a vida como um todo.

5.5 Dos procedimentos para análise dos dados

Para atender aos objetivos propostos, os procedimentos para análise dos dados envolveram: revisão integrativa; análise estatística de dados quantitativos, por meio do software SPSS, para examinar as mudanças e o funcionamento do PMM, bem como o perfil das mulheres e as condições de violência e de bem-estar; e análise textual das percepções do grupo gestor e feminino sobre o funcionamento do PMM e as condições associadas ao BES.

5.6 Revisão integrativa

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica, com abordagem integrativa, nas bases de dados: Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em documentos que apresentavam os seguintes descritores: Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero e Programa Mulheres Mil e Bem-Estar.

A revisão integrativa é um método específico que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer compreensão mais abrangente de um fenômeno

particular. Esse método objetiva analisar os resultados, sobre determinado tema, contidos no conhecimento existente de pesquisas anteriores e permite, inclusive, a geração de novos conhecimentos (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 127).

Souza et al. (2010, p. 102) ressaltam que, devido à crescente e complexa quantidade de informações, foi necessário encontrar e desenvolver mecanismos que tenham a capacidade de delimitar etapas metodológicas mais concisas e de propiciar, aos profissionais, melhor utilização das evidências elucidadas em inúmeros estudos. Assim, a revisão integrativa é um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), atrelada à epistemologia, que se caracteriza pela abordagem, pelo conhecimento e pela qualidade da evidência. Portanto, tem-se a revisão integrativa como uma abordagem ampla, devido à possibilidade de combinar dados da literatura teórica e empírica, o que permite incluir nas revisões estudos experimentais e não experimentais, incorporar propósitos de um único tópico e, como resultado, gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas relevantes para a área estudada.

De acordo com Botelho et al. (2011, p. 217), o termo integrativa tem origem na integração das opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método e apresenta o estado da arte sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias.

5.7 Análise estatística sobre o ciclo da política do PMM

Para a análise do ciclo da política do PMM, foi utilizada a regressão logística, que buscou verificar quais variáveis do perfil feminino pessoal e familiar interferem no acesso ao trabalho feminino. Em seguida, foi feita a associação, pelo teste estatístico qui-quadrado (χ^2) de Pearson, entre o perfil socioeconômico das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil com Acesso ao Trabalho (Estar ou não trabalhando) e a Inserção no Pronatec, considerando os dois grupos do fluxo político: antes (PMM 2011 e 2012) e após o Pronatec (PMM 2013 e 2014).

Karam (2006, p. 53) destaca que a regressão logística tem uma abordagem probabilística e é projetada para utilizar a combinação de variáveis previsoras contínuas e categóricas para prever uma variável de resultado categórico ou dependente.

Para Dancey (2006), o teste qui-quadrado (χ^2) possibilita verificar se uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência esperada, devendo ser ressaltado que o resultado muito próximo de zero (0) implica a existência de uma semelhança significativa.

5.8 Análise estatística descritiva

Os dados quantitativos do perfil feminino pessoal e familiar, bem como as condições de violência, foram analisados com o apoio de software, em termos da estatística descritiva (média, frequência, desvio-padrão e variância).

Segundo Fonseca e de Faria (2011), o software é usado no campo das Ciências Sociais para análise e tratamento dos dados colhidos entre uma população, por meio de pesquisas ou questionários. Após a coleta e a quantificação das informações dos questionários, promove-se a construção de um banco de dados, para posteriormente realizar as análises estatísticas das informações.

5.9 Análise textual

A documentação e as falas das entrevistas foram avaliadas por meio da análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011), com o apoio do software de análise lexical IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

De acordo com Camargo e Justo (2013), a análise lexical consiste na avaliação de material verbal transcrito, composto pela linguagem, como: textos originalmente escritos, entrevistas, documentos, etc., permitindo empregar cálculos estatísticos sobre textos, garantindo as seguintes análises: a) estatística textual clássica; b) pesquisa de especificidades a partir da segmentação definitiva do texto (análise de contraste de modalidades de variáveis); c) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), conforme o método descrito por Reinert (1987 e 1990) e por matrizes de distância; d) análise de similitude de palavras presentes no texto; e e) nuvem de palavras.

5.10 Análise da escala de bem-estar subjetivo

Na entrevista semiestruturada aplicada às mulheres participantes do PMM, foi utilizada a Escala de Bem-Estar Subjetivo (EBES), validada para o contexto brasileiro por Albuquerque e Tróccoli (2004).

Com base na escala adaptada por Campos (2015), o bem-estar subjetivo, nesta pesquisa, foi analisado por meio de 24 itens, sendo dez fatores positivos (alegre, amigável, compreensiva, confiante, corajosa, divertida, feliz, otimista, responsável e satisfeita), dez negativos (deprimida, desanimada, descuidada, frustrada, infeliz, malvada, medrosa, preocupada, raivosa e rancorosa) e quatro sentenças em relação à satisfação com a vida, que são: a) Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima dos meus desejos; b) Estou satisfeita com minha vida; c) Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida; e d) Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida (Anexo I), identificados em dois momentos: antes do PMM e após o PMM.

Esses fatores da EBES foram avaliados tanto pela análise textual quanto pela estatística descritiva. Para comparar o nível de BES antes e depois do Programa, foram realizados testes em termos de média, frequência, desvio-padrão e análises tabulares e gráficas. Além disso, foi analisada a associação com variáveis do perfil feminino, pelo teste qui-quadrado de Pearson e pelo teste de Kruskal Wallis.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. S., TRÓCCOLI, B. T. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 143-164, maio 2004.

ARAÚJO, S. M. P. **Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-470, 2014.

BANDEIRA, L. M. **Feminicídio: O que é**. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BARBOSA, Marcela Dias; BORGES, Paulo César Corrêa. Feminismo, gênero e os alcances da Lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 2, n. 1, p. 207-227, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. D. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121, Feb. 2011.

BRAGA, A. C. F. **Projeto Mulheres Mil e gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas – TO**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRAGA, Gustavo Braga. Como aplicar questionários utilizando smartphones. In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA - UFV, 23-28 de out. 2017. 31 f. Mini-curso. Impresso.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientação para a prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº 8. Brasília, 2002.

BRASIL **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF, 7 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL, Secretaria de Governo da Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas pra Mulheres. **Os papéis de gênero tradicionais e a divisão sexual do trabalho**. Brasília: SPM, 2014.

- BRAVIN, S. M. R. **A contribuição do Programa Mulheres Mil para a formação de capital social**. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CAMPOS, R. L. A.; RENGIFO, M. L. A.; MEZA, C. J. D. Reflexiones sobre el derecho a la educación y sus perspectivas en el marco del desarrollo humano. **Revista Iasallista de Investigación**, v. 8, n. 1, p.117-125, 2011.
- CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015, 160 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2015.
- CANOTILHO, Ana Paula; ARAUJO, Neuza Farias; DE OLIVEIRA, Sandra Mara Tabosa. A contribuição da escola para a emancipação das mulheres. **Revista Tempo e Espaços em Educação**, p. 91-102, 2014.
- CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNIRIC). **Pôr fim à violência contra as mulheres: das palavras aos actos**. 2016. Relatório do Secretário-Geral (sinopse). Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/mulheres/6786>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CERQUEIRA, D. H. F.; LIMA, R. S.; BUENO, S. HANASHIRO, Olaya; BATISTA, Filipe; NICOLATO, Patricia. **Atlas da violência 2016**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- CORTES, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. R. Mediação da informação e violência contra Mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVI ENANCIB), 16., João Pessoa, Paraíba, 2015.
- CUNHA, T. R. A. Violência conjugal: rimando amor e dor. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: “Construindo novas relações de gênero: a presença feminina nos territórios do saber”. Florianópolis, 2008.
- DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicólogos**. Trad. de Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DA SILVA ASSIS, Franciele et al. Álcool, drogas e violência doméstica: Implementação de grupos de discussão no Programas Mulheres Mil. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 5., /SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IF SUDESTE MG-Campus Barbacena, 4., v. 1, n. 1, 2014.
- DIAS, A. O. S. **Violência contra a mulher opressão e omissão: um grito de liberdade**. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/20429-violenciacontra-a-mulher-opressao-e-omissao-um-grito-de-liberdade>>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- DIENER, E.; LUCAS, R. E. Explaining differences in societal levels of happiness: Relative standards, need fulfillment, culture, and evaluation theory. **Journal of Personality Assessment**, v. 1, n. 1, p. 41-78, 2000.

DE SOUZA, Karina Cardoso; LEAL, Tatiana Oliveira dos Santos; SILVA, Débora Bastos. A Lei Maria da Penha entre as alunas do Programa Mulheres Mil IFMA Açailândia. In: CONNEPI-CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO (VII CONNEPI), 7., Palmas, Tocantins, 2012.

FONSECA, A. R.; DE FARIA, R. G. O uso do software PSPP nas Ciências Sociais. **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**, v. 2, n. 2. 2011.

FURTADO, Fabianne et al. “Bem-estar subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na cidade de Barbacena - MG.” **Holos**, v. 4, p. 178-187, 2012.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2004.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tâmara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 504-508, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2018, v. 23, 2010.

KARAM, Karine de Almeida. **Regressão logística: um modelo de risco de cancelamento de clientes**. 2006. 98 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LAGOS, M. B. “**Palmas para Mulheres Mil**” em comunidades quilombolas: a participação do IFPR – campus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

MENDES E SILVA, T. **A educação profissional e a política pública mulheres mil: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

NASCIMENTO, S. D. **Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do programa mulheres mil na ótica das egressas em São Luís, MA**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 1 p. 39-51, 2007.

OLIVEIRA, M. B. de. **Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal**. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, M. A. S. M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013.

OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araújo. **Mulheres, conquistando espaço dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Iguatu**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST. São Leopoldo, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Um objetivo mundial em matéria de igualdade de gênero, direitos e empoderamento das mulheres**. 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/um-objetivo-mundial-em-materia-de-igualdade-de-genero-direitos-e-empoderamento-das-mulheres/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ONU MULHERES BRASIL (ONUBR). **Fim da violência contra as mulheres**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PASCHOARELLI, Luís Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características qualitativas, quantitativas de abordagens científicas: Estudos de caso na subárea do design ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2016.

PEREIRA, R. C. B. R. **O fenômeno da violência contra a mulher: Tipificações e Percepções**. 2012, 105 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012

PEREIRA, J. S. A. **Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, Paula dos Santos. **Mulheres em situação de violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas**, 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017

PETTER, C. B.; CAGLIARI, C. T. S. Desafios contemporâneos no combate à violência contra a mulher. **Revista Unitas**, n. 1, p. 122-143, 2016.

PREZOTTI FILHO, Paulo Roberto. Programas educacionais com recorte de gênero em Guarapari (ES): Caminhos da Inclusão para o mundo do trabalho? In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 38., Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, L. É. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

ROMEIRO, J. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: “Construindo novas relações de gênero: a presença feminina nos territórios do saber”. Florianópolis, 2008.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKAMO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. Cálculo amostral: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SANTOS, Ana Paula Coelho Abreu dos; WITECK, Guilherme. Violência doméstica e familiar contra a mulher. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, Santa Cruz do Sul, 2006.

SANTOS, M. A.; VIEIRA, E. M. Social resources to support women living in situation of violence in Ribeirão Preto, SP, in the perspective of key informants. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 93-108, jan./mar. 2011.

SILVA, A. P. S.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: Uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 15, n. 3, 2002.

SILVA, D.; SIMON, F. O. Abordagem quantitativa de análise de dados de pesquisa: construção e validação de escala de atitude. **Cadernos do CERU**, v. 2, n. 16, p. 11-27, 2005.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: As bases da violência contra a mulher. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p.556-571, 2010.

SILVA, C. R. C. **Programa Mulheres Mil: subjetividade, inclusão e governabilidade**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

SILVA, D. G. da. **Relações entre exposição à violência e bem-estar subjetivo em adolescentes**. 2015, 71f, Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SILVA, R. **A Violência contra as mulheres e o mundo do trabalho**. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida Rossi. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

SOARES, A. M. C. Composição da sociabilidade violenta no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, p. 175-190, 2014.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, v. 8, n. 1, p.102-6. 2010.

SOUZA, A. V. M.; SOUZA, N. V.; SANTOS, N. G. Profissionalização, memórias e contextos sociais: Reflexões sobre Projeto Internacional Mulheres Mil, Brasil/Canadá. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5., Sergipe, 2011.

TELES, F. B. M. **Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

TREVISAN, A. P; BELLEN, M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, v.4, n. 3, p.529-50, 2008.

VERGO, T. M. W. Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres. In: CONFERÊNCIA FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 18., Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, nov. 2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015** – Homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015.

VIGÁRIO, Carolina Barbosa; PAULINO-PEREIRA, Fernando César. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. **Revista de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 153-172, 2014.

Artigo 1

O PROGRAMA MULHERES MIL E SUAS INTERFACES: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA

Resumo

Trata-se de uma revisão integrativa a partir da contextualização do Programa Mulheres Mil (PMM) e das temáticas bem-estar subjetivo e violência doméstica e de gênero, considerando os artigos e trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, disponíveis em duas bases de dados, no período entre 2012 e 2018. Foi também realizada a análise de conteúdo, conjugada com a análise textual, evidenciando que, apesar do enfrentamento da violência ser um dos objetivos do PMM, sua citação nos discursos dos trabalhos analisados se dá de forma menos incidente. Como resultado, verifica-se o número incipiente de estudos, isto é, evidencia-se a superficialidade dos estudos, quando associados às temáticas propostas.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil, Violência contra a Mulher, Bem-Estar Subjetivo.

THE PROGRAMA MULHERES MIL AND ITS INTERFACES: AN INTEGRATIVE APPROACH

Abstract

This is an integrative review based on the contextualization of the Programa Mulheres Mil (PMM) and the themes: Subjective Well-Being, Domestic and Gender Violence, considering articles and academic papers, dissertations and theses, available in two databases, in the period from 2012 to 2018. Content analysis was also carried out in conjunction with the textual analysis, demonstrating that despite the fact that violence is one of the objectives of the PMM, its citation in the discourses of the works analyzed is less incident. As a result, the incipient number of studies is verified, that is, the superficiality of the studies is evidenced, when associated with the proposed themes.

Keywords: Thousand Women Program, Violence against women, Subjective well-being

1 Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno que a impede de alcançar sua plena realização pessoal, causando danos que vão desde o medo à dor física crônica, passando pelo esfacelamento da autoestima, por sofrimentos indizíveis e por perdas em vidas humanas. Apesar de ser uma forma de discriminação e uma violação de direitos humanos, é um fenômeno crescente tanto no Brasil quanto no mundo.

Na sociedade brasileira, a violência doméstica é considerada um problema de saúde pública, pois a mulher vitimada evita denunciar, por medo, o que provoca baixa autoestima e incorporação de vários sentimentos, acentuando, inclusive, o sentimento de culpa. De acordo com Dias (2016), essa situação faz com que a mulher vitimizada termine se isolando dos sistemas de apoio e se torne ainda mais dependente do seu parceiro, o que interfere no exercício dos direitos da cidadania e na qualidade de vida do segmento feminino, limitando seu pleno desempenho como sujeito humano, afetando ainda o desenvolvimento da sociedade em sua diversidade.

Nesse contexto, surge no Brasil o Programa Mulheres Mil (PMM), com o objetivo de minimizar a exclusão social feminina e promover a melhoria do nível de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho, bem como a atenuação da violência contra a mulher. O processo de implementação do Programa começou em 2007, beneficiando mulheres a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza.

Alguns estudos, como os de De Souza et al. (2012) e Oliveira (2014), associam o PMM à violência de gênero contra a mulher, evidenciando que tratar as questões de gênero é um processo evolutivo da luta das mulheres, que implica confrontar velhos paradigmas e constatar que ocorreram avanços gradativos, sendo, portanto, imprescindível adotar políticas públicas que concretizem o discurso.

Por outro lado, conforme destacado pelos autores supracitados, a participação das mulheres no PMM é um fator de mudança em suas vidas, pois contribui de forma efetiva para a elevação de sua autoestima. Com isso, torna-se necessário mensurar se as experiências e as mudanças vivenciadas pelas participantes, durante e após o PMM, resultaram em atenuação da violência e melhorias do Bem-Estar Subjetivo (BES). Diener e Lucas (2000) destacam que o BES está relacionado às avaliações, cognitivas e afetivas, que as pessoas fazem de suas vidas, pautadas pela satisfação global com a vida e por componentes emocionais, que podem conter tanto aspectos positivos quanto negativos.

Campos (2015) ressalta que o bem-estar, apesar de sua subjetividade, é composto por condições objetivas do ambiente físico e de relacionamento, e no caso do PMM oferece análises passíveis de objetivar discussões que podem contribuir para a construção de políticas públicas baseadas nos seus resultados, destacando, ainda, que a mensuração do BES possui condições para verificar se ocorreram mudanças no cotidiano, de acordo com a percepção das participantes.

Portanto, é fundamental verificar se existem estudos a respeito da associação entre PMM, violência e BES. Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi realizar uma revisão

bibliográfica sistemática, com abordagem integrativa, a partir da contextualização do PMM, do BES e da violência doméstica e de gênero. De acordo Campos (2015, p, 68), essa abordagem metodológica permite a inclusão de estudos com desenhos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Ou seja, tendo em vista as publicações científicas relacionadas tanto à política pública educacional, em especial o PMM, quanto às demais categorias analíticas propostas, faz-se necessária a utilização de metodologias para realizar pesquisa bibliográfica com base em evidências.

De acordo com Botelho et al. (2011), citando Whitemore e Kanfi (2005), a Prática Baseada em Evidências (PBE) tem contribuído para a produção de metodologias para a revisão bibliográfica sistemática da literatura.

2 Metodologia

A pesquisa em questão fez uso da revisão integrativa, que é um método específico “que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer compreensão mais abrangente de um fenômeno particular”. Esse método, realizado com a coleta de dados, a partir de fontes secundárias, objetiva analisar os resultados sobre determinado tema, contidos no conhecimento existente de pesquisas anteriores, permitindo, inclusive, a geração de novos conhecimentos (BROMME, 2006, citado por BOTELHO et al., 2011, p. 127).

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica considerando os artigos e trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, disponíveis em duas bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>) e Google Acadêmico (disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>), durante o período compreendido entre 2012 e 2018, com opção dos estudos em qualquer idioma, sendo utilizados na pesquisa, devidamente combinados, os seguintes descritores: Programa Mulheres Mil, violência doméstica e de gênero e bem-estar. A escolha das referidas bases de dados se deve ao fato de que elas constituem importantes e abrangentes índices da literatura científica.

Quanto aos critérios definidos para a seleção e inclusão dos estudos, buscou-se estabelecer uma descrição das referências bibliográficas que apresentassem os critérios em termos do tipo e ano de publicação, além da presença das palavras-chave no título e nos demais campos (Quadro 1).

Quadro 1 – Critérios de inclusão de estudos científicos sobre o tema “Programa Mulheres Mil, violência doméstica e de gênero e bem-estar subjetivo”, no período de 2012 a 2018

Item	Critérios	Descrição	Justificativa	Pontuação
1	Palavras-chave no título e palavras-chave em todos os campos	Estudos científicos que apresentem pelo menos uma das palavras-chave da pesquisa.	Foram selecionados estudos científicos que apresentassem no título e/ou em todos os campos pelo menos uma das palavras-chave da pesquisa.	Todas as palavras-chave no título = 3 Pelo menos 1 das palavras-chave no título e as demais nos demais campos = 2 Todas as palavras-chave apenas nos demais campos = 1 Máximo de 3 pontos.
2	Ano de publicação	Estudos científicos publicados a partir de 2012.	Com base na data de implementação do PMM, em âmbito nacional, ter ocorrido a partir de 2011, valorizando as publicações recentes. Foram consideradas as publicações dos últimos sete anos.	2012 até 2014 = 1 ponto; 2015 até 2016 = 2 pontos; > 2017 = 3 pontos Máximo de 3 pontos
3	Tipos de Publicação	Teses, Dissertações, Artigo em Revista – Qualis Capes, Monografias, Artigo em Revista sem Qualis Capes ou Trabalho completo apresentado em evento e Artigo publicado em site.	Referências bibliográficas de maior visibilidade e impacto científico.	Tese = 6 Dissertação = 5 Artigo em Revista – Qualis Capes = 4 Monografia = 3 Artigo em Revista Sem Qualis Capes ou Trabalho completo apresentado em evento = 2 Artigo completo publicado em site = 1 Máximo de 6 pontos

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Assim, após a identificação das referências, foi realizada uma leitura dos resumos das publicações, sendo utilizados os seguintes critérios de exclusão: estudos científicos publicados antes de 2012, os não pertinentes aos assuntos e os repetidos.

Em seguida, após a leitura dos resumos, fez-se a leitura dos documentos na íntegra e preencheu-se uma ficha bibliográfica, previamente elaborada, com os seguintes tópicos: autor, título, tipo de publicação, local da publicação, ano e resumo.

Na segunda parte da pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Laville e Dionne (1999) e Bardin (2011), conjugada com uma análise textual, com o apoio do software de análise lexical Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

3 Resultados e discussões

Na perspectiva de garantia dos direitos humanos às mulheres, uma das condições para o estado brasileiro promover a minimização da violência doméstica e de gênero é o cumprimento de recomendações previstas em tratados internacionais, que remetem à erradicação da violência contra a mulher, com a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e em consonância com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Na década de 1980, despontam no Brasil as primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado, visando à promoção dos direitos das mulheres no combate à violência, tendo alguns elementos principais, por exemplo, a inauguração da primeira Delegacia de Defesa da Mulher e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que culminou com a criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007, consolidando e ampliando esse enfrentamento para além da segurança e assistência social, no sentido de garantir os direitos das mulheres e uma vida sem violência, tendo por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática (BRASIL, 2011, p. 17). Campos (2015) critica a evolução desses aparatos de proteção à mulher, afirmando que a abordagem da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, no Brasil, se inicia com 100 anos de atraso, em relação ao ocidente.

De acordo com Blay (2003), essa perspectiva de enfrentamento perpassa, inicialmente, pela questão cultural, com ações articuladas e conjugadas entre vários entes governamentais.

Para enfrentar esta cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada. Para isso é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais ministérios (BLAY, 2003, p. 96).

Esse enfrentamento, proposto pelo referido pacto, não está restrito à questão do combate; ele compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos, requerendo, nessa perspectiva, ações conjuntas e articuladas que desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e os padrões patriarcais, ainda muito marcantes na sociedade brasileira, de forma a promover o empoderamento das mulheres.

Silva e Cunha (2017) destacam a necessidade de elaborar políticas públicas que englobem os diversos segmentos da sociedade, propiciando a desconstrução de discursos que reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres, além de salientarem que a dificuldade de mensurar a violência contra a mulher está atrelada ao não rompimento do ciclo de invisibilidade e do silêncio, como exposto:

[...] romper as barreiras do silêncio e da invisibilidade do fenômeno da violência contra a mulher na esfera das relações afetivas implica a mobilização de todos os setores da sociedade, ou seja, uma profunda mudança dos estereótipos de gênero construídos socialmente e que ainda hoje carrega raízes densas na sociedade. Nessa perspectiva, urge a necessidade de rompermos o silêncio frente à violência sofrida nos lares, entre as quatro paredes e sensibilizar a sociedade para a inserção da temática da violência contra a mulher nos currículos escolares e na formação de diferentes profissionais (SILVA; CUNHA⁹, 2017, p. 8-9).

Diante desse cenário, foram implementadas políticas públicas, como é o caso do PMM, como estratégia político-educacional para o enfrentamento da violência contra a mulher. Reconhecendo que o crescimento da violência pode estar atrelado à sua não publicização, procurou-se examinar as publicações que retratam essa associação entre o PMM, a violência e o bem-estar.

Inicialmente, realizou-se a busca apenas do descritor “Programa Mulheres Mil”, no período compreendido entre 2012 e 2018, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

⁹ Cabe salientar que o trabalho citado não foi selecionado para esta revisão, por não ter alcançado o valor necessário para classificação.

Dissertações, e obteve-se como resultado 26 teses e 47 dissertações. Com a expansão da pesquisa no Google Acadêmico, foram localizados aproximadamente 470 estudos científicos.

Refinando a pesquisa, por meio do acréscimo dos demais descritores, foram encontradas 20 publicações, distribuídas entre as duas bases de dados, relacionadas aos temas objetos desta pesquisa. Conforme descrito na Tabela 1, evidenciou-se que o Google Acadêmico é o principal meio de divulgação dos trabalhos relacionados às temáticas (80%).

Tabela 1 – Número de estudos científicos encontrados de acordo com as palavras-chave, no período de 2012 a 2018

Descritores	BITD	Google Acadêmico
Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero	3	14
Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo	1	2
Total	4	16

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No resultado desta pesquisa, constatou-se um número incipiente de estudos relacionados ao PMM. A partir de 2012, de um universo de 20.009 teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital Brasileira, relacionadas à política pública, existem apenas 73 (0,36%) destinadas ao estudo do PMM. Ao restringir a consulta, acrescentando os descritores violência doméstica e de gênero e bem-estar subjetivo, os números são quase irrisórios, chegando a apenas quatro estudos. No que diz respeito à pesquisa realizada no Google Acadêmico, tem-se um total de 545 documentos registrados. Restringindo a consulta, por meio do acréscimo dos demais descritores, tem-se um total de 16 estudos, entre teses, dissertações, artigos e trabalhos apresentados em eventos.

Com base nos critérios estabelecidos na metodologia e na pontuação adquirida, foram selecionadas dez das 20 publicações, considerando que a análise se pautou naquelas publicações que obtiveram nota igual e superior a 8. A partir do somatório das pontuações propostas, obteve-se um total de dez estudos possíveis, destacados na Tabela 2.

Com o levantamento realizado, verificou-se que n=7 das publicações referem-se aos descritores Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero.

Tabela 2 – Pontuação final das publicações científicas selecionadas a partir dos critérios da revisão integrativa, no período de 2012 a 2018

Título do Estudo	Palavra-Chave	Ano da Publicação	Tipo de Publicação	Total
Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero				
1. A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho	2	3	5	10,0
2. Representações Sociais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Contexto Sócio-Histórico de São Borja/RS	2	1	6	9,0
3. Mulheres mil como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino	2	2	5	9,0
4. Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes	2	2	5	9,0
5. A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação	2	2	5	9,0
6. Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero	2	2	5	9,0
7. A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia	2	1	5	8,0
Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo				
8. Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	1	2	6	9,0
9. Análise do Programa Mulheres Mil no IFPR, Campus Paranavaí: A transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero	2	2	4	8,0
10. Bem-estar subjetivo em Participantes do Programa Mulheres Mil – Barbacena, MG	3	1	4	8,0

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No que diz respeito à qualificação dos autores, identificou-se que os docentes estão entre os que mais publicaram (n = 5). Esse resultado, de acordo com De Moura et al. (2015, p. 157), pode estar associado às exigências de publicação científica por parte

dos programas de pós-graduação, bem como à pressão das agências financiadoras de pesquisa que destinam recursos àqueles com produção científica significativa.

Os resultados desta investigação também revelam que os demais autores são de diferentes áreas: Serviço Social (n = 1), Ciências Contábeis (n = 1), Fisioterapia (n = 1), Nutrição (n = 1) e Comunicação Social (n = 1). Os resultados demonstram que esses estudos, mesmo que incipientes, promovem uma análise crítica e reflexiva sobre o PMM e a sua interface com as demais políticas de inclusão social. Porém, considera-se relevante incentivar a participação de outros profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, administradores, etc., que sejam atuantes e envolvidos com a área de implementação de políticas públicas. Para Duarte et al. (2015), a participação de profissionais de áreas distintas no processo investigativo possibilita um aprofundamento teórico-prático e potencializa a importância dos resultados e das discussões dos fenômenos estudados.

Notou-se, ainda, que n = 9 das pesquisas foram realizadas no local de trabalho dos pesquisadores e que n = 8 atuaram direta ou indiretamente, como colaboradores, no Programa Mulheres Mil.

Outro dado pesquisado foi em relação ao sexo dos autores, com destaque para a predominância maciça de mulheres (100%) nos estudos pesquisados. Esses dados instigam alguns questionamentos, como: a) se as pesquisadoras não estariam mais sensíveis aos problemas enfrentados pelas mulheres participantes do PMM; b) qual teria sido a participação masculina nas etapas de implementação e execução do PMM nas instituições; e c) se os pesquisadores seriam mais resistentes ou sofreriam resistência para as investigações nessa área.

Além disso, procurou-se verificar em quais áreas do conhecimento as publicações foram realizadas. Para tanto, buscou-se relacionar as informações sobre o tipo de periódico ou programa de pós-graduação, conforme apresentado no Quadro 2.

Dos estudos selecionados, em relação ao perfil das publicações, notou-se que n = 4 foram realizados em programas de pós-graduação ou publicados em periódicos classificados na área de Educação, n = 2 em periódicos que se classificam como multidisciplinares e os demais se encontram dispostos em áreas de conhecimento bem diversificadas, como Ciências Políticas, Letras, Ciências da Religião e Teologia, além das Multidisciplinares.

Os resultados também evidenciaram que a maioria dos estudos pesquisados (n = 8) está associada aos programas de pós-graduação, como requisitos para que se concluam os cursos de mestrado e doutorado, com maior ênfase para as dissertações (n = 6).

Quadro 2 – Descrição das publicações de acordo com as áreas de conhecimento das publicações relativas ao período de 2012 a 2108

Programa Mulheres Mil e Violência Doméstica e de Gênero			
Item	Título da Publicação	Informações do Periódico/Programa de Pós-Graduação	Área de Conhecimento
1	A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho	Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado – Faculdades EST.	Ciências da Religião e Teologia
2	Representações Sociais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Contexto Sócio-Histórico De São Borja/RS	Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado – UFSM	Letras
3	“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino.	Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas – Mestrado Profissional- UFPE	Ciências Políticas
4	Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes.	Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional – UNB	Educação
5	A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – UFRRJ	Educação
6	Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero	Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado - UFSC	Educação
7	A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia	Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional – UNB	Educação
Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo			
8	Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana – Doutorado – UNB	Nutrição
9	Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR, Campus Paranaíba: A transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero.	Holos, v. 32, n. 1, 2016.	Multidisciplinar
10	Bem-estar subjetivo em Participantes do Programa Mulheres Mil - Barbacena MG	Holos, v. 28, n.4, 2012	Multidisciplinar

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Do total de pesquisas realizadas em programa de pós-graduação (n = 8) que envolvem os descritores propostos, verificou-se que n = 3 são de instituições de ensino localizadas na Região Sul; n = 2, na Região Nordeste; n = 2, na Região Centro-Oeste e n = 1, na Região Sudeste. Um aspecto interessante demonstrado por esta pesquisa é o

número relevante de estudos realizados em programas de pós-graduação na Região Sul do Brasil, contrapondo vários estudos que apontam a Região Sudeste com o número mais relevante de publicações, seja pela interiorização do ensino, seja pela criação de novas unidades de ensino e investimento na pós-graduação, no Brasil, na última década, como pontuado por De Moura et al. (2015, p. 157).

Os resultados encontrados podem estar associados à tradição de um número relevante de pesquisas serem realizadas pelas universidades do Sudeste do País. Esta região possui estrutura socioeconômica que possibilita maior desenvolvimento científico e tecnológico. [...] O aumento da produção científica nos anos de 2006 a 2010 pode estar associado ao investimento na pós-graduação no Brasil, que resultou em sua expansão contínua por meio do aumento do número de cursos oferecidos.

Do total de pesquisas oriundas dos programas de pós-graduação ($n = 8$), observou-se um baixo índice de publicações de artigos em periódicos avaliados pelo sistema denominado Qualis¹⁰. Notadamente, foram geradas apenas três publicações, sendo duas relacionadas aos descritores Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero e uma relacionada aos descritores Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo, sendo duas publicações de artigos em revistas com a classificação Qualis Capes B5 e uma publicação Qualis Capes B4, existindo também uma publicação em Coletânea de Textos da Unesco e cinco trabalhos completos, que foram apresentados e publicados em anais de eventos com características multidisciplinares.

Do total de artigos selecionados na presente pesquisa ($n=2$), todos foram publicados em periódicos identificados no Sistema Qualis com a classificação B3.

Quanto ao período de publicação, constatou-se que o maior número de estudos está associado ao período de 2015 a 2016 ($n = 6$), sendo $n = 5$ dessas publicações realizadas em 2016. Em relação ao tipo de publicação, houve maior ênfase em dissertações ($n = 6$).

A abordagem qualitativa predominou ($n = 7$), em relação às demais, tendo $n = 2$ desenvolvido os trabalhos com a abordagem quantitativa e $n = 1$ fez uso da abordagem quali-quantitativa. Dos trabalhos com a abordagem qualitativa ($n = 7$), $n = 4$ utilizaram a análise de conteúdo como metodologia, $n = 2$ utilizaram a etnografia e $n = 1$ a revisão bibliográfica. Quanto aos estudos identificados com a abordagem quantitativa e quali-

¹⁰ Esse sistema é basicamente um conjunto de procedimentos utilizados para classificar a qualidade de produção científica dos programas de pós-graduação, implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

quantitativa, verificou-se que n = 2 utilizaram o programa Statistical Package of Social of Science (SPSS).

Essa verificação reflete o contexto das pesquisas realizadas sobre o Programa Mulheres Mil, uma vez que poucos estudos trazem como metodologia a abordagem quantitativa. De acordo com Duarte et al. (2015, p. 328), muitos pesquisadores defendem que os métodos qualitativos conseguem dimensionar a complexidade de temas, como relações de gênero e seus efeitos sobre diferentes esferas da vida social. No entanto, os autores também apontam, corroborando o resultado ressaltado nesta pesquisa, que, além de estudos qualitativos, é preciso investir em estudos que possam traduzir em números a amplitude dos temas pesquisados e possam contribuir, de forma efetiva, para a condução de ações devidamente planejadas e que possibilitem a visibilidade necessária para o real enfrentamento dos problemas apontados.

De todos os estudos pesquisados, n = 7 tiveram como sujeito ou assunto de interesse as mulheres matriculadas no PMM. Entretanto, n = 2 tiveram como sujeitos, além das mulheres, professores e servidores que participaram do PMM, e em n = 1 das publicações a temática pesquisada foi identificada como as representações sociais de mulheres do PMM, em situação de violência doméstica.

Outro dado relevante diz respeito ao número de vezes que um estudo é citado em outros estudos científicos, já que várias bases de dados incluem a contagem de citações, como é o caso do Google Acadêmico¹¹. Do total pesquisado (n = 10), n=1 teve cinco citações registradas; n = 3 registraram uma citação, enquanto n = 6 não obtiveram registros de citações. O estudo que obteve o maior número de citações corresponde aos descritores “Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo”.

A partir dos principais resultados e discussões evidenciados nos estudos selecionados, buscou-se elucidar as categorias que emergiram da análise dos conteúdos dos itens pesquisados. Assim, com base nas principais considerações da busca integrada entre Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero, foram encontradas as seguintes categorias: 1) empoderamento; e 2) formação profissional. Em relação ao item Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo, foi identificada como categoria: as principais

¹¹ No Google Scholar é possível consultar o número de citações por artigo, na opção “Cited By”, que surge junto de cada referência na lista de resultados e que permite a consulta das citações que determinado documento recebeu. (Disponível em: <<http://blogs.ua.pt/bibliotecainforma/?p=818>>. Acesso em: 11 jun. 2018).

mudanças vivenciadas pelas mulheres. A descrição da síntese das principais considerações pode ser visualizada nos Quadros 3 e 4.

As categorias que emergiram da análise de conteúdo na temática Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero estão fortemente ligadas ao empoderamento, bem como à garantia de acesso à formação educacional da mulher participante do PMM, tanto pela possibilidade de elevação da escolaridade, quanto pela inserção no mercado de trabalho, sendo essas estratégias apontadas como soluções para a valorização da mulher, minimização ou redução da violência doméstica, bem como para a contribuição para a emancipação e melhoria na vida e nas relações familiares.

Em todos os estudos o PMM é analisado como uma política pública que influencia positivamente o crescimento da mulher e seu empoderamento. Em relação à fragilidade da mulher, destacam-se os fatores que inviabilizam determinadamente o seu crescimento pessoal. Diversos autores, como Conto (2012), Ribeiro (2013), Tunin (2015), Ferreira (2016), Guerra (2016), Rodrigues (2017) e Rosa (2016), ressaltam, ainda, a importância da intervenção do Estado via políticas públicas, principalmente aquelas com foco em gênero, para atenderem às diferenças e às condições de desigualdade e de subordinação imposta pela sociedade, por intermédio de ações afirmativas diferenciadas, visando à atenção à mulher.

Contudo, relacionado à temática empoderamento, independentemente da definição proposta pelos autores, no que se refere à categorização, é interessante observar que a promoção do empoderamento vem também atrelada às políticas públicas educacionais. Porém, nas discussões efetuadas por Conto (2012) e Rodrigues (2017), os autores chamaram atenção para a impossibilidade de identificar evidências de que o conhecimento e a conscientização, repassados pelo PMM às mulheres, sejam suficientes para o empoderamento feminino.

Quanto à categoria as principais mudanças vivenciadas pelas mulheres, que emergiu na análise da temática Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo, evidenciou-se que os objetivos do PMM foram parcialmente cumpridos, com destaque para o impacto positivo do Programa, sinalizando melhorias na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias. No entanto, os resultados não apontam a significância do PMM na alteração do bem-estar subjetivo (CAMPOS, 2015; FURTADO et al., 2012; PANARARI-ANTUNES et al., 2016).

Quadro 3 – Apresentação das categorias emergidas da análise de conteúdo sobre as sinopses e principais considerações referentes às temáticas: Programa Mulheres Mil e violência doméstica e de gênero, nas publicações selecionadas das bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2018

Categorias	Título das Publicações	Sinopses	Principais Considerações
Empoderamento	A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho	A autora analisa o PMM inserido nas políticas públicas e a sua influência no crescimento da cidadania das mulheres e no empoderamento feminino.	Destaca que a estruturação da matriz curricular e dos cursos ofertados pelo PMM proporciona, às participantes, conhecimentos de leis protetoras, como é o caso da Lei Maria da Penha. Ressalta que, em relatos, as participantes demonstram, de forma mais consciente, a não aceitação de atos de violência. Contudo, aponta que não há dados suficientes que possibilitem dimensionar se houve a mudança de postura e de introjeção dos conceitos de direito à segurança e à vida, bem como se ocorre a diminuição dos casos de violência contra as mulheres. Além disso, enfatiza que não há garantia que o estímulo oferecido pelo conhecimento das leis e o apoio logístico sejam suficientes para o empoderamento feminino, principalmente, no que se refere à utilização dos mecanismos/espacos de proteção e combate à violência.
	Representações Sociais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Contexto Sócio-Histórico de São Borja/RS	A autora identifica as estatísticas sobre a violência contra a mulher e investiga ações legais efetivas e as políticas públicas implantadas para combater o problema, dentre elas o PMM.	Ressalta que o trabalho é uma das condições fundamentais que auxilia na emancipação da mulher. Aliada a essa condição, estar preparada profissionalmente para competir por um espaço reconhecido no mundo do trabalho pode ter uma representação muito significativa na vida da mulher. Aponta como estratégia para minimizar ou reduzir qualquer tipo de violência doméstica a integração dos homens (maridos, companheiros, pais, etc.) no contexto educacional de qualificação dessas mulheres, conscientizando-os da importância e de como essa qualificação e emancipação podem contribuir para a melhoria de vida da família.

Categorias	Título das Publicações	Sinopses	Principais Considerações
	“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino	A autora analisou a relação entre o PMM e o empoderamento feminino, sob a ótica das próprias beneficiárias, objetivando proporcionar subsídios para o adequado entendimento do conceito de empoderamento.	Com uma abordagem em três dimensões: psicológica, econômica e legal/política/social, os resultados da pesquisa apresentam indícios de que, nas percepções das beneficiárias, o empoderamento foi detectado, principalmente, nas relações familiares, ressaltando, entretanto, que não é possível afirmar que o empoderamento foi culminado pela participação das mulheres no PMM.
Educação Profissional	Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes	A autora investigou a relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes, sendo o capital social tomado em sua forma positiva, representando o potencial de criação de redes de apoio para a consecução de objetivos comuns.	De acordo com as narrativas das participantes do PMM, detectou-se que o acesso à formação educacional e profissional contribuiu para mudanças na vida dessas mulheres em diversos aspectos, desde a sua inserção no mundo do trabalho, até a melhoria nas relações familiares e no desempenho dos seus filhos na escola – visto que elas passaram a auxiliá-los e incentivá-los nos estudos. Além disso, muitas conquistaram o respeito dos seus cônjuges e companheiros (reduzindo a violência doméstica), assim como assumiram o papel de multiplicadoras de conhecimentos nas suas comunidades, incentivando e mobilizando outras mulheres a seguir a mesma trajetória. Entende a autora que, além das relações interpessoais, é fundamental trabalhar de forma articulada as relações familiares e sociais. Destaca a importância de conscientizá-las sobre o esforço que, em geral, empreendem no ambiente familiar, como também que devem estar cientes de todos os tipos de violência que podem ser vítimas e as formas de defesa, esclarecendo as formas que assumem os relacionamentos abusivos e como se defender deles.

Categorias	Título das Publicações	Sinopses	Principais Considerações
	A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação	Trata-se de uma avaliação da eficácia do PMM, como parte das políticas de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade, com o intuito de compreender o histórico das políticas públicas de gênero, a construção e execução do PMM, assim como seus resultados, como uma ação inclusiva.	Considerando o alto índice de mulheres vítimas de violência doméstica, entende-se o PMM com potencial estratégico de emancipação e valorização das mulheres. Destaca que aquelas mulheres que tiveram acesso ao Programa apresentaram mudanças significativas nas suas formas de entender a vida, tornando-se, talvez pela primeira vez, protagonistas de suas próprias histórias. Contudo, há a ressalva quanto ao cunho salvacionista que está sendo conferido às instituições que ofertam o PMM, dada a responsabilidade que vai além de suas funções, sugerindo, ainda, a reorganização dessas instituições e a reestruturação dos objetivos do Programa.
	Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero	Este estudo pretende mostrar os limites da perspectiva eurocêntrica, que inferioriza povos pela cor da pele, subjuga as mulheres e impõe um caminho único para viver, ser e estar. Defende a adoção de Epistemologias do Sul, para que se possa instituir processos educacionais balizados na interculturalidade crítica e, assim, constituir pedagogias de coloniais.	Destaca que o PMM apresenta dualidades, com contradições e conflitos que refletem questões que perpassam as percepções individuais, identificando questões de representações e relações sociais impostas no decorrer do processo de constituição da história brasileira. Ressalta que uma das dualidades se instala na importância do PMM, visando democratizar o acesso ao processo educacional e assegurar espaços educacionais para as mulheres que, de alguma forma, sofreram ou sofrem as reprimendas de uma sociedade patriarcal e preconceitos de classe e de raça, que fazem com que a violência, a submissão e a dominação incidam de formas diversas na vida das mulheres. Sugere estudos mais aprofundados sobre processos educacionais, que possam contribuir para a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas e a construção de uma escola justa para as negras e brancas em situação de vulnerabilidade social, que sonham com novas oportunidades educacionais, com rompimento das situações de pobreza e da violência de gênero, direitos

Categorias	Título das Publicações	Sinopses	Principais Considerações
			objetivados na legislação brasileira, mas que, no decorrer das suas trajetórias, lhes foram negados.
	A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia	Trata-se de investigar as contribuições do Programa na melhoria da qualidade de vida das alunas (elevação da escolaridade/retomada dos estudos, autoestima, reconhecimento dos direitos relacionados à cidadania).	Aponta o PMM como uma política educacional diferenciada das demais, por trazer na sua concepção uma educação para além de uma formação profissional, se aliando a outros temas que contribuem para uma conscientização cidadã e social, possibilitando às participantes adquirir conhecimentos relacionados aos direitos da mulher e, principalmente, ampliando os conhecimentos sobre violência doméstica e sobre os mecanismos de combatê-la. Evidenciou-se, ainda, que o Programa conseguiu instruí-las sobre as questões relacionadas à condição da mulher na sociedade e, ainda, a conscientização sobre o direito de ter uma vida sem violência, com maior empoderamento.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Quadro 4 – Apresentação das categorias emergidas da análise de conteúdo sobre as sinopses e principais considerações referentes às temáticas Programa Mulheres Mil e bem-estar subjetivo, nas publicações selecionadas das bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2018

Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo			
Categoria	Título das publicações	Sinopses	Principais considerações
As principais mudanças vivenciadas pelas mulheres	Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	A pesquisa teve como objetivo verificar as mudanças vivenciadas pelas mulheres do PMM, quanto aos aspectos demográficos e econômicos, insegurança alimentar e bem-estar subjetivo, após a participação no Programa.	Demonstrou que, mesmo não havendo alterações significativas na questão de Segurança Alimentar e bem-estar subjetivo, o PMM proporcionou avanços reais e potenciais, sinalizando positivamente as contribuições para a melhoria na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias.
	Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR, Campus Paranavaí: A transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero	Os autores analisaram a eficácia do PMM e a transformação social das mulheres em estado de vulnerabilidade social.	Os resultados encontrados sugerem que os objetivos do PMM foram cumpridos parcialmente, destacando que houve impacto positivo sobre as participantes do Programa.
	Bem-estar subjetivo em Participantes do Programa Mulheres Mil - Barbacena MG	Os autores avaliaram o bem-estar subjetivo em participantes do PMM.	Evidenciou-se que os resultados não apresentaram significância estatística, embora tenha sido registrada uma maior satisfação com a participação no PMM.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

A referida análise de conteúdo foi complementada com o uso do software IRaMuTeQ, por meio da análise de similitudes, ao examinar dez resumos dos textos pesquisados. A partir dessa análise, baseada na teoria dos grafos, é possível identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações da conexidade entre as palavras, o que auxilia na identificação da estrutura do conteúdo do corpus textual. Conforme a Figura 1, foram identificadas as duas palavras que mais se destacaram no discurso: mulher e programa¹².

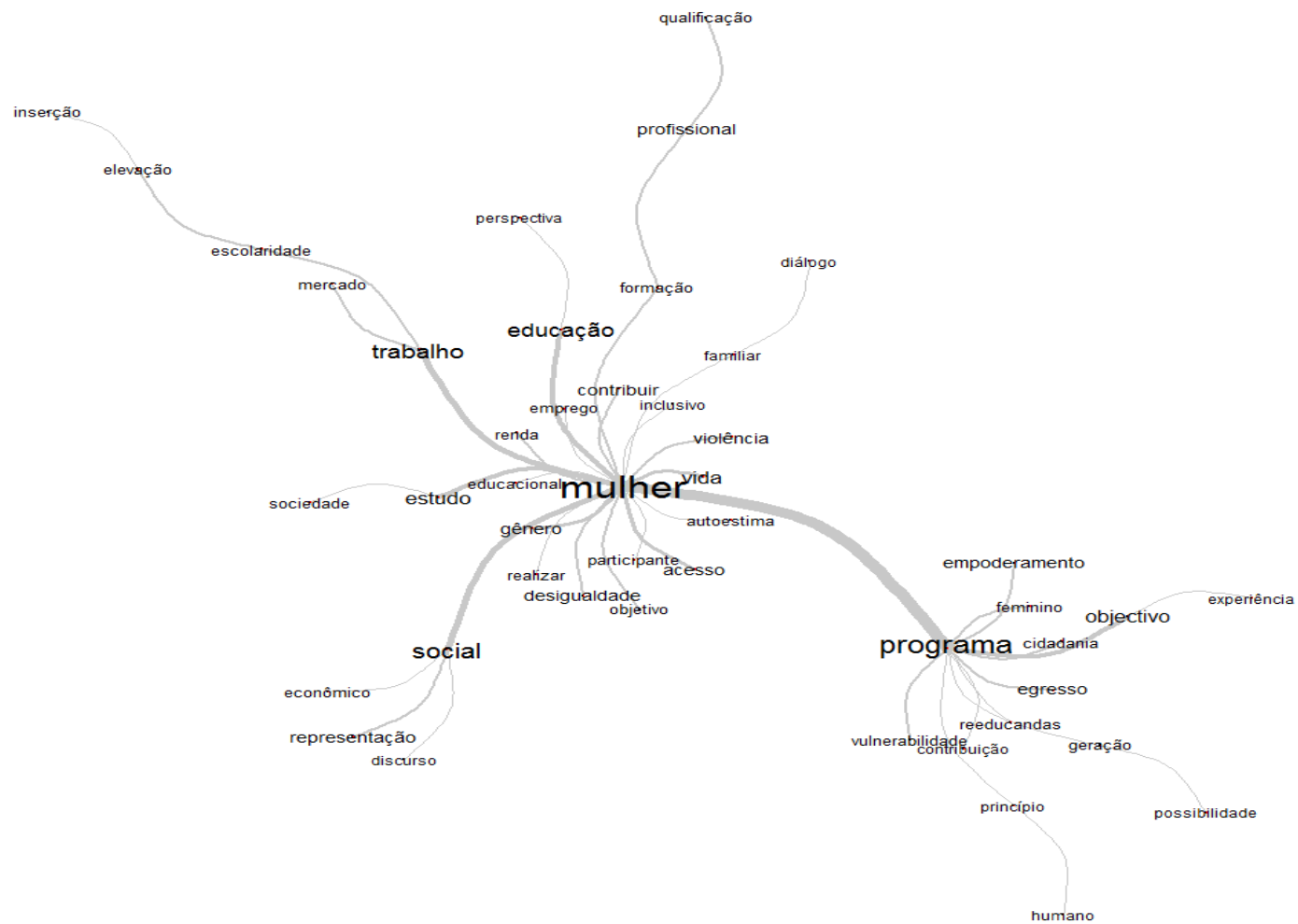
Da palavra mulher ramificam-se outras palavras significativas, como: trabalho (mercado, renda, inserção), educação (formação, profissional, qualificação, emprego) e social (gênero, desigualdade, autoestima). A palavra violência é citada de forma menos incidente, como parte da vida da mulher, associada a família, diálogo e inclusão. Por outro lado, a palavra programa encontra-se interligada com as expressões: vulnerabilidade, geração, possibilidade, cidadania e empoderamento.

Nesse sentido, pode-se inferir que, de modo geral, os discursos contidos nos estudos pesquisados, além de apresentarem referências que, de acordo com a literatura exposta, coadunam com a o discurso proposto pelo Programa Mulheres Mil, revelam o quanto essa política permite vislumbrar novas possibilidades por meio da educação, da qualificação e do trabalho para enfrentamento das condições de vulnerabilidade, do maior empoderamento e das melhorias sociais das participantes do PMM.

As palavras evocadas na análise proposta nesta pesquisa identificam que, apesar do enfrentamento da violência ser um dos objetivos do PMM, sua citação nos discursos dos trabalhos analisados se dá de forma menos incidente, comparativamente às expressões educação, trabalho e social, que estão ligadas à pessoa da mulher, bem como experiências, possibilidades, cidadania e empoderamento, associadas ao programa.

¹² A palavra programa aparece em substituição à expressão “Programa Mulheres Mil”.

Figura 1 – Grafo de similitude representativo dos resumos dos estudos pesquisados, no período de 2012 a 2018



Fonte: dados da pesquisa (2018), analisados com o auxílio do software IRaMuTeQ.

4 Considerações finais

A construção do conhecimento sobre o Programa Mulheres Mil, evidenciada pela produção de estudos acadêmicos analisados e discutidos neste artigo, revela que as pesquisas sobre a temática Programa Mulheres Mil, associada à temática violência doméstica e de gênero, bem como à categoria bem-estar subjetivo, são superficiais, ou seja, apesar da atenuação da violência e da melhoria do bem-estar serem objetivos do PMM, essa temática é tratada de forma secundária, trazida à tona para complementar os estudos que ressaltaram o empoderamento, por exemplo.

Este estudo revelou ainda que, em nenhum dos estudos pesquisados, os temas utilizados como descritores associados ao PMM encontravam-se descritos nos títulos ou inseridos nos objetivos de pesquisa. Mesmo sendo temas considerados de maior complexidade, por demandarem uma profundidade de conhecimento e maior proximidade com o sujeito, tanto do ponto de vista teórico, político e social, quanto investigativo, este estudo aponta a necessidade de incentivo e ampliação de novas investigações.

Nesse sentido, o resultado deste estudo apresenta o caráter inovador da pesquisa proposta, bem como sua importância para a sociedade.

5 Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. M. **Feminicídio**: O que é. Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. D. A.; MACEDO, M. O Método Da Revisão Integrativa Nos Estudos Organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121, Feb. 2011.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de **Enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2011. Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CAMPOS, R. L. A.; RENGIFO, M. L. A.; MEZA, C. J. D. Reflexiones sobre el derecho a la educación y sus perspectivas em el marco del desarrollo humano. **Revista Iasallista de investigación**, v. 8, n. 1, p. 117-125, 2011.

CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015, 160 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

CONTO, Janete Maria de. **Representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS**. 2012. 295 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

DIAS, A. O. S. **Violência contra a mulher opressão e omissão: um grito de liberdade**. 2016. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/20429-violenciacontra-a-mulher-opressao-e-omissao-um-grito-de-liberdade>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

DIENER, E.; LUCAS, R. E. Explaining differences in societal levels of happiness: Relative standards, need fulfillment, culture, and evaluation theory. **Journal of Personality Assessment**, v. 1, n. 1, p. 41-78, 2000.

DE MOURA, Denise Cristina Alves; GRECO, Rosangela Maria; LEONEL, Mariléia. Saúde do trabalhador–produção científica da enfermagem na primeira década do século XXI. **Revista de Enfermagem da UFJF**, v. 1, n. 2, p. 153-160, 2015.

DE SOUZA, Karina Cardoso; LEAL, Tatiana Oliveira dos Santos; SILVA, Débora Bastos. A Lei Maria da Penha entre as alunas do Programa Mulheres Mil IFMA Açailândia. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO (CONNEPI), 7., Palmas, Tocantins, 2012.

DUARTE, M. C.; FONSECA, R. M. G. S.; SOUZA, V.; PENA, É. D. Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, p. 325-32, 2015.

FURTADO, Fabianne et al. “Bem-estar subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na cidade de Barbacena - MG.” **Holos**, v. 4, p. 178-187, 2012.

GUERRA, Suzana Curi. **Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Análise de conteúdo. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araújo. **Mulheres, conquistando espaço dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)-Campus Iguatu**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) Programa de Pós-Graduação em Teologia. Faculdades EST. São Leopoldo, 2014.

PANARARI-ANTUNES, Renata de Souza; SOUZA, Gabriel Felipe Moreira de; KLOSOSKI, Suellen Jensen et al. Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR, Campus Paranavaí: a transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero. **Holos**, v. 1, p. 153-160, 2016.

PETTER, C. B.; CAGLIARI, C. T. S. Desafios contemporâneos no combate à violência contra a mulher. **Revista Unitas**, n. 1, p. 122-143, 2016.

RIBEIRO, L. É. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

RODRIGUES, Silvia Helena de Oliveira. **A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho**. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2017.

SILVA, Adriana Beserra; CUNHA, Tânia Rocha de Andrade. Do silêncio a visibilidade: o fenômeno da violência conjugal a partir dos depoimentos de mulheres do Município de Codó-MA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇADOS E SEXUALIDADES, 5., Bahia, 2017.

SOUZA, A. V. M.; SOUZA, N. V.; SANTOS, N. G. Profissionalização, memórias e contextos sociais: reflexões sobre Projeto Internacional Mulheres Mil, Brasil/Canadá. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5., Sergipe, 2011.

TUNIN, Andréa Simoni Manarin. **A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação**. 2015. 165 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015.

ARTIGO 2

O FLUXO POLÍTICO DO PROGRAMA MULHERES MIL E SUAS INTERFACES COM O PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS¹³

Resumo

Neste trabalho discutiram-se questões relativas à gestão do Programa Mulheres Mil, no Brasil, em duas fases do seu ciclo político, sem e com a vinculação ao Pronatec, bem como a sua relação com o perfil das beneficiárias: Programa Mulheres Mil, de 2011 a 2013, e Pronatec-Programa Mulheres Mil, de 2014 a 2015. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem quantitativa, por meio do software PSPP, com dados extraídos dos questionários do Perfil Socioeconômico e da Avaliação das Mulheres participantes dos cursos do Programa Mulheres Mil e Pronatec, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – campus Barbacena, que foram analisados pela regressão logística binária e pelo teste qui-quadrado. Os resultados evidenciaram que a vinculação do Programa Mulheres Mil ao Pronatec foi significativa, pela absorção de mulheres mais vulneráveis. Entretanto, o ingresso no mercado laboral não depende do processo de gestão, mas, sim, do nível de escolaridade feminino e da renda familiar, que interferem no aumento das capacidades e oportunidades sociais.

Palavras-chaves: Política Pública. Inclusão Social Feminina. Mercado Laboral.

THE POLITICAL FLOW OF THE THOUSAND WOMEN PROGRAM AND ITS INTERFACES WITH THE PROFILE OF THE BENEFICIARIES

Abstract

In this work, we discussed issues related to the management of the Thousand Women Program in Brazil, in two phases of its political cycle, without and with the link to PRONATEC, as well as its relationship with the profile of the beneficiaries: Program Thousand Women, 2011 to 2013 and PRONATEC – Thousand Women Program, from 2014 to 2015. To do so, a quantitative approach was used through the PSPP software, with data extracted from the questionnaires of the “Socioeconomic Profile” and the “Women’s Assessment”, participants in the Thousand and PRONATEC Program, Federal Southeast Institute of Minas Gerais – Barbacena Campus, which were analyzed by binary logistic regression and chi-square test. The results showed that the connection of the Thousand Women Program to PRONATEC was significant by the absorption of more vulnerable women. However, entry into the labor market is independent of the management process, but of the level of female education and family income, which interfere with the increase of social capacities and opportunities.

Keywords: Public Policy. Women’s Social Inclusion. Labor Market.

¹³ Artigo publicado na revista **Journal of Education & Social Policy**, v. 5, n. 1, Março 2018.

1 Introdução

Devido aos resultados positivos alcançados com o projeto-piloto do Programa Mulheres Mil (PMM), desenvolvido a partir de uma cooperação internacional entre Brasil e Canadá¹⁴, em 2011 o Ministério da Educação (MEC) instituiu nacionalmente o Programa, como uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria¹⁵. O objetivo do PMM foi oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, tendo como diretrizes: acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2017).

Como advento da Portaria Ministerial nº 168/2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o PMM, executado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sofreu uma alteração em seu processo de implementação, derivado do fluxo político, quando passou a ser desenvolvido pelo Pronatec. A partir desse marco legal, por meio do Ofício-circular nº 51/2013, de 10 de julho de 2013, o MEC orientou as instituições ofertantes sobre a transição do PMM para o Pronatec. Além da transição, houve alterações relacionadas ao público-alvo e à gestão dos procedimentos; à forma de oferta e à carga horária dos cursos; e, inclusive, à implementação da Metodologia Brasileira do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Essa nova metodologia vem em substituição ao Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), estilizado pelos Colleges canadenses, para atender à realidade brasileira. Assim, pode-se considerar que houve um reajuste dessa política pública aplicada à educação e formação profissional, mantendo o público-alvo e os objetivos inicialmente propostos.

Nesse contexto, o presente artigo teve como objetivo: a) comparar o perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres beneficiárias do PMM e do Pronatec; b) examinar se a vinculação do PMM ao Pronatec possibilitou às participantes melhores

¹⁴ Em 2007, iniciou-se o processo de implantação do PMM, com o objetivo principal, àquela época, de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas em 12 estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto-piloto tinha o intuito de potencializar a qualificação profissional e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, de suas famílias e da comunidade onde estavam inseridas. Esse processo contou com diversas parcerias, incluindo Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, à construção de redes educacionais locais (BRASIL, 2017).

¹⁵ **Brasil Sem Miséria** é um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. Lançado em junho de 2011, o programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês. O Brasil Sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do Governo Lula (conhecido por Bolsa Família).

Fonte: disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_sem_Mis%C3%A9ria>.

condições para a inserção no mercado de trabalho; e c) analisar a associação entre o perfil socioeconômico das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil e a sua inserção no Pronatec, bem como no mercado de trabalho.

2 Referencial da literatura

2.1 A concepção, construção e implementação do Programa Mulheres Mil, como política pública educacional, no Brasil

Todas as conquistas que permitiram às mulheres tornarem-se sujeito no processo de emancipação política, econômica e social feminina representaram um expressivo avanço ao longo do século XX. No Brasil, a sociedade também sofreu mudanças significativas em suas relações sociais, em consonância com as influências mundiais. Porém, os direitos femininos conquistados e a transição de uma sociedade patriarcal não vêm ocorrendo na mesma equivalência, ao considerar que as conquistas históricas, como o direito ao voto, a elevação do nível de escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social, não se aplicam a todas as sociedades, tendo em vista as situações de submissão, desrespeito e exclusão que ainda são impostas às mulheres (PREZOTTI FILHO, 2014).

De acordo com Campos (2015), no sentido de minimizar esse descompasso no Brasil, em 2007 teve início o processo de implantação do Programa Mulheres Mil (PMM), com o objetivo principal, àquela época, de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas, em 12 estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto-piloto tinha o intuito de potencializar a qualificação profissional e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, de suas famílias e da comunidade onde estavam inseridas. Esse processo contou com diversas parcerias, incluindo Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, à construção de redes educacionais locais.

Em 2011, o PMM foi instituído nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, devido aos impactos positivos alcançados pelo projeto-piloto, objetivando oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, tendo como diretrizes: acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de

gênero e combate à violência contra a mulher, de acordo com a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito.

O Programa passou a oferecer cursos profissionalizantes às mulheres a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza, privilegiando temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando-se, assim, promover a inclusão social, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania. Para isso, conforme a cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria: Mulheres Mil (BRASIL, 2014, p. 4), o PMM está estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, sendo formulado para contemplar o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar, capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados.

Com base no exposto, pressupõe-se que haja uma associação entre política educacional e inclusão social, tendo em vista que esta pode ser conceituada, como propõem Alvino-Borba e Mata-Lima (2011, p.222), como:

Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem.

O alcance da inclusão social, geralmente, é buscado por meio das políticas públicas, uma vez que essas constituem uma das formas de enfrentamento dos conflitos sociais, tal como explicita Rua (2009). Segundo a autora, a diferenciação social é uma das características das sociedades modernas, que conduz a uma vida social complexa, com diferentes padrões de interação, que podem culminar na cooperação, na competição e em conflitos. Considerando que a cooperação e a competição possuem condições agregadoras, o conflito, por sua vez, necessita ser administrado e mantido em um limite necessário ao bem-estar coletivo. Essa administração do conflito se orienta estrategicamente pela política, que admite vários outros mecanismos, que têm a função de resolvê-lo pacificamente.

Sendo assim, a autora destaca a distinção entre uma política pública e uma decisão política na solução dos conflitos, evitando a ruptura dos laços de coexistência coletiva, como:

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão isolada, além de requerer diversas ações estrategicamente selecionadas para implemen-

tar as decisões tomadas. [...] A decisão política, por sua vez, corresponde a uma escolha entre várias alternativas, segundo a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis num contexto de relações de poder e conflito. [...], embora uma política pública implique em decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 2009, p. 7).

Para Secchi (2013), o que determina a essência conceitual de uma política pública é a sua intervenção para resolver um problema público, e não um problema político. Dentro dessa assertiva, o PMM passa por uma trajetória, integrando as ações previstas no Plano de Políticas para Mulheres, nas temáticas igualdade de gênero e autonomia econômica, culminando no acordo internacional entre o Brasil e o Canadá, em 2007. Essa trajetória está na dependência da agenda política, que, conforme Secchi (2010, p. 36), consiste em um conjunto de *problemas ou temas que uma “comunidade política percebe como merecedor da intervenção pública*.

Durante a trajetória de implementação do PMM, os períodos que correspondem a 2011, que institui o PMM nacionalmente, e 2013, com a sua integração ao Pronatec, constituem o percurso da política. Segundo Kingdon (1984), esse processo pode se modificar pelas janelas de oportunidades ou *policy windows*, que consistem na combinação de três fluxos, que interferem na entrada de novos problemas na agenda decisória, que são: fluxo de problemas (*problem stream*), percebidos a partir de indicadores, eventos, crises e símbolos ou no feedback de ações governamentais; fluxo de soluções e alternativas (*policy stream*); e fluxo político (*politics stream*), derivado de clima ou humor nacional, forças políticas organizadas ou grupos de pressão, bem como de mudanças no interior do próprio governo.

De acordo com Dalfior et al. (2015), em algum momento esses fluxos podem convergir, criando as “janelas de oportunidade”, que possibilitam a formação de políticas públicas ou mudanças nas políticas existentes. Na opinião dos autores, existem janelas previsíveis, devido a eventos regulares e permanentes, bem como janelas que se abrem devido a situações episódicas, como é caso do PMM, como destaca Damasceno (2017):

Nessa perspectiva, voltada para a inclusão educacional e produtiva através da qualificação profissional, o PMM a partir do ano de 2014, numa parceria entre o MDS e o MEC, passou a ser integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011a). Ação esta contemplada como meta do PNMP (2013-2015), que busca garantir que, no mínimo, a metade dos beneficiários da Bolsa-Formação do PRONATEC sejam mulheres (DAMASCENO, 2017, p. 63-64).

Assim, visando ampliar as ofertas de cursos profissionalizantes, foram criados os Institutos Federais de Educação (IFs) e a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que define um novo marco legal e histórico sobre a educação profissionalizante no Brasil, tendo a inclusão escolar como uma das suas premissas básicas (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014). Esse movimento educacional se fundamenta na inclusão escolar e social e tem como objetivo ofertar educação para todos e aumentar a empregabilidade.

Nessa perspectiva, como forma de ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade e violência, a partir de 2013 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil dentro da proposta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que foi criado pelo governo federal em 2011, por meio da Lei nº 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País. Ou seja, o Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens e trabalhadores, tendo como referência os usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e como base o Programa Bolsa Família, no contexto da Política de Proteção Social Básica. O Programa oferece aos alunos o recebimento de uma bolsa formação, que está dividida em bolsa formação estudante, destinada aos alunos dos cursos de educação técnica de nível médio, e bolsa formação trabalhador, voltada para beneficiários dos programas de transferência de renda e alunos dos cursos do nível de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2017).

Esse objetivo de ampliação das oportunidades educacionais e produtivas conjugava com as metas do PMM, permitindo um apoio político, e também resolvia um dos problemas do Programa, que era a dependência de mão de obra voluntária, pela falta de recursos financeiros. Assim, o cruzamento desses fatores possibilitou a inclusão da demanda na agenda de decisão do Pronatec.

Corroborando a discussão, Dalfior et al. (2015) destacam o papel dos empreendedores de política (policy entrepreneurs) na promoção de determinadas propostas políticas, considerados elementos cruciais para o devido aproveitamento da janela de oportunidades. Ou seja, aqueles atores (rede federal, movimentos sociais, agentes externos, etc.) que

atuavam na implementação e manutenção do PMM foram fundamentais para garantir sua inserção na agenda da política pública de inclusão social feminina no Pronatec.

Segundo Oliveira et al. (2016), além da vinculação do PMM ao Pronatec, novos elementos foram incorporados à ação. Um deles é o recebimento de bolsa no valor de R\$11,00, para as mulheres, por dia de aula assistida. Para a autora, esse elemento tem seu lado positivo, quando se pensa na questão econômica das famílias das alunas, mas também permite uma reflexão crítica no que diz respeito à frequência do curso: se essa, de fato, se dava em função da busca pela qualidade profissional e inserção no mundo do trabalho.

Damasceno (2017, p. 65) pontua dois outros elementos na ação de vinculação do PMM ao Pronatec. O primeiro está relacionado à forma de repasse dos recursos orçamentários e financeiros aos Institutos Federais, bem como à definição dos cursos e das mulheres beneficiárias; anteriormente, os recursos para o PMM eram previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), em rubrica própria. Por outro lado, a definição dos cursos e o encaminhamento das mulheres para esses cursos passou a ser realizado pelas Secretarias demandantes, no caso, as Secretarias Municipais de Assistência Social.

Desse modo, propõe-se avaliar as questões relativas à gestão do Programa Mulheres Mil, no Brasil, em duas fases do seu ciclo político, sem e com a vinculação ao Pronatec, bem como a sua relação com o perfil das beneficiárias: Programa Mulheres Mil, de 2011 a 2013, e Pronatec-Programa Mulheres Mil, de 2014 a 2015.

3 Metodologia

Este estudo foi elaborado baseando-se fundamentalmente em uma abordagem quantitativa, por meio do software SPSS. Os dados utilizados foram extraídos dos questionários do Perfil Socioeconômico e da Avaliação das Mulheres participantes dos cursos do PMM e Pronatec, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - campus Barbacena, perfazendo um total de 260 questionários, nas turmas oferecidas em 2011, 2012, 2013 e 2104.

Inicialmente, foi realizada uma análise do perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres, por meio da estatística descritiva, visando comparar os dados nas duas gestões do Programa: de 2011 a 2013, com recursos orçamentários disponibilizados diretamente às instituições para a execução do PMM, e de 2013 a 2014, com recursos

disponíveis pelo Pronatec. As variáveis consideradas foram: idade da mulher, presença e número de filhos, tamanho da família e renda familiar, transferência do governo, ocupação feminina e escolaridade, participação no orçamento familiar e expectativas quanto ao Programa.

Em seguida, procedeu-se à regressão logística binária, em que se definiu como variável dependente a variável categórica trabalho. Assim, buscou-se explicar a significância da inserção das mulheres no mercado de trabalho, segundo o acesso a uma política pública específica e sua mudança, considerando como características individuais das participantes as seguintes variáveis: a) nível de escolaridade (1 = nunca frequentei; 2 = ensino fundamental incompleto; 3 = ensino fundamental completo; 4 = ensino médio incompleto; 5 = ensino médio completo; 6 = ensino superior incompleto; e 7 = ensino superior completo); b) presença de filhos (1 = sim; 0 = não); c) renda familiar (1 = até 1 salário mínimo; 2 = acima de 1 salário mínimo); e d) gestão do Programa (Pronatec: 1 = sim; 0 = não).

Para o modelo de regressão logística binária, a variável resposta ou dependente do modelo tem distribuição de Bernoulli (ou binomial), sendo variável binária, dicotômica, que pode assumir dois valores mutuamente excludentes: para o caso concreto, a variável Y assumiu os valores 1 (um) e 0 (zero), correspondendo às denominações trabalha e não trabalha, respectivamente.

Para Hair (2009), a regressão logística é uma técnica estatística que é formada para explicar uma variável categórica binária (nominal ou não métrica), que representa uma relação multivariada com coeficientes, indicando o impacto relativo de cada variável.

Karam (2006, p. 53) destaca que a regressão logística tem uma abordagem probabilística e é projetada para utilizar a combinação de variáveis predictoras contínuas e categóricas para prever uma variável de resultado categórico ou dependente.

Souza et al. (2015) explicam a atribuição da codificação binária e a sua representação na regressão logística, a saber:

Na regressão logística, em geral, atribui-se o código um ao resultado de interesse, denominado sucesso, que representaria a presença de uma característica do evento-alvo, e zero ao evento complementar, denominado fracasso. A regressão logística é utilizada quando o objetivo é estabelecer uma relação entre uma variável resposta dicotômica e uma ou mais variáveis explicativas que podem ser tanto qualitativas como quantitativas (SOUZA et al., 2015, p. 14).

Segundo Hair (2009), sendo o objeto de estudo a probabilidade de ocorrência de um evento, o relacionamento das variáveis independentes se dá de forma linear nas proba-

bilidades de log, e não nas probabilidades originais. Desse modo, a equação de regressão logística é representada no seguinte modelo:

$$p_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x_{1,i} + \dots + \beta_k x_{k,i})}}$$

Além da regressão logística, foi realizado o teste estatístico qui-quadrado (χ^2) de Pearson, visando examinar a associação entre o perfil socioeconômico das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil com Acesso ao Trabalho e com Inserção no Pronatec. Os dois grupos do fluxo político, antes (PMM 2011 e 2012) e após o Pronatec (PMM 2013 e 2014), foram identificados pela variável Pronatec, assim como estar ou não trabalhando, que foram associados com as mesmas variáveis escalares e/ou nominais (nível de escolaridade, presença de filhos e renda).

De acordo com Dancey (2006), o teste qui-quadrado (χ^2) de independência é uma medida de relacionamento ou associação que permite verificar se os dois grupos se comportam de forma semelhante ou não, de acordo com a diferença entre as frequências observadas em cada categoria. Possibilita verificar se uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência esperada, devendo ser ressaltado que o resultado muito próximo de zero (0) implica a existência de uma semelhança significativa.

Para as análises propostas, o nível de significância adotado foi de 5% e o intervalo de confiança de 95%.

4 Resultados e discussão

4.1 Perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres

Na Tabela 1 estão as frequências de algumas variáveis do Perfil Socioeconômico Pessoal e Familiar das Mulheres, comparando os dois grupos do fluxo político: 1) Programa Mulheres Mil, no período de 2011 a 2012; e 2) Pronatec – Programa Mulheres Mil, no período de 2013 a 2014.

Tabela 1 – Perfil socioeconômico das mulheres do PMM e Pronatec, em Minas Gerais

Variáveis	Unidade	PMM		PRONATEC	
		2011	2012	2013	2014
Média de Idade	Anos	35	38	38	40
Presença de filhos	%	86,70%	85,70%	87,90%	100%
Média de nº de filhos	nº	1	2	2	2
Média de membros da família	nº	3	3	3	3
Nível de escolaridade	%	56% (Ensino fundamental incompleto)	48,6% (Ensino fundamental incompleto)	56% (Ensino fundamental incompleto)	60,90% (Ensino fundamental incompleto)
Trabalho	%	61,3% (Desempregada)	48,6 (Desempregada)	39,6% (Desempregada)	- *
Renda	SM**	1	1	1	De 0,5 a 2,5
Benefício	%	61,30%	55,70%	37,40%	95,70%
Participação no orçamento familiar	%	66,7% (Não trabalha e seus gastos são financiados pela família)	54,3% (Não trabalha e seus gastos são financiados pela família)	29,7% (Trabalha e contribui com o sustento da família)	47,8% (Não trabalha e seus gastos são custeados)
Expectativas	%	72% (Conseguir emprego a partir da formação oferecida)	52,85% (Conseguir emprego a partir da formação oferecida)	61,5% (Elevar a escolaridade e qualificar para o mercado de trabalho)	95,7% (Conseguir um emprego a partir da formação inicial oferecida)

Fonte: banco de dados do IF, campus Barbacena, MG, organizados e analisados pela autora.

Legenda: (*) Não há dados disponíveis; (**) salário mínimo.

Segundo os dados da Tabela 1, o perfil feminino nos períodos analisados é bastante homogêneo. A variação de idade das egressas, nos quatro anos, encontrava-se entre 35 e 46 anos, o que evidencia ser um público já adulto e com capacidade de inserção no mercado de trabalho, de construir família e, conseqüentemente, de aprimorar sua qualidade de vida.

Corroborando o resultado da análise, de acordo com Silva (2016), a maioria das mulheres atendidas pelo PMM tinha idade igual ou superior a 35 anos.

Em termos da composição familiar, o número médio de membros, em todos os anos, foi de três, e mais de 80% das mulheres possuía filhos, com uma média de um a dois filhos por mulher. A presença de filhos foi um dos problemas apresentados pelas mulheres para participarem do Programa, pela dificuldade de não ter com quem deixá-los. A maioria das respondentes afirmou que seus filhos ficavam preferencialmente com o marido ou com a avó; quando não tinha esse apoio, ela era obrigada a levá-los, o que prejudicava sua participação.

De acordo com Araújo (2015), das mulheres matriculadas no PMM, 25% têm apenas um filho, 27% têm dois filhos, 15% têm três filhos, 5% têm quatro filhos e 7,5% têm acima de quatro filhos, o que corrobora os números encontrados na presente pesquisa.

Os dados também evidenciaram que as mulheres, em geral, possuíam baixo nível de escolaridade (fundamental incompleto), tendo elas afirmado que os principais motivos para deixar de estudar estavam associados à perda ou ao falecimento dos pais, à gravidez precoce, às limitadas condições financeiras/aprendizagem, portanto precisam trabalhar para ajudar em casa ou até cuidar dos irmãos ou da mãe, bem como à distância da escola em relação ao local onde viviam. Quando indagadas sobre a participação em algum curso de capacitação profissional, aproximadamente um terço respondeu que sim, indicando, preferencialmente, os seguintes cursos: informática, cozinha (salgadeira, padeira, confeitaria e doceira), costura e cuidador de idoso.

Silva (2016) destaca a presença de 45,5% das mulheres participantes do PMM com o ensino fundamental incompleto, caracterizando o perfil do público de baixa escolaridade que o Programa teria que atender.

Essa limitada escolaridade trazia problemas para a inserção no mercado de trabalho, estando a maioria das mulheres desempregada e, portanto, sem condições de contribuir financeiramente com o orçamento doméstico; somente 29,7% do segmento feminino afirmou ter contribuído para custear os gastos familiares, em 2013. As mulheres que trabalhavam estavam preferencialmente inseridas no mercado informal ou eram donas de

casa, exercendo trabalho por conta própria, como faxineira, diarista, salgadeira, vendedora de sorvete, cabeleireira e manicure, empregada doméstica, cuidadora de idoso, babá, serviços gerais, auxiliar de costura, facilitadora de oficina, camareira, confeitadeira e também zeladora.

Houve situações em que essas mulheres estavam como referência do provento familiar, basicamente no caso de separação ou viuvez, embora o principal provedor pelo sustento familiar ainda fosse o marido, cujo trabalho estava ligado à construção civil (pedreiro e servente) e às atividades do setor de serviços (operador de máquinas, garçom, porteiro, comerciante, motorista, caseiro, frentista, montador de móveis, auxiliar de graxaria, abatedouro, mantenedor de via, de produção, etc.) É importante destacar que, em 2013, foi constatado que grande parcela das mulheres também disse ser as responsáveis pelo sustento familiar (31 mulheres), enquanto as 38 restantes disseram ser o marido o responsável, exercendo as funções de: pedreiro, servente, motorista, fiscal de ônibus, cozinheiro, serviços gerais, lanterneiro, operador de forno, dentre outros.

As famílias possuíam uma renda média que não ultrapassava a um salário mínimo, exceto no caso de 2014, uma vez que a maioria das mulheres respondeu que a renda familiar mensal variava de R\$261,00 a R\$1.821,00 (de 0,5 a 2,5 SM). Foram contatados casos de a família fazer uso dos benefícios/transferências do governo, como estratégia de sobrevivência, principalmente por meio das aposentadorias/pensões, além da Bolsa Família (acima de 30%, em todos os anos).

De acordo com Silva (2016), a maioria das mulheres atendidas pelo PMM desenvolve algum tipo de atividade sem a devida proteção social, destacando a elevação do número de mulheres que declararam ser as principais responsáveis pelo sustento da família, como relatado:

A maioria das mulheres não é responsável pela principal fonte de renda da família (72%, em 2012 e 62%, em 2013). Destaque-se que a autonomia econômica é um dos pontos considerados importantes na política pública para mulheres. Ressalto, aqui, a elevação do número de mulheres atendidas no ano de 2013 que se declararam principais responsáveis pelo sustento da família. Este é um dado importante e que pode se articular à questão da permanência no programa, pois são mulheres que sustentam o lar (SILVA, 2016, p. 75).

Porém, é importante ressaltar que, no geral, as mulheres disseram possuir alguma habilidade, com capacidade de gerar renda, como: cozinhar, arrumar e faxinar/serviço de limpeza, artesanato/trabalhos manuais, vendedora, salões de beleza (cabeleireira, manicure), zeladora, babá e serviços gerais. Algumas citaram já ter trabalhado em restaurantes, hotéis, lanchonetes, entre outros. É possível perceber que, em todos os anos,

independentemente da forma de gestão do Programa (PMM ou Pronatec), as mulheres citaram muito a área da culinária como habilidade e até mesmo como experiência de trabalho, ou seja, essa era uma área comum a todas elas. Além disso, a maioria das mulheres, nas duas gestões do Programa, tinha expectativas positivas quanto a ele, em termos de conseguir emprego a partir dos cursos realizados, elevar a escolaridade e qualificar para o mercado de trabalho.

4.2 Regressão logística

A Tabela 2 apresenta os resultados da regressão logística binária entre o acesso ao trabalho e as variáveis que contemplam o perfil feminino

Tabela 2 – Resultados da regressão logística binária entre acesso ao trabalho e perfil feminino

Variável	Frequência		β	P
	Sim	Não		
Ensino Fundamental incompleto	138	101		0,050*
Ensino Fundamental completo	37	202	0,77	0,076
Ensino Médio incompleto	30	209	1,52	0,014*
Ensino Médio completo	34	205	1,39	0,035*
Renda até 1 salário mínimo	93	152		0,047*
Renda de 2 a 5 salários mínimos	152	93	0,71	0,047*
Filhos	210	102	-0,40	0,944
Pronatec	102	134	-23,00	0,488

* Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa.

Para as análises demonstradas na Tabela 2, verifica-se que as variáveis Ensino Fundamental completo, Filhos e Pronatec não são estatisticamente significantes para que a participante do PMM esteja ou não trabalhando. Os resultados apresentam valores que excedem o nível de significância proposto, que, por convenção, seria menor que 0,05.

No que se refere às variáveis estatisticamente significantes, para o nível de escolaridade tem-se as variáveis ensino fundamental incompleto (0,050), ensino médio incompleto (0,014) e ensino médio completo (0,035). Sendo assim, os níveis de significância apresentados indicam que essas variáveis estão estatisticamente relacionadas com o acesso feminino ao mercado de laboral. Quanto às variáveis relativas à renda familiar, tem-se o nível de significância na ordem de 0,047, para ambas as variáveis, indicando,

assim, que a inserção da mulher no mercado de trabalho interfere diretamente no rendimento familiar, conforme valores positivos de beta (0,71).

Corroborando os dados demonstrados, Baylão e Schettino (2014) destacam que o aumento da renda familiar, principalmente de famílias de média e baixa renda, é diretamente influenciado pela participação da mulher no mercado de trabalho.

Os meios tradicionais de sustento de uma família e a realização profissional e pessoal da humanidade no século XXI têm sofrido mudanças diárias e cada vez mais frequentes e constantes. As famílias de média e baixa renda têm a necessidade de ter tanto o homem quanto a mulher no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar, que mesmo assim, em vários casos não é suficiente (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014, p. 2).

Assim, os autores supracitados reconhecem a importância do acesso da mulher ao mercado de trabalho, como forma de ampliar e diversificar o rendimento familiar, elevando o nível de sobrevivência.

4.3 Associação entre o perfil feminino e as variáveis trabalho e Pronatec

Na Tabela 3 estão os resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis relacionadas à análise proposta neste estudo, com o acesso ao trabalho.

Tabela 3 – Resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis, em relação à variável trabalho

Variáveis	Trabalho				χ^2 (p-valor)	
	Sim		Não			
		n	%	n	%	
Escolaridade feminina	(sim)	0	0	3	100,00	0,355
	(não)	53	22,27	185	77,73	
Ensino fundamental incompleto	(sim)	32	23,19	106	76,81	0,577
	(não)	21	20,19	83	79,81	
Ensino fundamental completo	(sim)	5	13,51	32	86,49	0,180
	(não)	48	23,41	157	76,59	
Ensino médio incompleto	(sim)	4	13,33	26	86,87	0,225
	(não)	49	23,11	163	86,24	
Ensino médio completo	(sim)	12	35,29	22	64,71	0,042*
	(não)	41	19,71	167	88,36	
Ensino superior incompleto						
Ensino superior completo						

Continua...

Tabela 3, cont.

Variáveis	Trabalho				χ^2 (p-valor)	
	Sim		Não			
Filhos						
	(sim)	48	22,02	170	77,98	0,902
	(não)	6	23,08	20	76,92	
Renda Familiar						
até 1 salário mínimo	(sim)	15	16,13	78	83,87	0,810
	(não)	39	25,66	113	74,34	
de 1 a 2 salários mínimos	(sim)	33	23,24	109	76,76	0,595
	(não)	21	20,39	82	79,61	
2 a 5 salários mínimos	(sim)	6	60,00	4	40,00	0,03*
	(não)	48	20,43	187	79,57	
de 5 a 10 salários mínimos						
Acima 10 salários mínimos						

N = quantidade de respondentes. * Nível de significância.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados da Tabela 3, constata-se a existência de uma associação em relação ao nível de escolaridade e trabalho com vínculo empregatício ou próprio, ou seja, uma melhor condição de escolaridade está significativamente associada com a inserção e/ou permanência no trabalho ou com a manutenção de um empreendimento próprio.

Corroborando o nível de significância do ensino médio completo para o trabalho, representado por $p = 0,042$, Filho (2017) argumenta que,

[...] apesar das diferenças de salário com relação em ensino fundamental terem declinado significativamente na última década, em função do aumento da oferta e do crescimento real do salário mínimo, vale a pena concluir o ensino médio, por três motivos. Existe ainda um diferencial salarial de 59% com relação aos que param de estudar no ensino fundamental. A taxa de desemprego é substancialmente menor entre os que concluem o ensino médio. Finalmente, para cursar o ensino superior, que traz os maiores retornos salariais e a menor taxa de desemprego, é necessário ter concluído o ensino médio (FILHO, 2017, p. 1).

No caso da frequência cruzada entre as variáveis Trabalho e Presença de Filhos, o índice de significância foi superior ao limite de 0,05 estabelecido. Com isso, infere-se que não há associação entre as variáveis analisadas.

Nas variáveis que correspondem à renda familiar, identificou-se maior frequência na faixa correspondente de dois a cinco salários mínimos em relação à variável trabalho. Essa significância se explica em relação ao total de 60% da frequência cruzada entre Trabalho sim e Renda Familiar de 2 a 5 salários mínimos sim.

Em seguida, conforme a Tabela 4, verificou-se a associação entre as variáveis do perfil feminino e a forma de gestão do programa.

Tabela 4 – Resultado do teste χ^2 quanto à associação entre perfil feminino e a variável Pronatec

Variáveis	Pronatec				χ^2 (p-valor)	
	Sim		Não			
		N	%	N	%	
Escolaridade feminina						
Nunca frequentei	(sim)	0	0	3	100,00	0,130
	(não)	109	43,60	141	56,40	
Ensino fundamental incompleto	(sim)	68	46,26	79	53,74	0,207
	(não)	41	38,32	66	61,68	
Ensino fundamental completo	(sim)	18	47,37	20	52,63	0,546
	(não)	81	42,13	125	57,87	
Ensino médio incompleto	(sim)	9	28,13	23	71,88	0,071
	(não)	100	45,05	122	54,95	
Ensino médio completo	(sim)	14	41,18	20	58,82	0,826
	(não)	95	43,18	125	56,82	
Ensino superior incompleto						
Ensino superior completo						
Filhos						
	(sim)	103	45,18	125	54,82	0,904
	(não)	8	28,57	20	71,43	
Renda Familiar						
até 1 salário mínimo	(sim)	53	56,99	40	43,01	0,030*
	(não)	59	37,82	97	82,18	
de 1 a 2 salários mínimos	(sim)	52	35,62	94	64,38	0,000*
	(não)	60	58,25	43	41,75	
2 a 5 salários mínimos	(sim)	7	70,00	30	30,00	0,105
	(não)	105	43,93	134	56,07	
de 5 a 10 salários mínimos						
Acima 10 salários mínimos						

N = quantidade de respondentes. * Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa.

No caso de frequência cruzada entre as variáveis Pronatec e escolaridade, bem como Pronatec e Presença de Filhos (Tabela 4), tem-se que todos os índices de significância foram superiores ao limite estabelecido de 0,05. Com isso, infere-se que não há associação entre as variáveis analisadas.

Por outro lado, em relação à variável renda da família e aos momentos diferentes de atuação da política pública, os dados demonstram existir uma associação, com nível

de significância 0,0% e 0,03%, entre as faixas de renda familiar que vão até um salário mínimo e de um a dois salários mínimos, respectivamente, indicando que tanto a gestão do Pronatec quanto a do PMM estão associadas estatisticamente às mulheres, cujas rendas familiares são menores (até 1 SM e de 1 a 2 SM). No entanto, questiona-se porque o nível de significância entre estar no Pronatec se dá em uma situação de renda familiar de menor valor. Estaria o Pronatec privilegiando mulheres com renda familiar mais baixa? Os critérios de renda da família, para ingresso no Programa, nos dois momentos seriam distintos?

De acordo com o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, de 2011¹⁶, no período de 2011 e 2012 (não Pronatec), a seleção era realizada por meio de edital, sendo a inscrição feita pela própria mulher interessada, e a classificação era realizada pela equipe multidisciplinar, por meio de avaliação dos documentos e do questionário socioeconômico, com uma entrevista, processo este de caráter classificatório.

Damasceno (2017) ressalta os critérios de seleção, confirmando que

[...] foram selecionadas as mulheres que atendem ao perfil de vulnerabilidade social estabelecido pelo Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito proposto pelo MEC e questionário socioeconômico elaborado pelo campus, que definia como critério ser a mulher oriunda de família de baixa renda, com renda familiar per capita até 1/2 salário mínimo (DAMASCENO, 2017, p. 76).

No período de 2013 e 2014, sob a égide do Pronatec, a seleção das participantes, por definição legal, era realizada entre os usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo como base o Cadastro Único do Programa Bolsa Família.

Com esses argumentos empíricos, pode-se afirmar que o nível de associação se explica, considerando a alteração dos critérios que envolvem a seleção das participantes pelo Pronatec. Essa alteração permitiu que o público-alvo, mulheres com renda familiar per capita mais baixa, fosse inserido na política pública educacional, atendendo inclusive a um dos objetivos do PMM. Assim, infere-se que a forma de ingresso instituída pelo Pronatec tem mais relevância que o modelo de seleção proposto anteriormente.

¹⁶ Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>>.

5 Considerações finais

Os resultados obtidos permitem concluir que o público feminino é bastante homogêneo, independentemente do processo de gestão do Programa, embora estatisticamente a gestão por meio do Pronatec esteja associada, preferencialmente, àquelas famílias de menor renda (até 1 SM), o que pode ser um indicativo de que a forma de ingresso instituída pelo Pronatec tende a ser mais inclusiva, comparada à do modelo de seleção anteriormente utilizado (PMM). Além disso, pelo teste χ^2 , constatou-se que existe uma associação em relação ao nível de escolaridade feminina e ao acesso ao trabalho com vínculo empregatício ou próprio, de onde se conclui que uma melhor condição de escolaridade pode interferir significativamente na inserção e/ou permanência no mercado de trabalho, ou mesmo na manutenção de um empreendimento próprio. Relação semelhante foi observada para renda familiar, ou seja, o acesso ao mercado laboral está estatisticamente associado com a faixa de renda da família, em especial para aquelas cujos rendimentos são de dois a cinco salários mínimos.

No que se refere aos resultados da regressão logística binária, encontrou-se a existência de relação, estatisticamente significativa, entre acesso ao trabalho, renda familiar e grau de escolaridade da mulher.

Assim, pode-se concluir que é significativa a vinculação do PMM ao Pronatec em relação à variável renda familiar, ou seja, a alteração do fluxo político do PMM elevou o número de mulheres ingressantes, principalmente na faixa com renda familiar de até um salário mínimo, contribuindo para o cumprimento de um dos objetivos do PMM, que é a inserção da mulher em situação de vulnerabilidade social no Programa, com o objetivo de promover, além da capacitação profissional, a elevação da escolaridade, qualificando-a para concorrer no mercado de trabalho.

Conclui-se também, pela regressão logística, que a inserção da mulher no mercado laboral não depende do processo de gestão do Programa, mas, de variáveis do perfil pessoal e familiar feminino, especificamente do nível de escolaridade da mulher e da renda da família, que propiciam aumento das capacidades e oportunidades sociais.

6 Referências bibliográficas

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serv. Soc. Soc.*, n. 106, p. 219-240, 2011.

ARAÚJO, S. M. P. **Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: CCAPS, 2011. p. 138-172.

BAYLÃO, André Luís da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A Inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT), 11., Resende, RJ, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pronatec. Brasil Sem Miséria. Mulheres Mil**. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: SETEC, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2015.

DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. **Saúde Debate**, v. 39, n. 104, p. 210-225, 2015.

DAMASCENO, Patrícia. **O Programa Mulheres Mil pela via trabalho e educação: Uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2017.

DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicólogos**. Trad. de Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE OLIVEIRA, Lusandra Almeida; VIEIRA, Cristiane Maria; FELDENS, Dinamara Garcia. O avanço do Programa Mulheres Mil com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 3, n. 2, p. 251-260, 2016.

DE SOUZA, Bruna Moares; SANDY, Danielly Caroline; DUARTE, Karina Cavalcante et al. Análise de fidelização de clientes no segmento de seguros utilizando o método de

regressão logística. **Revista Mackenzie de Engenharia e Computação**, v. 15, n. 1, 2016.

FILHO, Naércio Menezes. **A escolaridade e a relação com emprego e salário**. Disponível em: <<http://www.buscajovem.org.br/noticias/artigo-a-escolaridade-e-a-relacao-com-emprego-e-salario>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

HAIR JR., J. F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

KARAM, Karine de Almeida. **Regressão logística: um modelo de risco de cancelamento de clientes**. 98 f. 2006. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Programa mulheres mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a educação e o trabalho**. 157 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Sergipe, Aracaju, 2013.

PREZOTTI FILHO, Paulo Roberto. Programas educacionais com recorte de gênero em Guarapari (ES): Caminhos da Inclusão para o mundo do trabalho? In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 38., Rio de Janeiro, 2014.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender política**. Instituto de Gestão Economia e Política. Ebook, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso: 04 fev. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013.

SILVA, Cleonice Maria da. **Formação de trabalhadoras: O programa mulheres mil sob o olhar de suas educadoras**. 2016. 157 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, UFLA, 2016.

SILVEIRA, Tatiana Teixeira; SILVEIRA, Viviane Teixeira. **Governamentalidade neoliberal e política social de inclusão e de gênero na educação profissional e tecnológica: O Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <<http://www.senept.cefetmg.br>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TELES, F. B. M. **Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

ARTIGO 3

O ALCANCE DO PROGRAMA MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, NA PERCEPÇÃO DE SEUS EXECUTORES

Resumo

Neste estudo buscou-se examinar o funcionamento, os problemas, os desafios e as contribuições do Programa Mulheres Mil, por meio da perspectiva daqueles que contribuíram para sua execução, especificamente quanto ao combate à violência contra a mulher. Foram realizadas entrevistas com executores do Programa no âmbito do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, buscando responder questões relativas à sua execução, aos atores envolvidos, à filosofia e à metodologia. Os resultados destacam que, devido às limitações de recursos humanos, estruturais, materiais e didáticas, o êxito obtido não contemplou todos os objetivos previstos, não tendo como foco principal o controle da violência contra a mulher. Conclui-se que o PMM pode ser visto como uma política pública potencialmente indutora, com capacidade para incutir nas participantes o desejo, a motivação e a esperança para se apoderar do protagonismo de suas vidas, bem como para promover o rompimento com as relações de dependência e submissão, de forma a garantir a autonomia no que se refere aos seus corpos e à tomada de decisões, caracterizando um empoderamento, como processo, no âmbito individual e grupal.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil, Alcances, Percepções, Público Executor.

Abstract

This study aimed to examine the functioning, problems, challenges and contributions of the Thousand Women Program, through the perspective of those who contributed to its implementation, specifically on the fight against female violence. Interviews were conducted with program implementers within the Federal Institute of the Southeast of Minas Gerais, seeking to answer questions related to the implementation of the program, actors involved, philosophy and methodology. The results highlight that, due to the limitations of human, structural, material and didactic resources, the success obtained did not include all the expected objectives, not having as main focus the control of violence against women. It can be concluded that the PMM can be seen as a potentially inductive public policy, with the capacity to instill in the participants the desire, the motivation and the hope to seize the protagonism of their lives, as well as to promote the rupture with the relationships of dependency and submission, in order to guarantee autonomy with regard to their bodies and decision making, characterizing an empowerment, as a process, in the individual and group scope.

Keywords: Program Thousand Women, Outcomes, Perceptions, Public Executor.

1 Introdução

Segundo Oliveira (2013), o Programa Nacional Mulheres Mil foi reconhecido como política pública afirmativa, de inclusão social e equidade, por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, integrando o Plano Brasil Sem Miséria. O Sistema de

Acesso, Permanência e Êxito está centrado em um conjunto de ações que buscam consolidar as políticas públicas e as diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Farenzena e Luce (2014) esclarecem que, no campo das Ciências Sociais, políticas públicas são consideradas dispositivos político-administrativos que agem sobre um setor da sociedade, visando transformar ou adaptar uma situação, orientados para finalidades, fundamentadas na autoridade legítima do poder público.

O reconhecimento do PMM como política pública afirmativa foi devido aos resultados positivos alcançados com o seu projeto-piloto, desenvolvido a partir da cooperação internacional entre Brasil e Canadá, em 2007, quando se iniciou o processo de implantação do Programa. Seu objetivo principal era, àquela época, oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, conforme as seguintes diretrizes: acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres desfavorecidas, em 12 estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto-piloto tinha como discurso político potencializar a qualificação profissional e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, de suas famílias e das comunidades onde estavam inseridas, que eram integrantes dos territórios da cidadania¹⁷, com baixo índice de desenvolvimento urbano. Para tanto, contou com diversas parcerias, incluindo Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, à construção de redes educacionais locais (BRASIL, 2017).

Corsetti e Loreto (2017b), ao analisarem o discurso político sobre a qualificação profissional de mulheres do PMM, por meio de incorporação da teoria da construção social de populações-alvo (ou grupos-alvo), defendida por Schneider e Ingram (1997), ressaltam que os estudos de políticas não devem incluir apenas os elementos racionais e instrumentais da política, mas também incorporar os componentes carregados de valores, como as construções sociais, lógicas e suposições implícitas. Ou seja, o desenho da política (policy design), que constitui o conteúdo e as práticas sociais pelas quais as políticas são transmitidas, possui um componente simbólico, pautado nas construções

¹⁷ O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do País que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do governo federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008, p. 2).

sociais, que pode criar ou perpetuar estigmas e estereótipos ligados às mulheres na sociedade.

Nesse sentido, as políticas/programas são afetadas pelas construções sociais, vistas como atributos políticos essenciais que, geralmente, se incorporam ao discurso político e aos elementos do policy design. Assim, qualquer política, desde a sua concepção até a implementação, sofre a influência das diferentes crenças, imagens, estereótipos, atribuições de valores a objetos/pessoas/eventos, expectativas e interpretações dos atores políticos envolvidos.

Esse processo de influências constitui, inclusive, estruturas mediadoras de processos de empoderamento, como proposto por Marinho e Gonçalves (2016, p. 733): os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a re-significação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana.

Isto posto, destaca-se a importância de conhecer as percepções dos atores políticos, essencialmente aqueles envolvidos na implementação de uma política pública que tem como um de seus objetivos a minimização da violência contra a mulher. Essa análise possibilita considerar os conhecimentos e as experiências acumuladas ao longo do processo de implementação do PMM, o que ajuda a caracterizar seu cenário evolutivo e, ao mesmo tempo, sua lógica de funcionamento, seus problemas, seus desafios e suas contribuições, visando a uma avaliação mais próxima da realidade, ouvindo-se os que estão envolvidos no desenvolvimento do Programa.

2 Revisão de literatura

A revisão de literatura centrou-se na discussão sobre políticas públicas, em especial aquelas direcionadas para as mulheres. De acordo com Silva (2016), uma política pública se inicia com a identificação de um problema, ou com um estado de coisas que necessita da intervenção do Estado. Essa intervenção vai se transformar efetivamente em uma política pública quando houver um processo decisório, por meio da deliberação de vários atores sociais.

Araújo (2015, p. 31) destaca que a definição de política pública é um conceito abstrato e que sua materialização se torna possível por intermédio de vários instrumentos. Desta forma, a autora argumenta que o PMM foi criado pelo Estado como

um instrumento, com o intuito de possibilitar uma discussão de caráter mais conceitual sobre relações de gênero e os enfoques da elaboração feminista, contemplando as diversas faces da opressão das mulheres que fundamentam as relações sociais, de modo que pela educação possa vislumbrar a cidadania.

Ainda de acordo com a autora, quando o Estado decide enfrentar uma demanda, ele propõe para os instrumentos alguns recortes, organizando a sociedade de forma pontual, entendendo-se, portanto, que:

[...] nas políticas públicas direcionadas para as mulheres não há um olhar específico sobre a falta de oportunidade de emprego – vale reiterar que são muitas mulheres desempregadas, vivenciando a desfiliação social. O Estado, por intermédio das políticas públicas, tenta organizar a sociedade de forma pontual, sem a intenção de abarcar todo o contingente de mulheres desempregadas. O desemprego chegou a uma dimensão complexa, que abarca um conjunto de problemas. De acordo com Cobb; Elder (1983, p. 36), essa agenda de conjunto de demandas (Políticas Públicas) é conhecida como agenda formal (Institucional), ou seja, aquela que o poder público decidiu enfrentar (ARAÚJO, 2015, p. 31).

Para o caso do PMM, a montagem da agenda começou a partir do reconhecimento pelo Estado de que a pobreza somada às questões de gênero deveria ser considerada como um problema de relevância pública. Silva (2016) comenta a respeito, destacando que, nos últimos anos, um problema social que vem produzindo ações e mobilização governamental no Brasil é a eliminação da pobreza. Assim, vários instrumentos identificados como políticas sociais vêm sendo implementados, no sentido de combatê-la.

Além disto, de acordo com Farah (2004), somado à trajetória do movimento de mulheres no Brasil, a partir da década de 1970, estabeleceu-se no País uma agenda relacionada às questões de gênero, em conformidade com as ações definidas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz (Conferência de Pequim de 1995), que direcionou o conteúdo do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Assim, corroborando o entendimento das autoras supracitadas sobre a formulação de instrumentos para ampliar as discussões, em 2004 foi implementado, pelo governo federal, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

A elaboração do PNPM foi iniciada a partir do Decreto Presidencial de 15 de julho de 2004, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por representantes de sete Ministérios – Saúde; Educação; Trabalho e Emprego; Justiça; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social; Planejamento, Orçamento e Gestão –; da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR); do CNDM; e das Secretarias da Mulher do Estado do Acre e do Município de Campinas/SP, sob a Coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004, p. 15).

Nesse documento, o governo federal assumiu a responsabilidade de implementar políticas públicas, por meio de ações coordenadas e articuladas, que tivessem como foco a mulher, evidenciando que

As mulheres sempre foram colocadas em situação de desigualdade. As relações sociais e o sistema político, econômico e cultural imprimiram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens. Esta desigualdade sempre foi tratada como natural, como imutável e tem sido uma das formas de manter a opressão sobre as mulheres. Como se fosse inerente ao ser mulher ser subordinada. As relações desiguais entre mulheres e homens são sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres e pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão. Diante disto, o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco as mulheres, a consolidação da cidadania e a igualdade de gênero, com vistas a romper com essa lógica injusta (BRASIL, 2004, p. 31).

Essas discussões tiveram continuidade no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi estruturado em decorrência da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), do Plano Plurianual 2008-2011 e da agenda do governo, bem como na III CNPM, que teve como resultado a elaboração do III PNPM, contemplando o triênio de 2013 a 2015, que teve como princípios norteadores a busca pela autonomia das mulheres e equidade de gênero, o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação, além da maior participação política das mulheres e a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas. O referido plano também reforçou o desenvolvimento de ações para a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais, com o objetivo de reduzir a diferença de rendimentos (BRASIL, 2013).

Entretanto, apesar de todas essas ações, é necessário indagar o modo como as políticas são construídas e a quem beneficiam, pois elas não são neutras. Ou seja, é preciso observar a lógica tradicional do Estado que, muitas vezes, envereda para a fragmentação das ações, como destaca Silveira (2004). Essa prática da política pública e seus problemas são discutidos por Haas (2004), argumentando que:

Todas as ações inovadoras tendem a emergir de processos decisórios alentados, tortuosos que incluem muita “conspiração interburocrática” e dependem, frequentemente, de empreendedores dispostos a investir tempo e recursos na longa trilha que vai da formulação inicial das soluções para determinado problema, ou do modo de satisfazer certas necessidades, até a adoção dessas ideias como políticas e a implantação dos programas que lhes darão consequência prática (HAAS, 2004, p. 118).

Na visão de Papa (2012), o governo federal brasileiro está pouco preparado para implementar a transversalidade como diretriz, pela inexistência de instrumentos institucionalizados. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015),

citado por Corcetti e Loreto (2017a), corrobora esse posicionamento, ao afirmar que a transversalização da perspectiva de gênero, no País, permanece muito mais como uma diretriz orientadora da atuação governamental do que como um elemento de planejamento e gestão da política na prática. Percebe-se que, mais de dez anos após a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) ser criada no Brasil, o País alcançou êxito limitado no que se refere à incorporação da temática de gênero e/ou mulheres de forma sustentada e efetiva no governo federal. Ou seja, existem diversas críticas ao processo de empobrecimento analítico e metodológico da estratégia de transversalização do gênero, que transferiu a transformação das relações de gênero aos operadores de políticas públicas (NOBRE, 2016).

Diante desse contexto, os operadores de políticas públicas tornam-se elementos decisivos na trajetória e nas decisões referentes à sua implementação, como é o caso do PMM, apontado por vários autores como uma política social educacional, cujas diretrizes são: acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher.

3 Metodologia

A pesquisa, de natureza qualitativa, fez uso de entrevista semiestruturada com os executores envolvidos no Programa, de forma a coletar os dados necessários para o alcance do objetivo. Especificamente, foram entrevistados os executores do Programa nos campi Barbacena e Santos Dumont e no polo na cidade de Barroso, envolvidos no Programa Mulheres Mil, vinculados ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Todos os entrevistados eram do sexo feminino, com idade entre 30 e 50 anos.

Para identificação das entrevistadas, foi feito o uso da seguinte legenda: E1, E2, E3 e, assim, sucessivamente.

O roteiro, com perguntas abertas, abordou temas que permitiram a compreensão sobre as percepções, o funcionamento, os desafios e as contribuições do PMM para a instituição, para a sociedade e, principalmente, para o público-alvo desse processo, que são as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

4 Resultados e discussão

4.1 A Evolução e a lógica de funcionamento do Programa

A implementação do PMM, desde 2011, quando ele foi instituído nacionalmente, e em 2013, com a sua integração ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), constitui o percurso da política, que pode apresentar nuances diferenciadas conforme as percepções de suas executoras. Nesse sentido, procurou-se ouvir as executoras do Programa, nos municípios pesquisados, com o intuito de compreender a lógica de funcionamento, os principais problemas vivenciados, os desafios a serem enfrentados e as contribuições do PMM, principalmente para o público-alvo desse processo, no caso, as mulheres em situação de fragilidades e riscos sociais e, em especial, aquelas em situação de violência.

Sendo assim, tendo em vista a metodologia aplicada ao PMM, o primeiro ponto abordado na entrevista está relacionado com a forma de acesso às mulheres. A maioria das executoras relatou que geralmente a prefeitura informava os bairros de maior vulnerabilidade social, de acordo com o cadastro pelo CadÚnico, que indica as famílias em situação de exclusão social, provenientes do CRAS e dependentes do Bolsa Família.

Em seguida, questionou-se a definição dos conteúdos para estruturação dos cursos, por meio da seguinte questão: Como foram definidos os tipos de conteúdo dos cursos a serem oferecidos pelo PMM?

De acordo com a executora E1, em atendimento à metodologia do PMM, na entrevista inicial com as mulheres foi feito o prognóstico do perfil, orientando-se por questionamentos como: o que mais gostavam de fazer, o que elas gostariam de aprender, dentre outros. Nesse primeiro momento, não havia uma definição de qual curso seria ofertado, pois isso iria depender do perfil das participantes, de suas proposições e, ainda, das possíveis parcerias locais:

[...] a gente primeiro fez como mandava a metodologia, primeiro começou na entrevista, a gente perguntava quais eram as coisas que elas gostariam, as áreas que elas gostavam, mas não falava qual curso teria, porque o ideal era isso né, primeiro você perceber, ver o perfil delas para depois durante o módulo educacional central a gente descobre o quê que é que elas queriam (E1-Barbacena).

A oferta dos cursos na cidade de Barroso foi efetivada, a partir de 2014, sob a égide do Pronatec, e de acordo com a executora E3:

Os cursos foram selecionados de acordo com a demanda. O pessoal fez uma pesquisa e viu que eles tinham necessidade de ensinar esse tipo de coisa para as mulheres. E foram cursos de merendeira escolar, salgadeira, doceira e outro (E3- Barroso).

Na opinião de Silva (2015), os cursos deveriam ser montados por competência, visando considerar tanto as aprendizagens prévias não formais das alunas, quanto as necessidades do mercado de trabalho, em atenção aos arranjos produtivos locais.

Outro questionamento realizado nas entrevistas diz respeito ao acesso, por meio das seguintes perguntas: Como foi realizado o processo de mobilização para o acesso das mulheres ao Programa? Elas tiveram opção de escolha? Quais eram suas principais motivações?

Segundo as executoras, a mobilização para o acesso das mulheres ao PMM era geralmente realizada pela divulgação em bairros específicos, da periferia da cidade, por rádio e, principalmente, pela propaganda boca a boca. Posteriormente, eram feitas reuniões para marcar as entrevistas e aplicar o questionário socioeconômico e, em seguida, para efetivar a matrícula, como relatado:

Então a gente divulgava o programa nos bairros, [...] são os bairros que a prefeitura indicou pra gente. Aí a gente ia divulgava e marcava no dia seguinte para fazer uma reunião com elas. Aí apresentava o que era o programa, como que era o instituto, pra elas conhecerem onde que elas iam tá estudando e fazia essa entrevista que falei o questionário socioeconômico e aí, depois, a gente entrava em contato pra fazer a matrícula da selecionada (E1- Barbacena).

A partir da concepção do PMM pelo Pronatec, nas cidades pesquisadas, o acesso da maioria das mulheres foi por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, especificamente, as mulheres cadastradas no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), como destacado por E3:

[...] Essas mulheres foram selecionadas, com base nas mulheres que faziam parte lá do CRAS. Já eram visitadas pelo CRAS. Foram abertas seleções e a maioria delas já fazia parte do CRAS. Tiveram outras, que não participavam ainda, não eram atendidas pelo CRAS. Mas, a maioria foram as mulheres que foram atendidas pelo CRAS. Ou seja, que tinha algum tipo de vínculo com o CRAS (E3- Barroso).

No município de Santos Dumont o acesso ao PMM, na versão PMM – Pronatec, foi de forma diferenciada. Pode-se dizer que o acesso, nesse caso, atendeu ao conceito de articulação, integração e utilização das estruturas com o envolvimento e as parcerias dos setores governamentais e sociais locais. De acordo com uma das executoras, naquela cidade o PMM foi uma ação estrategicamente planejada, elaborada, combinando a transversalidade e a multidisciplinaridade, conjugando propostas, para além do serviço social

básico, incluindo ações de combate à violência e de empoderamento feminino, buscando, de certa forma, atender adequadamente às demandas sociais, educacionais e profissionais. Essa estratégia visou principalmente ao atendimento daquelas mulheres que tinham sido atendidas na delegacia de polícia, nos últimos anos, como vítimas em situação de violência doméstica. De acordo com a executora, foi realizado um levantamento dessas mulheres e feita uma divulgação entre elas. Para a executora E4, o PMM não tem como objetivo empoderar uma mulher qualquer, mas, sim, aquela mulher vítima de violência doméstica e empoderar a pessoa em situação de vulnerabilidade em todos os sentidos, inclusive o econômico.

Em parceria com a assistência social, nós pegamos essas mulheres e começamos a fazer palestras, conscientizando do que era o projeto, do que era o objetivo do projeto na vida delas, para que elas mesmas conseguissem disseminar isso. Assim, foi feito. Nós ficamos aí alguns meses, por conta de estar divulgando, aqui na delegacia e na assistência social, que a gente faria as palestras, era até dado um café, essas palestras não eram assim, formais, era um bate-papo, que a gente passa slide do programa, explicava o que isso iria modificar a vida delas e fazer com que essa mulher se sentisse motivada a estar fazendo os cursos. [...] Mandamos cartinha para as casas das mulheres que foram vítimas, para que elas viessem conhecer o projeto. Justamente para a gente manter o foco naquelas mulheres que seriam o objetivo realmente do programa. E assim, foi dado o pontapé inicial (E4- Santos Dumont).

Outro quesito previsto no roteiro da entrevista diz respeito à estrutura de execução do PMM, indagando-se: Como foi estruturada a questão do espaço e dos recursos humanos, bem como as parcerias realizadas para o desenvolvimento dos cursos?

Conforme relatado pelas executoras do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, no campus Barbacena, a estruturação teve início com a capacitação da coordenação e a criação do espaço físico, destinado exclusivamente para atendimento às alunas do Programa:

Então, quando a gente fez a capacitação lá (Brasília- DF), exigia que tivesse um escritório de acesso para o programa e equipe multidisciplinar. [...] Era uma sala de recepção com atendimento individual, e outra sala pra caso precisasse de alguma outra coisa [...] (E1- Barbacena).

No campus Santos Dumont, diferentemente do que ocorreu no campus Barbacena, não foi disponibilizado um espaço físico específico para o atendimento às mulheres, e pelo fato de o campus, naquele momento, estar em processo de reformas prediais, as aulas também aconteciam em locais variados. A contratação de recursos humanos para atender à demanda do Programa, na opinião de uma das executoras, foi um dos fatores que mais dificultou o acompanhamento das mulheres, considerando a incompatibilidade do perfil profissional para acompanhar o público-alvo, no caso mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os locais que a gente trabalhava não tinham uma referência. Outra coisa que o projeto prevê, que também não aconteceu, que era aquele atendimento psicossocial diurno, uma salinha, que um profissional ficasse e caso a mulher sentisse alguma necessidade de encaminhamento ou desabafar ela teria esse profissional. Isso não funcionou, embora tivessem o cargo, que foi ocupado, mas não houve, essa pessoa ela não conseguiu criar um elo com as alunas para que elas tivessem essa liberdade de contar sobre as coisas. Isso aí também faltou, aquela assistência prevista no projeto, não houve (E4- Santos Dumont).

Outro desafio, destacado pelas executoras, diz respeito ao perfil dos profissionais (professores e técnicos). Considera-se que há a necessidade de promover a seleção de profissionais com perfil apropriado, para atender às especificidades das alunas, considerando se tratar de um público socialmente carente e que se encontra em diversos estágios de aprendizagem.

O problema desse programa é que ele é muito social, né? E normalmente os professores, né? Falar a verdade, são raros os professores e servidores que assumem isso de coração (E2- Barbacena).

O processo seletivo, quando eles fizeram, eles se esqueceram de colocar uma entrevista, por exemplo, para ver se a pessoa tinha o perfil. Não adianta, não é o tipo de emprego que você dá porque aquele professor tem mestrado. Não é isso, não é isso, é o tipo de emprego que tem que ser a pessoa com o perfil de lidar com aquele público, com aquele tipo de aluno se você colocar uma pessoa que se inscreveu para serviço administrativo, que não tenha jogo de cintura, que tenha, às vezes, preconceito, que não veja aquela mulher como objetivo do curso mesmo, não vai para frente. E a gente se deparou com alguns profissionais que realmente não tinham o perfil de lidar com isso (E4- Santos Dumont).

Os relatos das executoras investigadas apresentam pontos comuns com os resultados da pesquisa de Ribeiro (2013), ao citar a vivência, as dificuldades e os desafios do PMM no campus de Luziânia, como exposto:

Nesse primeiro momento de implementação do Programa Mulheres Mil no IFG, campus de Luziânia, algumas dificuldades se impuseram. As principais foram: o campus não dispunha de professores na área de alimentação e tampouco dispunha de uma cozinha onde as aulas práticas pudessem ser ministradas. A falta de espaço físico foi solucionada por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Educação, que disponibilizou a cozinha do Centro de Atenção Integral a Criança (CAIC), mas a sua utilização estava restrita aos sábados. O referido convênio também disponibilizou o transporte das alunas até o campus e, em contrapartida, foram reservadas 20 vagas a serem destinadas, prioritariamente, às merendeiras das escolas municipais. A segunda dificuldade foi superada com a vinda de um professor e dois estagiários do curso de cozinha do campus de Goiânia. Contudo, eles dispunham de um único dia na semana e, por isso, as aulas práticas eram realizadas com todas as alunas ao mesmo tempo (RIBEIRO, 2013, p. 60-61).

Outro ponto abordado na pesquisa está relacionado à questão da evasão escolar. Foi solicitado às executoras que informassem sobre o processo de evasão, respondendo as seguintes perguntas? Qual foi o percentual médio de evasão dos cursos? Foram diferenciados? Atribuído a que fatores/dificuldades enfrentadas? Qual foi o percentual de

egressas que permaneceram ou deram continuidade aos seus estudos, após a finalização das atividades previstas para o Programa? Na sua visão, por quais razões? Teria essas mulheres um perfil diferenciado?

De acordo com as executoras, muitos fatores e fatos contribuíram tanto para a promoção da evasão, quanto para a permanência no Programa, variando desde motivos estruturais à compreensão do perfil do público-alvo do PMM, do seu cotidiano, dos seus anseios, de suas preocupações até, principalmente, da sua realidade familiar. Uma das principais causas de evasão apontada relaciona-se às condições de vida das mulheres, aos horários e às rotinas cotidianas, aos cuidados com os filhos pequenos e ao relacionamento conjugal. Além disso, existia o fato do curso não ser ou não estar adequado às demandas das mulheres, conforme os seguintes depoimentos:

Na primeira turma foi por causa da profissionalização, elas chegaram achando que ia fazer o que elas queriam e a primeira turma, apesar de explicar que era o que a maioria quisesse, quando falou assim, vai ser isso, elas afastaram. Problemas pessoais. Muitos problemas pessoais, filho, condição financeira mesmo, não tinha com quem deixar a criança, distância, marido, então essas condições de vida mesmo delas afastam (E1- Barbacena).

Mas era muita mulher que o marido proibia de ir (E2- Barbacena).

[...] a gente só tinha curso em um turno. Então, nem todas as mulheres conseguiam sair de casa à noite para esse curso. [...] Uma era essa e outra coisa, a falta de com quem deixar as crianças. 95% dessas mulheres têm filhos e elas não tinham com quem deixar [...] e nós tivemos um vácuo, um espaço dentro do programa que era destinado a essa qualificação específica, uma melhora no estudo da pessoa em relação ao português e a matemática, que também só foi aplicado mais para o final, e ficou bastante deficiente (E4- Santos Dumont).

A questão da violência sofrida pela mulher, principalmente quanto à sua incapacidade de se desvencilhar da situação vivenciada, também foi um fator que contribuiu para a evasão, conforme observado pela executora E4: Essa mulher ela desistiu por conta do marido, que não aceitava que ela saísse de casa e continuava praticando a violência, essa mulher não conseguiu estudar, não conseguiu melhorar. Em outro relato a executora comentou:

A primeira desistência do curso que nós tivemos foi realmente uma mulher que teve que se mudar de cidade. Ela já tinha medida protetiva, já tinha inquérito, já estava na justiça todo o caso dela e ela não pode continuar porque ela teve que ir embora Santos Dumont. Ela realmente foi ficar com os familiares lá em São Paulo para poder não ser vítima de uma estatística pior, que no caso seria morte (E4- Santos Dumont).

Outra observação sobre a evasão, relacionada à questão da violência doméstica, também relatada pela executora E4, se deve à ausência de infraestrutura e logística por parte das instituições. Muitas parcerias aconteciam com instituições onde havia um contingente de homens, por exemplo, quartel militar. Esse fator colocava a mulher em

dificuldades de participação, tendo em vista o relacionamento conturbado com o parceiro.

Segundo a executora,

a falta de recurso e logística foi problemática e fez com que alunas desistissem porque nós não tínhamos um local específico para dar as aulas e o Campus estava em reforma. Então, a gente passou em diversos locais, [...] como por exemplo, no exército, aí vem o problema: o quê que o exército tem? Homens. E, aí para essa mulher entrar no exército onde tem homens de todas as idades, diga se de passagem, para o meu marido não tinha problema nenhum, mas para os maridos daquelas mulheres que já se sentem donos da mulher. Vejam bem que acontece com a cabeça desse homem, ele vê a sua mulher querendo melhorar de vida, saindo de casa para estudar e ainda por cima indo para uma aula dentro do exército, onde tem um monte de homem. É lógico que esse homem vai ficar nervoso, quando ela chegar em casa. Então, isso foi um sério problema, algumas não iam às aulas que aconteciam dentro do Exército (E4 - Santos Dumont).

Constatou-se que a redução na evasão escolar estava muito associada ao comprometimento, à dedicação e aos esforços, principalmente, das gestoras e executoras, que não somente acolhiam as mulheres, mas também buscavam, de alguma forma, mitigar os problemas que interferiam na ausência das atividades do Programa, como relatado a seguir:

Na segunda turma de 100 (mulheres) nós formamos 92, porque era “qual que é o seu problema, porque você não está vindo?” de ir atrás sabe, faltou três dias “cadê você?” “ah, tô doente”, “então tá amanhã te espero, passa aqui na minha sala”. Entendeu, de ir atrás mesmo da aluna, [...] e a gente ia atrás mesmo, se precisasse ir na casa a gente ia “o que tá acontecendo?” “ah, não meu marido não quer que eu vá”, “ah vou conversar com ele”, teve caso de eu conversar com o marido e falar assim “olha lá na sala é só mulher, não tem problema, qual que é o problema?” “não, porque ela tá saindo de casa muito cedo” “não, então você chega um pouquinho mais tarde?” aí abria mão de um lado, do outro, beleza, voltou. Teve problema com “ah não tenho com quem deixar meu filho”, “leva”, “nossa E1 é doida, se cair e machucar aqui”, mas não tem com quem deixar, aí trazia, então, assim, adaptando dentro da necessidade delas pra tentar trazer de volta. Então dessas sei que foram 8 só que não formaram [...] É, tinha marido que vinha atrás de mim aqui (E1- Barbacena).

Aí a gente chamava para conversar. Eu marcava um horário especial para que elas fossem atendidas, separadamente. Algumas, no início do curso, desistiram. Algumas não se sentiram capazes de vencer a violência, ou se empoderar. [...] Nós fomos atrás, chamei a coordenação, que uma das funções da coordenação também se a aluna falta você vai à casa dela para saber o porquê ela não foi, eu cobrava isso (E4- Santos Dumont).

Outro ponto relacionado à redução da evasão que merece destaque, também relatado pela executora E4, é o formato das turmas. Segundo ela, esse tratamento diferenciado, com público específico, por serem turmas compostas apenas por mulheres, foi muito interessante, no sentido de possibilitar a permanência daquela mulher com registro de situação de violência doméstica.

E, era interessante porque muitas mulheres não saíam para se qualificar porque os maridos não aceitavam que elas estudassem com homens. Então, como era uma turma só feminina, então, os homens aceitavam que essas mulheres

fossem estudar não tinha ciúme porque era só mulher, isso também é um diferencial, essa questão de gênero do só ter mulheres dentro da sala e muitíssimo interessante (E4- Santos Dumont).

Sobre a questão da evasão, Pereira (2015) explica que esse fenômeno é incompreensível para a comunidade acadêmica, devido à não observância dos possíveis cotidianos que circundam a vida do público-alvo, na concepção do projeto pedagógico. Sendo assim, a responsabilidade sempre recai sobre as mulheres participantes do Programa.

Embora haja um discurso predominante de sucesso em torno do programa, há um quantitativo de evasão considerável, que muitas vezes é incompreendido pela comunidade acadêmica. A responsabilidade pela evasão, por exemplo, acaba por cair individualmente sobre as mulheres participantes do programa (PEREIRA, 2015, p. 40).

Curi Guerra (2016) destaca que a evasão pode resultar de uma soma de fatores, como aulas aos sábados, problemas com transporte, incompreensão das participantes sobre a importância da formação cidadã, atraso no recebimento da bolsa e, ainda, dificuldades pessoais, familiares, além dos problemas emocionais, financeiros e de saúde.

De acordo com a autora supracitada, nos termos da metodologia do PMM a instituição ofertante do Programa possui um papel social fundamental, uma vez que deve empregar mecanismos que evitem a evasão, por meio do conhecimento da realidade das participantes, do acompanhamento e do atendimento de demandas pessoais. Quando não houver a possibilidade de oferecer esses serviços sociais diretamente, deve-se, então, buscar parcerias.

No que diz respeito ao êxito do PMM, as executoras afirmam haver resultados positivos, que são pontuais e se relacionam com questões de cunho imediato. Questões estas voltadas diretamente ao autoconhecimento, com destaque para a alteração na autoestima e a motivação para se entenderem como sujeitos. Relatam, também, a dificuldade de quantificar os resultados relativos à escolaridade e à empregabilidade, uma vez que é necessário o acompanhamento das egressas, visando verificar se o PMM alcança de fato todos os seus objetivos, como exposto nos seguintes depoimentos:

Você não tem o acompanhamento das egressas, você não sabe onde elas estão, mas durante os seis meses, mais ou menos, que elas ficam aqui você vê a diferença nelas. Então, esse empoderamento, de conhecimento, de direitos, de oportunidade, de ver um horizonte pra vida delas, nesses seis meses você vê (E2- Barbacena).

[...] Com certeza. Mas, foi até por elas mesmas, elas falaram que a vida delas, assim antes do programa era uma coisa e depois é outra. Porque lá no programa em si, muitas delas assim, tinha problema de depressão. Então, só delas irem pro programa elas já tiveram uma melhora muito grande. Faz uma diferença muito grande. [...] O projeto em si é ótimo. Ele, assim, resgata a mulher muito

a mulher. Ainda mais mulheres que vivem em fases difíceis da vida, igual eu falei. Em todas as cidades tem, né? Eu creio que em cidade pequena ainda tenha até mais assim, você vê mais do que na cidade grande. Então, o projeto é muito bom, ele resgata muito a mulher. Assim, o que deixa assim a desejar, igual eu falei, que depois deveria ter um acompanhamento também dessas mulheres no mercado de trabalho. É o que não tem, né? Acaba ali o programa, acabou o programa. Mas, é muito bom. Eu vejo elas na rua elas querem outros cursos, passa e pergunta: que dia que vai ter outro? Falei assim, aí, por enquanto ainda não tem (risos), né? (E3- Barroso).

Então, principalmente na parte pessoal eu acho que teve muito resultado. Na parte de qualidade teve também, alguns resultados, não tenho números mas existem os resultados. Na profissionalização, talvez nem tanto, porque muitas continuam onde estavam quando começaram o programa, mas tem, tem vários casos de empregabilidade, mas eu não tenho números. É isso que eu tô te falando, porque o que não foi possível, foi esse acompanhamento depois do programa. Isso que não dá para concluir a metodologia inteira, por causa da avaliação do êxito. Mas, a gente sabe que o programa vale a pena por você ver a mudança das alunas durante o programa até a formatura. Então assim, eu acredito muito no programa, eu gosto, eu sou até suspeita em falar, porque eu gosto demais do programa (E1- Barbacena).

O êxito do Programa estaria, portanto, na aplicação da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, capaz de produzir mudanças na vida das mulheres, desde que fosse monitorado e avaliado continuamente.

Mas, ele precisa ter a metodologia e a essência dele. Não dá para você trabalhar com números e não dá para você trabalhar só pelo dinheiro, tem que trabalhar por elas, eu acho que essa que é a grande diferença. E acho que vale a pena sim, mas precisa ter um respaldo, tem que ter uma estrutura.

Porque é muito difícil trabalhar com voluntariado, é muito difícil. A gente não pode perder a metodologia, porque a metodologia inicial ela dá certo, mas a gente tem que ter o respaldo do pessoal (E1- Barbacena).

Como pode ser constatado no discurso das executoras do PMM, a resposta é basicamente a mesma: há dados parciais sem resultados mensuráveis, isto é, a falta de recursos e de estrutura limitou o monitoramento das egressas, comprometendo a verificação da permanência e o êxito do Programa, conforme previsto na metodologia. Ou seja, não existe um acompanhamento das egressas para verificar como estão suas vidas no momento, tanto em termos de escolaridade, quanto de profissionalização, inserção no mercado de trabalho e autonomia. O que existe são fatos pontuais que dificultam a alimentação de dados para uma análise estatística efetiva.

No que tange ao tema central desta pesquisa de mestrado, que envolve um dos objetivos propostos pelo PMM, que está diretamente relacionado à minimização da violência contra a mulher, alguns questionamentos foram apresentados às executoras, que se definiram nas seguintes questões: No Programa houve casos de mulheres vítimas de violência doméstica? Quais foram seus relatos sobre a violência sofrida? Foram tomadas

providências nesse caso? A participação das mulheres no Programa pode ser uma estratégia de controle da violência? Como?

Para a executora E1, no campus Barbacena, a entidade tinha o conhecimento da situação de violência vivenciada pelas participantes por meio das entrevistas, realizadas no início do processo de seleção e durante o atendimento psicológico, que ocorreu com a equipe multidisciplinar e em grupos de estudos realizados pelos alunos do curso de Psicologia de uma instituição de ensino parceria. A detecção de problemas relacionados à violência, por exemplo, alcoolismo e drogas, se dava na forma relatada pela executora:

Sim, muitas não contavam. Algumas a gente sabia na entrevista e a gente tinha a parte de direito da mulher, mostrava o que podia fazer, às vezes entrava a Lei Maria da Penha e tal, mas a gente detectava que tinha mesmo a violência através de atendimento psicológico. Era muito difícil alguém chegar e falar pra mim, a gente via que a pessoa não estava legal, e tal, e aí ela dizia: “ah eu queria conversar com a psicóloga”. Aí agendava com ela e era lá que ela se abria mesmo. Algumas chegavam e contavam mesmo não estavam nem aí [...] Mas dados concretos disso não temos. [...] detectamos problemas de alcoolismo, drogas e violência. Na segunda turma tínhamos um grupo de trabalho, a gente fez uma parceria com a UNIPAC, eles mandavam os psicólogos pra gente, alunos da área de Psicologia, com orientação, aí tinha os alunos que faziam os grupos de estudos com elas. Então, elas chegavam uma hora mais cedo e aí trabalhavam nos temas, sabe? Tivemos melhoras muito boas, porque a demanda da área psicológica era muito grande, muito grande (E1- Barbacena).

No campus Santos Dumont, conforme relatado no item de acesso pela executora E4, foram priorizadas as mulheres vitimizadas, de acordo com os relatórios de ocorrências de denúncia na Delegacia da Mulher, e aquelas mulheres que, segundo a divulgação realizada, foram convidadas a participar do PMM.

A gente focou exatamente nas mulheres vítimas de violência ou em mulheres que não eram diretamente violentadas, mas eram de uma família em que tinha a mãe, ou avó, a tia de qualquer forma ligada diretamente em ser vítima de violência [...] em todos tinha relatos, maior parte, de ameaça. Em geral as mulheres, assim, 9 entre 10 já foram vítimas de algum tipo de violência e a maioria realmente é a ameaça (E4- Santos Dumont).

No tocante às providências tomadas para os casos de violência relatados, a executora E4 afirmou que a maioria das mulheres participantes do PMM em Santos Dumont já havia sido atendida pelo CRAS e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e que algumas delas foram, inclusive, atendidas pela Delegacia da Mulher. Sendo assim, entende-se que ter o atendimento em organismos de assistência social já configura uma providência. Quanto ao questionamento relacionado à participação no PMM ser considerada uma estratégia para o controle da violência contra a mulher, a executora E4 relata:

Olha, sem dúvida alguma. Porque, primeiro a gente ouviu relatos maravilhosos durante o curso. Relatos de mulheres que contavam que eram vítimas de violência, não só do marido, mas por incrível que pareça dos filhos, que elas eram menosprezadas. Que além de tudo o programa fez com que elas tivessem coragem, que melhorassem como pessoa. A convivência com outro tipo de mulher que também já vivenciou a situação a convivência comigo, por exemplo, que tenho experiência de mais 20 anos na Delegacia de Mulheres, fez com que essas mulheres tivessem a segurança de conversar sobre isso. [...]. Então, aquelas 100 primeiras mulheres, que não eram todas vítimas de violência eram mulheres que se apoiavam demais umas nas outras, mulheres que queriam combater isso e queriam melhorar de vida (E4 – Santos Dumont).

Considerando a característica da primeira turma do PMM, no município de Santos Dumont, a executora E4 relata que os principais tipos de violência vivenciados pelas mulheres estavam relacionados à violência moral, física e psicológica. Ela também destaca que a situação de violência não se limitava a uma faixa etária específica ou ao grau de escolaridade e que a violência contra a mulher poderia ser causada por outro ente familiar, pois o agressor não se configurava apenas no companheiro conjugal. Ela complementa informando sobre a frequência que essa situação de violência ocorria e que os registros das ocorrências eram, na maioria das vezes, na própria residência, e que para chegar até a condição para denunciar o agressor a mulher já havia sofrido violência por algum tempo, como evidenciado na seguinte fala:

A gente tinha vítimas mulheres de 45 anos, 30 e pouco, também como tinha vítimas, nesse caso da menina que foi para São Paulo, é uma moça de 22 anos. Então a gente tem todo tipo de criminalidade abrangendo todas as faixas etárias. Algumas mais velhas relatam mais a violência moral, não só por parte do companheiro, mas por parte de filhos e por parte inclusive, olha só que interessante, de outras mulheres da família que também menosprezam e não acreditam na força dela para ela poder sair da violência, para ela se empoderar, para ela melhorar de vida [...] Quanto à frequência que esta situação ocorria, essa questão fica meio prejudicada porque é muito abrangente. Aqui a gente tinha 100 alunas, mas para você entender, a violência em geral se dava na residência de cada uma e a frequência, eu digo que quando uma mulher chega a denunciar, fazer um inquérito na delegacia, ela já teve uma frequência muito grande de violência. Uma mulher nunca denuncia na primeira vez em que ela é vítima, ela é revitimizada diversas vezes até que ela chega a ter a coragem de estar denunciando (E4- Santos Dumont).

Costa, Serafim e Nascimento (2015) corroboram o argumento apresentado pela executora E4, destacando a prevalência da violência psicológica, seguida pela violência física e pela violência moral. Os autores destacam que violência psicológica geralmente é causada, de forma contínua, por um ente familiar da vítima, no âmbito residencial, como se observa a seguir:

No presente estudo, a maior parte das vítimas foi agredida no próprio lar, de onde se espera um ambiente afetivo, de acolhimento e refúgio contra a violência externa. Contudo, para essas mulheres, seu domicílio passou a ser residência do medo, tensão e agressões em razão das constantes ameaças a que estavam expostas. O lar passa a ser o local mais perigoso para mulheres agredidas

por maridos ou companheiros, e a dependência afetiva, familiar e financeira dificulta a formalização de denúncias e, por conseguinte, a conclusão do processo violento (COSTA; SARAFIM; NASCIMENTO, 2015, p. 553).

Outro ponto abordado pela pesquisa está relacionado à percepção das executoras quanto à contribuição do PMM para a redução da violência contra a mulher. Na visão dos autores, o PMM, na versão que antecedeu à sua inclusão ao Pronatec, atuou positivamente, o que confirma parte do êxito resultante do Programa, quando contribuiu para encorajar a mulher participante a compreender que ela é capaz de reivindicar seus direitos, que ela é a protagonista de sua própria vida.

[...] com relação ao empoderamento, do autoconhecimento dela, elas se entenderem como sujeitos, de direitos, porque elas estão dentro do mundinho delas e acha que é assim que tem que ficar. Então, principalmente na parte pessoal eu acho que teve muito resultado (E1- Barbacena).

[...] esse empoderamento, de conhecimento de direitos, de oportunidade, de ver um horizonte pra vida delas (E2- Barbacena).

Contribuiu muito com o empoderamento dessas mulheres, no sentido delas terem mais coragem de se mostrarem dignas dos seus direitos, conhecedora dos seus direitos, e não aceitar mimimi, e não aceitar que fosse objeto dos homens. Então, muitas tiveram sim, mudaram completamente. Nós tivemos casos de mulheres que saíram do curso e que foram terminar o ensino médio para fazer faculdade. Então, eu vejo o programa como um dos grandes pontos para se reduzir a violência contra a mulher, para fazer a mulher entender e sair daquele mundinho, daquela zona de conforto dela e fazer com que ela entenda que existe um mundo lá fora. Essa é a principal coisa que a gente tinha, era mostrar pra elas, que elas tinham que ter a coragem de sair da zona de conforto. Da zona de conforto do sem dinheiro, depender do marido, de aceitar qualquer tipo de coisas dentro de casa. Então, o projeto eu sou apaixonada pelo projeto. Mas, assim o projeto ele só teve coisa positiva, não tem como impactar negativamente, não tem. Eu só acho que os profissionais escolhidos para trabalhar com isso não pode ser aquele critério técnico, ela é professora disso, tal, põe lá. Não. Porque é um trabalho que na verdade é um pontapé, a mulher não sai uma profissional dali. É o início de uma nova vida para ela (E4- Santos Dumont).

Com base na vivência e na experiência adquirida no decorrer do PMM, além dos pontos observados e relatados, as executoras reconhecem que ele pode contribuir significativamente tanto para a atenuação da violência contra a mulher, como para alcançar os demais objetivos. Elas consideram o Programa o ponto inicial para a compreensão da mulher como cidadã, para o seu empoderamento e, inclusive, para a sua superação.

De acordo com as afirmações das executoras, a maior contribuição emerge do formato proposto na metodologia, que inclui ações de aproximação da realidade, identificação das necessidades, bem como da dinâmica contemplada especialmente no Módulo Educacional Central:

O objetivo do módulo central é o empoderamento da mulher. [...] O módulo central é a introdução do programa para as alunas, a gente faz aquela acolhida

pra elas, pra elas já conhecerem o lugar em que elas estão, para elas se sentirem bem recebidas, bem acolhidas mesmo, é o acolhimento mesmo faz parte da metodologia também, aí depois que elas já estão acolhidas aí sim a gente vai com o Mapa da Vida. Além do Mapa da Vida, fazemos aquela entrevista com elas, elas se apresentam [...], aí tem a autoestima, tem a parte de empreendedorismo, a gente vai vendo de acordo com o que elas precisam aqui, nessa realidade, a gente acrescentou muita coisa de psicologia, de autoestima, de autoconhecimento, saúde da mulher, [...], a gente ia vendo o que elas precisavam, “ah essa turma aqui precisa dar uma desinibida, vamos por o teatro”, “essa aqui não”. Aula de maquiagem, essas coisas pra dá uma levatada nelas mesmo. [...] No Mapa da Vida elas falam sobre passado, presente e futuro, o que elas viveram até agora, o que elas tão vivendo, o que elas pretendem. Aí que vê o que elas querem pra frente. No módulo central, a gente trabalha isso tudo, é saúde, tem artesanato que a gente vai percebendo o que precisam (E1 – Barbacena).

No sentido do esclarecimento à mulher, de que existe vida aqui fora, fora do lar dela. Que ela pode sim continuar casada, com marido, mas que ela se faça ser respeitada, que ela se faça ser reconhecida, que ela não permite que seja vítima de violência moral e psicológica, que é o que mais acontece, diariamente. Isso acaba trazendo sérios prejuízos para a saúde das mulheres. [...] Tivemos um relato emocionante, [...] chorando ela disse que ela tava muito emocionada com aquilo que o simples fato dela ler para uma turma para ela era uma superação, [...] quando ela disse para família que ela iria fazer um curso ela sofreu deboche de todos. Então, aquilo para ela era um momento de superação. A gente vibrou com ela... e ela falou que ela era outra pessoa depois que tinha começado o curso e vendo que outras mulheres também passam por muitos problemas. Isso funciona igualmente Vigilantes do Peso, quando a pessoa está emagrecendo, um vai apoiando no outro, e foi realmente isso que aconteceu, era uma luta também que a gente tinha contra preconceitos (E4 – Santos Dumont).

Na opinião das executoras, o empoderamento pessoal pode ser evidenciado, considerando o aumento das oportunidades colocadas à disposição das mulheres, de forma a aproveitarem as capacidades existentes e adquirirem novas experiências, o que Santos (1999) denomina de empoderamento como processo.

Nesse mesmo sentido, Kleba e Wendausen (2009) concordam com o autor, quando destacam que o empoderamento pessoal ou psicológico flui após o indivíduo vivenciar novas experiências:

A experiência do empoderamento psicológico ocorre quando a pessoa vivencia seu poder em situações de carência ou de ruptura. Através dessa vivência, ela reconhece não apenas recursos e possibilidades pessoais ou coletivas, mas também sua capacidade em sair de uma posição de impotência e resignação, muitas vezes pré-determinada por um script social, convertendo esse conhecimento em ação social e na conformação de seu entorno. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 739)

Mesmo com o êxito do Programa, principalmente no que se refere ao empoderamento pessoal feminino e à autovalorização da mulher, ele apresenta inúmeros desafios. Conforme pode ser constatado no relato da executora E4, um dos principais é convencer

a mulher a se empoderar, a fazer com que ela acredite em si mesmo, na sua capacidade e nas potencialidades:

Eu acho que o maior desafio é entender como trazer a mulher para o seu empoderamento. Dizer que ela, sim, pode estar entrando no mercado de trabalho, que ela vai dar conta de casa, que ela vai dar conta de trabalhar, ela vai dar conta de melhorar o grau de estudo dela. Mas, elas entendiam que aquilo ali não era para ninguém sair profissional, era um pontapé para pessoa entender que ela tinha condição de fazer uma coisa muito melhor, que ela podia sair da zona de conforto dela, então o bem-estar eu acredito que tenha ficado demonstrado. [...] Enfim, com todos os problemas que teve o programa eu te falo que foi um sucesso tão grande, as mulheres ficaram tão felizes, elas se sentiam tão bem por saber que tinha uma política direcionada para melhora da mulher. Então o programa ele funciona muito bem nesse empoderamento da mulher, para a mulher descobrir o seu próprio potencial (E4 – Santos Dumont).

Corroborando o relato anterior, Diniz (2015) destacou que a instituição educacional é um espaço de empoderamento, que permite às mulheres discutir, conhecer e se preparar para uma emancipação libertadora. No entanto, essa projeção de novos sonhos e o aproveitamento das potencialidades e das oportunidades sociais, por meio de medidas educativas, exigem:

A necessidade de alinhamentos no que diz respeito à qualidade e o compromisso com a formação profissional e pessoal, com a formação humana e política, pois ao aprender, o sujeito tem a oportunidade não somente de interagir, ressignificar sua posição no mundo, mas também de projetar novos sonhos em relação à sua vida profissional como uma ponte para a inclusão social (DOS SANTOS et al., 2016, p. 78).

Marinho e Gonçalves (2016) constataram que os resultados positivos do desenvolvimento de processos de empoderamento pelas mulheres, envolvidas na pesquisa sobre práticas de empoderamento feminino na América Latina, são encontrados nas práticas geradas a partir da realidade local, ou das pessoas envolvidas no processo de empoderamento.

As práticas geradas a partir de dados sobre a realidade local, como as pesquisas-intervenção analisadas, ou a partir das próprias pessoas envolvidas no processo de empoderamento, foram oficinas sobre direitos, oficinas de reconstrução da história ou da cultura local, oficinas ou espaços de reconstrução de histórias de vida, espaços de reflexão sobre o cotidiano e/ou sobre papéis de gênero e participação em grupos políticos. As análises dessas estratégias encontraram resultados positivos a respeito do desenvolvimento de processos de empoderamento pelas mulheres envolvidas (MARINHO; GONÇALVES, 2016 p. 86).

De acordo com Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento se apresenta como um procedimento dinâmico, que envolve aspectos cognitivos, afetivos e conjunturais a partir de dimensões da vida social, em três níveis: psicológico ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou político. Segundo as autoras,

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733).

Sendo assim, Moreira et al. (2012) complementam afirmando que os três níveis são interligados por relações de poder, podendo o processo de empoderamento ter início em qualquer um dos níveis. Para os autores, devido às pressões mútuas, a modificação em um dos níveis pode acarretar mudanças e adaptações nos demais e, ainda, possibilitar a geração de reação de outro. Os autores ainda salientam que o empoderamento se consolida a partir de ações que ultrapassam a assistência social e buscam a mobilização de redes mais amplas, assegurando a sobrevivência de grupos excluídos, e afirmam que o empoderamento feminino ainda se apresenta como um desafio, considerando as relações de dominação patriarcal.

Na perspectiva de Sen (1997), coadunando com os objetivos propostos pelo PMM, um dos primeiros passos para permitir a inclusão social e política da mulher seria que ela tivesse acesso à educação e ao emprego, visando essencialmente fortalecer sua autonomia.

5 Considerações finais

Considerando que os objetivos do PMM estavam firmados no intuito de possibilitar o acesso à educação, contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas, promover a inclusão social, defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher, por intermédio da formação profissional e tecnológica articulada com a elevação da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva do público executor do PMM, os resultados apurados permitem concluir que o Programa, como estratégia política educacional, apresentou limitações, uma vez que o êxito obtido não contempla todos os objetivos previstos.

Os resultados confirmam que o enfoque institucional, estreitado pela restrição de recursos humanos, estruturais, matérias e didáticos, limitou-se a oferecer os cursos profissionalizantes, de curta duração, com ênfase nas experiências prévias das mulheres. Nessa perspectiva, fixando o atendimento apenas em termos de inserção profissional e

empregabilidade, era esperado que as oportunidades sociais e a autonomia econômica das mulheres pudessem ser aumentadas.

Os resultados também confirmam os efeitos positivos do PMM quanto ao empoderamento pessoal feminino, considerando a elevação da autoestima e a maior integração social, com autoconhecimento de si mesmas e dos seus direitos como sujeitos sociais, não ocorrendo o mesmo com relação à profissionalização, porque muitas mulheres encontram-se em situação de desemprego e não deram continuidade aos estudos.

No que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, pode-se afirmar que o assunto não foi tratado como prioritário, embora o tema tenha sido incorporado ao contexto do PMM, que propiciou a socialização e as reflexões, além do acesso às informações, maior conscientização sobre os direitos femininos e melhoria do bem-estar. Mesmo que seja um processo lento e embrionário, pode-se dizer que o empoderamento das mulheres beneficiadas pelo PMM foi alavancado, especialmente em nível individual e coletivo, com capacidade para propiciar o rompimento com as relações patriarcais e garantir a autonomia, no que se refere aos seus corpos e à tomada de decisões.

Diante do apurado na pesquisa, pode-se pensar o PMM como uma política pública potencialmente indutora, de cunho motivador, promotora da autovalorização da mulher, que pode preceder outras ações e programas voltados para o bem-estar social, tanto pessoal, quanto familiar. Essa observação se sustenta na metodologia aplicada antes da inserção do Programa no Pronatec, especialmente no Módulo Educacional Central, conforme orientação contida no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, que concebeu o PMM.

Assim, é possível inferir que o PMM pode ser uma estratégia inicial para incutir nas participantes o desejo, a motivação e a esperança para que possam se apoderar do protagonismo de suas vidas e, com isso, contribuir para o alcance dos demais objetivos do Programa.

Nesse sentido, as condições estruturais, conceituais e cotidianas do PMM precisariam ser reavaliadas, para que houvesse um realinhamento tanto dos interesses institucionais quanto sociais, e de fato ocorresse o equilíbrio entre os eixos do PMM (educação, cidadania e sustentabilidade), com foco na formação e na autonomia feminina.

6 Referências bibliográficas

ALMEIDA, C. W. de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 220-250, 2010.

ARAÚJO, S. M. P. **Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T.W.F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 221-272.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: SETEC, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Territórios da Cidadania. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/apresentacao>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013

CORCETTI, E.; LORETO, M. D. S. Public educational policies focused on gender in Brazil: Dilemmas and challenges. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2., 2017 Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal, 2017a.

CORCETTI, E.; LORETO, M. D. S. The political discourse on the professional qualification of disadvantaged women: emancipation or hegemony? **Caderno EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, Artigo 10, p. 364-376, 2017b.

COSTA, M. S.; SERAFIM, M. L. F.; NASCIMENTO, A. R. S. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 3, p.558-551, set. 2015.

CURI GUERRA, S. **Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2016.

DINIZ, L. F. A. C.; COSTA, M. N. G.; HASSUIKE, A. M. A. G. Educação e trabalho: Doces frutos gerados no Vale do São Francisco através do Programa Mulheres Mil. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO (REDOR), 18., Recife, 2015. p. 3709-3718.

DOS SANTOS, F. A. A. et al. Pronatec–Mulheres Mil: Experiências de inclusão social e educacional de mulheres no campus Natal–Zona Norte–IFRN. **Revista Internacional de Formación Profesional, Adultos y Comunidad**, v. 2, n. 2, p. 70-80. 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FARENZENA, N.; LUCE, M. B. Políticas públicas de educação: Reconfigurações e ambiguidades. In: MADEIRA, Lígia Mori (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014

HAAS, F. Política social como política pública. **Veredas do Direito**, v. 1, p. 113, 2004.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, p. 733-743, 2009.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, n. 56, p. 80-90, 2016.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 403-423, 2012.

NOBRE, M. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. **Rev. Estud. Fem.**, v. 24, n. 2, p. 645-652, ago. 2016.

OLIVEIRA, M. A. S. M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2013.

PAPA, F. C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PEREIRA, J. S. A. **Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROSA, S. M. M. **Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a Colonialidade do Poder e de Gênero**. 2016, 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo 15, 1998

RUA, M.G. **Para aprender políticas públicas: Conceitos e teorias**. v. 1, Brasília: IGEPP, 2013.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. **Policy change and learning: an advocacy coalition approach**. Boulder: Western Press, 1993.

SANTOS, C. L. **Qualidade de vida das famílias de mulheres beneficiárias do programa de microcrédito para atividades não-agrícolas do projeto pró-sertão – Sergipe**. 1999. 151 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 1999.

SCHNEIDER, A.; INGRAM; H. **Policy design for democracy**. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1997.

SEN, G. Empowerment as an approach to poverty. Background paper for human development report 1997. **Working Paper Series**, v. 4, n. 240s, p. 175-194, 1997.

SILVA, T. M. **A educação profissional e a política pública Mulheres Mil**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SILVA, C. M. **Formação de trabalhadoras: o programa mulheres mil sob o olhar de suas educadoras**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Política Públicas e Igualdade de Gênero**. 8. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 65-75.

SORJ, B. Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 617-620, ago. 2016.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa; CALMON, Paulo Carlos Du Pin. A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. p. 1-15.

ARTIGO 4

SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA VIVENCIADA PELAS MULHERES DO PROGRAMA MULHERES MIL: CARACTERIZAÇÃO, ASSOCIAÇÕES, PERCEPÇÕES E REPERCUSSÕES.

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar a situação de violência perpetrada pelas mulheres do Programa Mulheres Mil (PMM), vinculado ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, nos municípios de Barbacena, MG, e Santos Dumont, MG. Especificamente, buscou-se caracterizar o perfil das mulheres participantes do Programa, assim como avaliar suas associações, suas percepções e as repercussões do PMM em relação à violência vivenciada pela mulher. Como procedimento metodológico, foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada às mulheres beneficiárias do PMM, cujos dados foram analisados pelos softwares SPSS e IRaMuTeQ. Os dados revelam que a dinâmica estabelecida no funcionamento do Programa por meio da oferta de cursos, palestras e debates sobre os direitos da mulher, conjugada com a integração social vivenciada pelo segmento feminino, contribuiu para a atenuação da violência contra a mulher, pela elevação do conhecimento e pelo maior poder e força. Todavia, a contribuição do Programa em relação aos demais objetivos ainda é limitada, visto que não houve registro de alterações substanciais, demonstrando a necessidade de revisão da política proposta e sua integração com outras políticas sociais.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil, Violência contra a mulher, Caracterização, Associações, Percepções, Repercussões.

SITUATION OF VIOLENCE EXPERIENCED BY WOMEN OF THE THOUSAND WOMEN PROGRAM: CHARACTERIZATION ASSOCIATIONS, PERCEPTIONS AND REPERCUSSIONS.

Abstract

This article aims to analyze the situation of violence perpetrated by women of the Thousand Women Program (PMM), linked to the Federal Institute of Science and Technology Education of the Southeast of Minas Gerais, in the municipalities of Barbacena (MG) and Santos Dumont (MG). Specifically, we sought to examine their characterization, associations, perceptions and repercussions. As a methodological procedure, a semi-structured interview script was applied to the women beneficiaries of the PMM, whose data were analyzed by the SPSS and IRaMuTeQ softwares. The data show that the dynamics established in the operation of the program through the courses offered, lectures and debates on women's rights, combined with social integration experienced by the female segment contributed to the mitigation of violence against women, by the elevation of knowledge, greater power and strength. However, the contribution of the program to the other objectives is still limited, since there was no record of substantial changes, demonstrating the need to revise the proposed policy and its integration with other social policies.

Keywords: Women Thousand Program, Violence against women, Characterization, Associations, Perceptions, Repercussions.

1 Introdução

A violência praticada contra a mulher no ambiente familiar é grave, constante e permanente, principalmente contra aquelas que pertencem a uma classe que se encontra no limiar da vulnerabilidade e da pobreza, geralmente mais desprovidas de oportunidades educacionais. Esse tema, por ser de suma relevância, chamou atenção da sociedade e dos órgãos governamentais e mereceu um ordenamento próprio, a Lei Maria da Penha (SILVA et al., 2015).

De acordo com Souza et al. (2013), a violência contra a mulher, no mundo, além de ser um problema de segurança pública e de justiça, é um problema de saúde e de direitos humanos que assola os mais diversos segmentos. No Brasil, esse tipo de violência é um fenômeno frequente e abrange mulheres de todas as idades, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual ou condição social. Para as autoras, esse fenômeno possui efeito social e afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e de desenvolvimento pessoal e a autoestima das mulheres.

Para Narvaz e Koller (2006), a violência contra a mulher acarreta consequências desastrosas, tanto para a mulher, por inibir seu desenvolvimento pessoal, quanto para o País, por comprometer seu desenvolvimento socioeconômico. As autoras chamam atenção para o custo social desse fenômeno, destacando:

A violência contra a mulher atinge uma em cada quatro mulheres no mundo e é responsável por um em cada cinco anos potenciais de vida saudável perdido pela mulher (Diniz, 1997). Dados estatísticos (Thomas, 1992) ilustram claramente o custo social dessa violência, em especial quando ocorre no âmbito doméstico e familiar. No mundo, um em cada cinco dias de folga ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. Na América Latina, a violência doméstica incide entre 25% e 50% das mulheres. No Brasil, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica; a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto; 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 8).

Segundo Cunha e Pinto (2007), em contraposição ao cenário de violência, o normativo brasileiro denominado Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), busca combater os altos índices de violência contra a mulher, inserindo novos mecanismos, inclusive de criminalização do agressor, com o intuito de atenuar o problema.

Silva et al. (2015), corroborando os autores anteriores, destacam que o Estado deve criar medidas concretas que se mostrem eficazes ao combate à violência, a exemplo de acompanhamento psicológico, cursos e palestras que discutam o tema, uma vez que, para os autores, focar somente a criminalização, sem a implementação de políticas públicas e a criação de medidas concretas que coadunem com o tema, pode ser ineficaz. Deve-se, portanto, eliminar a discriminação, promover a igualdade e o empoderamento das mulheres e velar pelo pleno gozo dos seus direitos humanos fundamentais, por meio de políticas públicas efetivas (UNIRIC, 2016)

Dessa forma, conforme destacado no preâmbulo desta dissertação, o governo federal, em 2007, visando à implementação de ações que atenuem a violência contra a mulher, iniciou um projeto com o objetivo de oferecer as bases de uma política social de inclusão de gênero, tendo como diretrizes: acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher, de acordo com a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito. O programa, denominado Programa Mulheres Mil (PMM), passou a oferecer cursos profissionalizantes às mulheres, a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza, privilegiando temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros (BRASIL, 2014).

Nesse ínterim, o PMM se estabeleceu, nacionalmente, como uma política pública afirmativa, configurando-se em uma ação estratégica, de fundamental relevância, para a promoção da inclusão social feminina, por meio do acesso à educação e ao emprego, à promoção da equidade, à igualdade entre sexos e ao combate à violência contra mulher, (SOUZA et al., 2011; OLIVEIRA, 2013).

Com base no exposto, o presente estudo se justifica pela insuficiência de respostas, na literatura especializada, sobre como uma política educacional, com recorte de gênero, poderia contribuir para a minimização da violência contra mulheres em situação de vulnerabilidade social. Especificamente, buscou-se compreender as repercussões do Programa Mulheres Mil na vida das mulheres que foram beneficiárias dessa política pública, comparando o perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres vitimizadas com o daquelas que informaram não ter sofrido violência, caracterizando a situação de violência vivenciada, bem como examinando as percepções femininas sobre a associação da violência com a situação financeira da mulher e as interferências do Programa na realidade das mulheres vitimizadas.

Este estudo é uma importante contribuição para a área social, principalmente para a educacional, pois compreender a repercussão do PMM pode propiciar a elaboração de estratégias que incluam outros fatores somados à conjunção de setores da sociedade, visando alcançar a efetividade dos objetivos propostos, contribuindo para a prevenção e redução de violência contra a mulher.

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, foi realizada nos municípios de Barbacena e Santos Dumont, localizados no estado de Minas Gerais. Para tanto, foi feito uso da amostra intencional (semiprobabilística), que envolveu 170 mulheres egressas do PMM, sendo 32 egressas do PMM do município de Santos Dumont e 138 egressas do PMM do município de Barbacena, divididas em dois grupos: a) mulheres que responderam não terem sofrido alguma forma de violência (n = 140); e b) mulheres que responderam sim, por terem sofrido alguma forma de violência (n = 30).

A coleta de dados foi realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, em eventos patrocinados por projetos contemplados no Programa Institucional de Apoio à Extensão, intitulados: Os desafios do Programa Mulheres Mil, na percepção de seus atores: um diálogo necessário, e Colorindo Vidas – Arteterapia no Campus e nas Escolas, respectivamente, nos campi Santos Dumont e Barbacena.

A partir dos resultados obtidos da pesquisa bibliográfica e documental sobre o PMM, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, aplicada às mulheres beneficiárias do PMM, que voluntariamente se dispuseram a responder ao questionário contendo perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico, pessoal e familiar, bem como a questões inerentes a situação financeira da mulher, trabalho/ocupação, tipo de violência sofrida, percepções sobre a situação de violência e as influências do Programa Mulheres Mil sobre a realidade vivenciada pelas mulheres.

As categorias e variáveis de análise foram assim delimitadas: idade; cor/etnia; estado civil; religião; número de filhos; escolaridade; situação empregatícia; recebe benefício do governo; principal fonte de renda; renda; dependente da renda; tipo de agressão vivenciada; vínculo com o agressor; e local de ocorrência das agressões. Também foram inseridas no questionário as seguintes questões: a) Qual(is) seu(s) sentimento(s) sobre a situação de violência vivenciada?; b) Na sua visão, qual é o pior tipo de violência?; c) Na

nossa vida podemos passar por momentos bons e ruins, de acordo com sua memória, antes do PMM, quando passava por situações de violência, qual foi o momento pior? (identifique esses momentos e suas razões); d) Qual(is) sua(s) percepção(ões) dos motivos que geraram ou geram a violência vivenciada?; e) Qual(is) foram a(s) consequência(s) da violência vivenciada?; f) Você recorreu a alguém (pessoas e/ou instituições), para lhe ajudar a sair dessa situação de violência? Como foi essa ajuda?; g) Na situação atual, você pode dizer que saiu da situação de violência? Como? Continua com o agressor? Caso ainda esteja com o agressor, quais foram as mudanças? h) Você conhece a Lei Maria da Penha? Como ela te ajudou a enfrentar a violência?; e i) Como o PMM ajudou ou ajuda você a enfrentar a situação de violência?

As entrevistas (n = 170) foram gravadas, mediante autorização do sujeito da pesquisa, e transcritas de forma individual, sendo muitos trechos utilizados na pesquisa reproduzidos na íntegra. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por egressa E1, E2, E3 e, assim, sucessivamente, a fim de manter o sigilo de suas informações pessoais.

Os dados foram analisados com o uso do software Statistical Package for Social Science (SPSS) 16.0, tendo sido realizada uma análise bivariada, utilizando os seguintes comandos: Crosstabs, que produz tabelas de contingência (frequências para uma variável para cada valor de outra variável separadamente), e o teste qui-quadrado (χ^2)¹⁸, para analisar as associações entre as variáveis categóricas, sendo o nível de significância equivalente a 5%.

A análise de conteúdo, referente às informações qualitativas, permitiu examinar as percepções das participantes do Programa sobre a violência vivenciada pela mulher, pautando-se na metodologia proposta por Bardin (2011), complementada, com a representação gráfica, por meio do software de análise lexical IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud, que, por meio de seu ambiente R, permite a análise de textos (corpus textual) e de tabelas de caracteres (matriz de dados), como exposto por Camargo e Justo (2013).

¹⁸ De acordo com Dancey (2006), o teste qui-quadrado (χ^2) de independência é uma medida de relacionamento ou associação que permite verificar se os dois grupos se comportam de forma semelhante ou não, de acordo com a diferença entre as frequências observadas em cada categoria. Possibilita verificar se uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência esperada, em que o resultado muito próximo de zero (0) implica a existência de uma semelhança significativa.

3 Resultados e discussão

Os resultados foram delimitados conforme os objetivos específicos, assim propostos: Caracterização do perfil socioeconômico das mulheres do PMM e sua associação com a violência; Associação entre as variáveis “situação financeira feminina” e “presença de violência”; Características e Percepções sobre a situação de violência contra a mulher; e Repercussões do Programa sobre a realidade das mulheres vitimizadas.

3.1 Caracterização do perfil socioeconômico das mulheres do PMM e sua associação com a violência

A caracterização do perfil socioeconômico, apresentado na Tabela 1, possibilitou realizar a comparação entre dois grupos identificados como “sim” e “não” sofreu violência. Complementados os resultados, tem-se também os resultados obtidos pelo teste χ^2 .

A primeira análise, relacionada à idade das egressas do PMM, revelou que a idade média correspondeu a 44 anos, sendo a idade mínima 19 anos e a máxima 72 anos.

Com o cruzamento da variável sofreu ou não violência com a variável idade, tem-se, como média de idade, 43,6 anos para as mulheres que disseram “não” e 45,9 anos para as mulheres que disseram sim, ter sofrido algum tipo de violência. As idades mínima e máxima daquelas que responderam sim são 22 anos e 60 anos, respectivamente.

Nas 170 mulheres entrevistadas predominou a faixa etária entre 46 e 55 anos (30%; n = 40) (Tabela 1). Na análise dos dados, constatou-se que a maioria das mulheres que respondeu sim para a questão sofreu ou não violência se encontra dentro das faixas etárias de 36 a 45 e 46 a 55 anos, ou seja, 12,4% (n = 21) das entrevistadas com idade entre 36 e 55 anos informaram ter sofrido algum tipo de violência.

Segundo Gadoni-Costa et al. (2011), a faixa etária de 24 a 45 anos está associada a um período de maior atividade sexual e reprodutiva, evidenciando, portanto, que a maioria das entrevistadas se encontrava dentro da margem conceituada pelas autoras.

Para o contexto relacionado à violência vivenciada, de acordo com Albuquerque et al. (2013), vários estudos evidenciam que as mulheres entre 15 e 44 anos são as que mais se encontram em situação de violência de gênero.

Tabela 1 – Caracterização do perfil socioeconômico das participantes do PMM, 2018

Variáveis	Sofreu Violência				Total		p	
	Não		Sim					
	n	%	n	%	n	%		
Idade	até 25 anos	8	4,7%	1	,6%	9	5,3%	-0,620
	26-35	31	18,2%	4	2,4%	35	20,6%	
	36-45	34	20,0%	10	5,9%	44	25,9%	
	46-55	40	23,5%	11	6,5%	51	30,0%	
	56-65	23	13,5%	4	2,4%	27	15,9%	
	> 70 anos	4	2,4%	0	0	4	2,4%	
Cor/Etnia	Branca	40	23,5	9	5,3	49	28,8	-0,644
	Parda	56	32,9	14	8,2	70	41,2	
	Amarela	2	1,2	1	0,6	3	1,8	
	Negra	42	24,7	6	3,5	48	28,2	
Estado Civil	Solteira	34	20	7	4,1	41	24,1	-0,438
	Casada	55	32,4	8	4,7	63	37,1	
	Separada/ Divorciada	19	11,1	8	4,7	27	15,9	
	Viúva	9	5,3	3	1,8	12	7,1	
	União estável	23	13,5	4	2,4	27	15,9	

Continua...

Tabela 1, cont.

Variáveis	Sofreu Violência				Total		p	
	Não		Sim		n	%		
	n	%	n	%				
Religião	Ateu	0	0	1	0,6	1	0,6	0,049*
	Católica	101	59,4	21	12,4	122	71,8	
	Evangélica	33	19,4	6	3,5	39	22,9	
	Outras	6	3,5	1	0,6	7	4,1	
	Não respondeu	0	0	1	0,6	1	0,6	
Filhos	Sim	124	72,9	28	16,5	152	89,4	0,743
	Não	16	9,4	2	1,2	18	10,6	
Nº de Filhos	0	16	9,4	2	1,2	18	10,6	0,004*
	1	27	15,9	6	3,5	33	19,4	
	2	36	21,2	2	1,2	38	22,4	
	3	41	24,1	9	5,3	50	29,4	
	4	14	8,2	9	5,3	23	13,5	
	Mais de 4	6	3,6	2	1,2	2	4,8	

Continua...

Tabela 1, cont.

Variáveis	Sofreu Violência				Total		p	
	Não		Sim		n	%		
	n	%	n	%				
	Nunca frequentou	1	,6	0	0	1	,6	0,642
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	41	24,1	9	5,3	50	29,4	0,022*
	Ensino fundamental completo	34	20,0	5	2,9	39	22,9	0,955
	Ensino médio incompleto	21	12,4	5	2,9	26	15,3	0,430
	Ensino médio completo	34	20,0	11	6,5	45	26,5	0,024*
	Ensino superior incompleto	3	1,8	0	0	3	1,8	0,419
	Ensino superior completo	4	2,4	0	0	4	2,4	0,349
	Pós-graduação	0	0	0	0	2	0	
	Não respondeu	2	1,2	0	0	2	1,2	
Continuou os estudos	Sim	30	17,6	10	5,9	40	23,5	0,163
	Não	110	64,7	20	11,8	130	76,5	

(*) Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Com relação ao item cor/etnia, do total de entrevistadas (n = 170), 41,2% (n = 70) se autodeclararam pardas, 28,8% (n = 49) brancas, 28,2% (n = 48) negras e 1,8% (n = 3) amarelas. Nessa equação, observou-se que 14 mulheres (46,6%), do total das 30 entrevistadas, se autodeclararam pardas e informaram ter sofrido algum tipo de violência, enquanto nove (3%) se autodeclararam brancas, seis (2%) se autodeclararam negras e uma (0,3%) se autodeclarou da cor/etnia amarela.

De acordo com Blay (2003), no levantamento realizado nos Boletins de Ocorrências (BOs) de 1998, com relação à cor/etnia, as vítimas femininas se representavam da seguinte forma: 62% mulheres brancas, 30% mulheres pardas e 7% negras. Assim, a afirmativa da autora corrobora os dados encontrados na presente pesquisa.

Quanto ao estado civil das mulheres entrevistadas, a maioria declarou ser casada (n = 63, 37,1%), seguida pelas solteiras, com 24,1% (n = 41). Em relação à questão da violência, empatadas em 4,7%, encontram-se as casadas (n = 8) e as separadas/divorciadas (n = 8), seguidas de 4,1% (n = 7) daquelas que se identificaram como solteiras. Como essa classificação baseou-se no relato espontâneo, muitas que convivem com um companheiro declararam-se solteiras.

Com 71,8% (n = 122), a religião que predominou, de acordo com a presente pesquisa, foi a católica, seguida pela evangélica. Essa classificação se desdobra entre aquelas que responderam ter sofrido violência, com 12,4% (n = 21), seguidas de 3,5% (n = 6) de mulheres que se declararam católicas e evangélicas, respectivamente.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Censo de 2010 os resultados evidenciaram que a população católica tem maior representatividade (64,6%) entre a população, seguida em 22,2% pelas evangélicas (de missão, pentecostal e não determinadas).

No que diz respeito à presença de filhos, observou-se que 89,4% (n = 152) das entrevistadas disseram ter filhos e 10,6% (n = 18) disseram não ter. Do total de entrevistadas, 29,4% (n = 50) disseram ter três filhos, seguidas de 22,4% (n = 38) com dois filhos, enquanto 19,4% (n = 33) declararam ter um filho. Corroborando os dados demonstrados, Gadoni-Costa et al. (2011) destacam que 52,7% das mulheres participantes da pesquisa sobre violência contra a mulher disseram ter filhos.

Cruzando a variável filhos com presença de violência, tem-se que 10,6% (n = 18) declararam ter entre três e quatro filhos. Segundo Senado (2017, p. 7), a mulher que tem filhos está mais propensa a sofrer violência. Enquanto o percentual de mulheres sem

filhos que declararam ter sofrido violência provocada por um homem foi de 15%, o percentual de mulheres com filhos que o declararam foi de 34%.

No que se refere à significância estatística, examinada pelo teste χ^2 , constatou-se que as variáveis religião (0,049) e número de filhos (0,004) foram aquelas consideradas estatisticamente relacionadas com a questão da violência vivenciada pelas mulheres.

Corroborando esse resultado, Souza e Santos (2018) relatam que as religiões também fazem parte da dinâmica de influenciar o contexto social e de reforçar os preconceitos. Essa dinâmica tende a gerar ou a justificar as ideias e os comportamentos e faz parte da estratégia de silenciamento das mulheres e do ocultamento das violências sofridas. De acordo com as autoras:

As religiões conferem caráter sagrado, eterno, aparentemente imutável a ideias e/ou instituições que ordenam as relações entre os sexos e legitimam as hierarquias sexuais, o silenciamento e a responsabilização das mulheres, bem como a aceitação da violência como meio válido de imposição/dominação. Tais ideias não permanecem limitadas ao universo religioso, mas estendem a sua influência sobre todo o contexto social (SOUZA; SANTOS, 2018, p. 18).

Martins (2017) também constatou que a existência de filhos está relacionada à manutenção da violência, uma vez que a mulher tende a permanecer no relacionamento violento por causa dos filhos, mantendo o laço social com o agressor.

Em termos do nível de escolaridade, os resultados evidenciaram que predominou o ensino fundamental incompleto (29,4%), seguido pelo ensino médio completo (26,5%). Comparando com a variável sofreu ou não violência, os dados demonstraram que as mulheres vítimas de violência possuíam nível de escolaridade inferior àquelas não vitimizadas.

Albuquerque et al. (2013) destacam que a permanência por um período curto na escola tende a favorecer a situação de violência, assinalando que mulheres com escolaridade mais baixa sofrem mais violência física do que as mais instruídas, acrescentando, ainda,

que as mulheres vítimas de violência estudaram em média seis anos, mesmo constatando-se afirmações de que a violência ocorre com mulheres de todos os níveis educacionais. Entretanto, cabe assinalar que a escolaridade só terá significância para violência física quando supre a condição socioeconômica. Mulheres com menor escolaridade (até o primeiro grau) sofrem mais violência física do que mulheres mais instruídas. Pessoas com baixa renda familiar e baixa escolaridade tendem a se tornar mais expostas aos agravos sociais e de saúde, uma vez que esta camada da sociedade torna-se menos favorecida de recursos materiais bem como de informações dos seus direitos sociais (ALBUQUERQUE et al., 2013, p. 381).

Estatisticamente, observou-se o grau de escolaridade equivalente ao fundamental incompleto e ao ensino médio completo com maior frequência de situações de violência, sendo p-valor de 0,022 e 0,024, respectivamente. De acordo com Sousa, Nogueira e Gradim (2013), mulheres com até oito anos de estudo tendem a vivenciar situações de violência com mais frequência, considerando a significância estatística encontrada nos estudos realizados pelas autoras, com o p-valor de 0,029.

3.2 Associação entre as variáveis situação financeira feminina e presença de violência

Na Tabela 2 estão os resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis associadas à situação financeira feminina (trabalho, ocupação e renda) com a variável sofreu ou não violência.

Quanto à ocupação, de acordo com os dados contidos na Tabela 2, verifica-se a existência de 41,8% (n = 71) mulheres desempregadas, 24,7% (n = 42) empregadas, enquanto 22,4% (n = 38) disseram trabalhar informalmente. Dentre as que declararam ter sofrido violência (n = 30), 9,4% (n = 16), ou seja, 53% daquelas que declararam ter sofrido violência, encontravam-se desempregadas. Corroborando os números apresentados, Deslandes et al. (2000) e Senado (2018) destacam a predominância de mulheres que não exercem trabalho remunerado. O primeiro autor aponta um total de 47% e as demais autoras de 39,3%.

No que refere à variável “recebe benefício do governo”, constatou-se que 120 respondentes (70,6%) e 9,4% (n = 16), maioria, dentre as 30 entrevistadas identificadas pela variável sofrer violência, declararam não receber benefícios. Destaca-se que para complementação da resposta sim para a pergunta recebe benefício do governo?, foi questionado, na sequência, qual seria o benefício recebido, sendo destaque o benefício intitulado Bolsa Família (PBF), nas respostas dadas pelas entrevistadas.

No que diz respeito à associação entre a variável receber benefício do governo e a variável sofreu ou não violência, verificou-se a significância estatística com p-valor de 0,022. Moreira et al. (2016) relataram que o PBF, isoladamente, não é capaz de alterar a violência doméstica e que as beneficiárias possuem maior risco de sofrer violência. Assim, os autores pontuam que:

Os resultados apresentados sinalizam a existência de um efeito não intencional do Programa Bolsa Família no Brasil. Verificou-se, também, que não apenas o PBF é capaz de alterar a violência doméstica, uma vez que existem outros fatores socioeconômicos capazes de influenciar esse fenômeno. As mulheres beneficiadas pelo PBF, com rendimentos relativamente menores que aos do

cônjuge e domiciliadas no meio rural, possuem maior risco de sofrerem violência física do cônjuge ou ex-cônjuge [...]. Dada a escassez de recursos públicos, o conhecimento acerca das características das famílias que afetam diretamente o risco de ocorrência de violência doméstica mostra-se uma importante estratégia para o enfrentamento do fenômeno (MOREIRA et al., 2016, p. 997-998).

Tabela 2 – Apresentação da associação entre situação financeira e violência contra a mulher

Variáveis	Sofreu Violência				Total	p		
	Não		Sim					
	n	%	n	%				
Situação empregatícia	Empregada com carteira assinada	35	20,6	7	4,1	42	24,7	0,094
	Desempregada	55	32,4	16	9,4	71	41,8	0,065
	Trabalha informalmente	34	20	4	2,4	38	22,4	0,887
	Autônoma	16	9,4	3	1,8	19	11,2	0,679
	Empregadora	0	0	0	0	0	0	
Recebe benefício do governo	Sim	36	21,2	14	8,2	50	29,4	0,022*
	Não	104	61,2	16	9,4	120	70,6	
Principal fonte de renda	Sim	53	31,2	15	8,8	68	40	0,226
	Não	87	51,2	15	8,8	102	60	
Renda mensal	Até 1 salário mínimo	66	38,8	19	11,2	85	50	
	De 1 a 2 salários mínimos	51	30	8	4,7	59	34,7	
	De 2 a 3 salários mínimos	19	11,2	2	1,2	21	12,4	0,425
	> 3 salários mínimos	2	1,2	0	0	2	1,2	
	Não respondeu	2	1,2	1	0,6	3	1,8	
Dependente da renda	Até 4 pessoas	94	55,3	24	14,1	118	69,4	
	Acima de 4 pessoas	44	25,9	5	2,9	49	28,8	0,227
	Não respondeu	2	1,2	1	0,6	3	1,8	

(*) Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Ao analisar a questão relacionada à principal fonte de renda¹⁹, constatou-se que 60% (n = 102), do total geral, das entrevistadas declaram que não são as principais contribuintes na composição da renda familiar. Para o grupo relacionado à variável sofreu

¹⁹ Para as composições familiares o IBGE adota como conceito de principal provedor o cônjuge com rendimentos do trabalho superior a 50% do rendimento do casal (MARRI; WAJNMAN, 2007).

violência (n = 30), nota-se um percentual equilibrado, sendo 50% (n = 15) para as duas respostas possíveis.

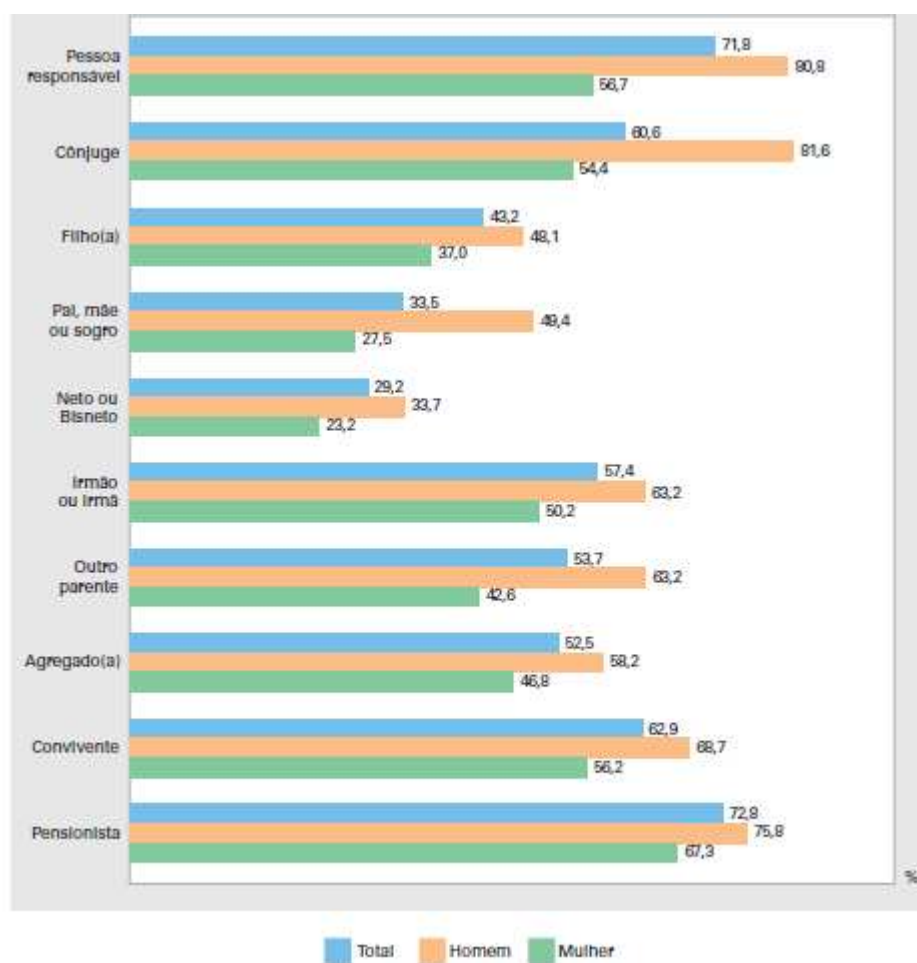
Segundo Leone (2000), é importante o trabalho da mulher na renda familiar, principalmente em momentos de maior incerteza e precarização do mercado de trabalho, independentemente da classe social. Essa participação influencia as decisões quanto ao consumo e quanto à participação dos seus membros nas atividades econômicas para a complementação da renda familiar, garantindo a sobrevivência e o bem-estar, pelo esforço coletivo. Ainda de acordo com a autora, o aumento da participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) é um fenômeno que se observa desde a década de 1990.

Para Marri e Wajnman (2007), a crescente participação das mulheres como principais provedoras financeiras dos núcleos familiares, conforme apontado na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), ainda é incipiente, considerando que as pesquisas domiciliares continuam apontando os homens como chefes ou responsáveis pelas famílias, conforme demonstra a Figura 1 (IBGE, 2010). Os autores ressaltam que essas mulheres que migram para a condição de provedoras acabam sendo duplamente penalizadas, porque, do ponto de vista doméstico, o fato de elas serem as provedoras financeiras não as libera das tarefas familiares tradicionalmente femininas, e por serem oriundas das classes mais pobres de renda e sofrerem discriminação salarial, o bem-estar fica comprometido, em comparação às famílias mais abastadas.

A renda familiar esteve predominantemente na faixa de até 1 salário mínimo (n = 85, 50%), seguida pela faixa de 1 a 2 salários mínimos (n = 59, 34,7%). Na caracterização daquelas que responderam sofrer violência, mantêm-se a predominância na faixa até 1 salário mínimo (n = 19, 11,2%), seguida, também, pela faixa de 1 a 2 salários mínimos (n = 8, 4,7%).

Campos e Barreto (2017), referindo-se às mulheres que se encontram em condições de baixa escolaridade, profissões pouco remuneradas, faixa de renda familiar baixa e de não inserção mercado de trabalho formal, ressaltam que muitas vezes essas variáveis, isoladas ou conjuntas, podem contribuir significativamente para a submissão de algumas mulheres a situações de violência doméstica.

Figura 1 – Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade moradoras em domicílios particulares, por sexo, segundo a relação de parentesco com a pessoa responsável pela família. Brasil, 2010



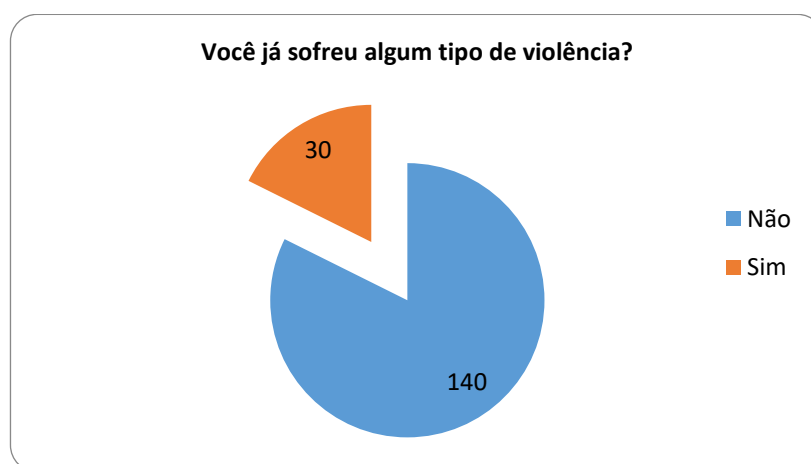
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

3.3 Características e percepções sobre a situação de violência contra a mulher

3.3.1 Presença de violência, tipo de agressão, vínculo com o agressor e local da ocorrência da agressão

Na análise da questão relacionada ao tema violência contra a mulher (você já sofreu algum tipo de violência?), transformada na variável sofreu ou não violência, constatou-se (Figura 2) que 18% (n = 30) das entrevistadas responderam sim, que haviam sofrido algum tipo de violência.

Figura 2 – Apresentação do diagnóstico de violência doméstica e de gênero



Fonte: dados da pesquisa (2018).

De acordo com Senado (2017), na pesquisa realizada sobre mulheres que declararam ter sofrido violência, na edição de 2017, 18% das entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por homem. Esse percentual coaduna com o encontrado na presente pesquisa.

No que diz respeito à caracterização da violência, na Tabela 3 estão os resultados relativos à frequência das variáveis concernentes ao tipo de agressão, vínculo e local.

No presente estudo, constatou-se que 18% (n = 30) das mulheres egressas do PMM responderam ter sofrido algum tipo de violência. Desse número, nota-se que 63% (n = 19) tiveram como principal forma de agressão aquela conceituada como física, seguida por 53,3% (n = 16) conceituada como agressão psicológica. Em relação ao agressor, 46,7% (n = 14) das mulheres foram agredidas pelo marido/companheiro, tendo 53,33% (n = 16) dos casos ocorrido em seu próprio domicílio.

De acordo com Albuquerque et al. (2013), a violência física é a mais reconhecida e socialmente considerada a mais perigosa, enquanto a violência psicológica é mais frequente, sentida como a mais dolorosa, danosa e demolidora, pois causa danos psicológicos e emocionais, necessitando, muitas das vezes, de intervenções dos profissionais de saúde e de segurança. Essas agressões são geralmente ocasionadas por pessoas conhecidas, principalmente pelo marido/companheiro, e obedecem a um ciclo de violência²⁰ progressivo.

²⁰ O ciclo da violência inicia-se de forma lenta e silenciosa, e progride em intensidade e consequências. No início, muitas vezes o agressor não lança mão de violência física, mas coíbe a liberdade individual da vítima e fomenta humilhações e constrangimento. Dessa maneira, antes de agredi-la fisicamente ele a

Tabela 3 – Caracterização das questões relacionadas à violência contra as mulheres participantes da pesquisa (n = 30), segundo o tipo da agressão, o vínculo com o agressor e o local da ocorrência da agressão

Variáveis	Sofreu Violência Sim (n = 30)		Total (n = 170)		
	n	%	n	%	
Tipo de agressão*	Física	19	63,3	19	11,2
	Psicológica	16	53,3	16	9,4
	Sexual	4	13,3	4	2,4
	Patrimonial	1	0,3	1	0,6
	Moral	6	2	6	3,5
Vínculo com o agressor*	Marido/companheiro	14	46,7	14	8,2
	Ex-marido/ex-companheiro	6	20,0	6	3,5
	Namorado	0	0	0	0
	Ex-namorado	1	3,3	1	0,6
	Outros	4	16,7	4	2,9
	Não respondeu	5	13,3	5	2,4
Local de ocorrência da agressão	Domicílio	16	53,3	16	9,4
	Via pública	2	6,7	2	1,2
	Domicílio e via pública	5	16,7	5	2,9
	Outros	1	3,3	1	0,6
	Não respondeu	4	13,3	4	2,4

(*) Um único caso pode apresentar mais de uma opção.
 Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Corroborando os resultados evidenciados no presente estudo, Adeodato et al. (2005) revelaram que 64% das mulheres que sofreram violência doméstica tinham vida conjugal ativa. Na pesquisa realizada por Costa, Serafim e Nascimento (2015), foi demonstrado que 62,5% dos casos analisados ocorreram na própria residência. As autoras destacam que

a maior parte das vítimas foi agredida no próprio lar, de onde se espera um ambiente afetuoso, de acolhimento e refúgio contra a violência externa. Contudo, para essas mulheres, seu domicílio passou a ser residência do medo, tensão e agressões em razão das constantes ameaças a que estavam expostas (COSTA; SARAFIM; NASCIMENTO, 2015, p. 553).

importuna com o intuito de baixar a autoestima da mulher vitimizada, para que, depois, ela tolere as agressões físicas. Portanto, a violência psicológica, em geral, precede à física. No entanto, a primeira deve ser identificada independentemente de sua relação com a segunda. A mulher vítima da agressão tende a aceitar, justificar as atitudes do agressor e protelar a exposição de suas angústias até a situação se tornar insustentável (LUCENA et al., 2016).

Diferentemente do resultado apresentado no estudo em questão, a pesquisa de Costa, Serafim e Nascimento (2015) destacou a prevalência de agressão psicológica (62%), seguida pela agressão física (54%) e agressão moral (50%).

Brasil (2011) destacou, quanto ao local de ocorrência das agressões, que 26% das mulheres tiveram a violência perpetrada por seus próprios companheiros ou ex-companheiros, e que 11,3% disseram ter sido vítimas de violência por algum parente, devendo ser destacado que 43,1% das mulheres vítimas de agressão física estavam em suas residências. Esses dados apontam para uma possível quebra da sensação de segurança no espaço doméstico (ou da segurança propriamente dita), agravada quando se verifica quem são os autores dessa agressão.

3.3.2 Percepções das mulheres sobre a situação de violência vivenciada

Para elucidar as percepções das mulheres sobre a violência vivenciada, foram levantadas diferentes questões, relativas aos sentimentos, aos conhecimentos e às consequências das ações de violência, bem como às influências do PMM para a atenuação dessa realidade.

De acordo com os discursos das mulheres do PMM (n = 30), verificou-se pela nuvem de palavras, conforme o indicador de frequência, que as palavras mais evocadas para o questionamento relacionado a qual(is) sentimento(s) tinha sobre a situação de violência vivenciada foram: raiva, ele, medo, tristeza e menosprezada e angústia (Figura 3).

Figura 3 – Nuvem de palavras indicativas do(s) sentimento(s) sobre a situação de violência vivenciada pelas participantes do PMM.



Fonte: dados da Pesquisa, analisados com o auxílio do software IRaMuTeQ (2018).

Constata-se, nos trechos dos discursos das entrevistadas, que os comentários demonstram o significado da vivência de violência sofrida:

Nossa, sentimento de raiva, aí eu me sentia menosprezada, nossa eu me sentia muito para baixo. (M01)

Sentimento de pior mulher do mundo. (M04)

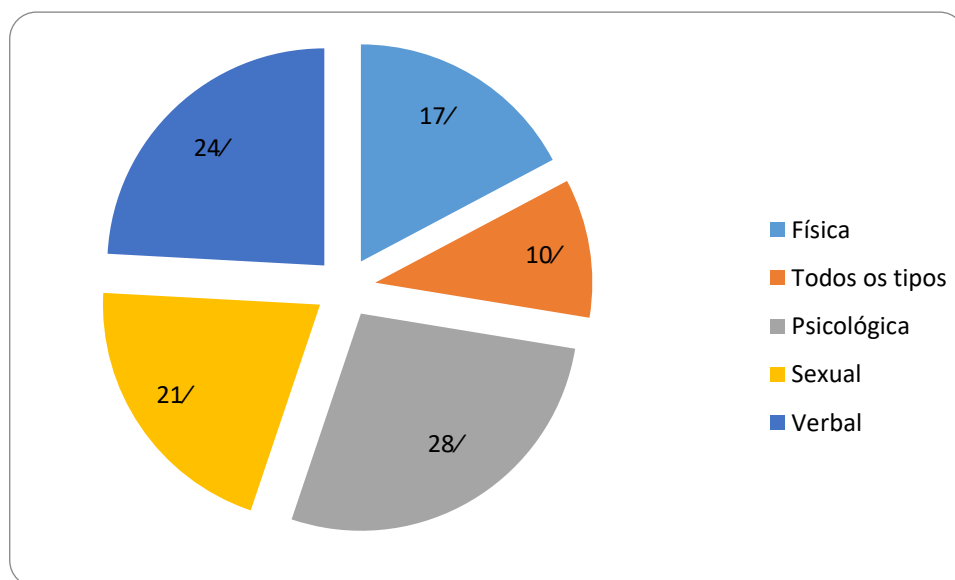
Sentia muita raiva, tristeza e vontade de me matar. (M19)

De acordo com Campos e Barreto (2017, p.16), a compreensão sobre os sentidos da vivência da violência doméstica é vaga e mediana, considerando que as mulheres vítimas de agressão têm ou tiveram o cotidiano envolvido em conflitos constantes e são expostas a todos os tipos de violência, tornando a violência doméstica indecifrável e de pouca percepção, o que se confirma na forma pouco argumentativa das respostas dadas ao questionamento realizado.

No estudo realizado por Costa, Serafim e Nascimento (2015), as expressões raiva, tristeza e medo também apresentam elevado indicador de frequência relativa à questão sentimentos em relação ao agressor.

Quanto à visão sobre o pior tipo de violência, as entrevistadas identificaram cinco tipos, conforme detalhado na Figura 4.

Figura 4 – Visão sobre o pior tipo de violência sofrida



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

De acordo com a Figura 4, na visão das entrevistadas, o pior tipo de violência é a psicológica (28%), seguida da violência verbal (24%) e da violência sexual (21%), sendo a violência física (17%) classificada em quarta posição, seguida por todos os tipos (10%).

Muitas entrevistadas se limitaram apenas a responder qual violência, e algumas complementaram a sua visão, como reportado a seguir:

Verbal, as palavras machucam (M09).

Verbal, as palavras doem mais (M18).

A violência física é muito doída, mas a verbal marca para sempre (M22).

A psicológica. A dor é interna (M25).

A agressão do marido, o estupro (M14).

Os resultados, com destaque para a violência verbal e psicológica, corroboram os estudos realizados por Deslandes et al. (2000), Galvão e Andrade (2004), Adeodato et al. (2005) e Garcia et al. (2008), que demonstram a ocorrência elevada de violência psicológica entre os sujeitos pesquisados, além da ocorrência de violência verbal.

Garcia et al. (2008) salientam que a violência verbal, além de ser a base de qualquer agressão, precede a violência física. Silva et al. (2007) complementam, afirmando que:

a violência psicológica doméstica passa a manifestar-se verbalmente, com humilhações privadas ou públicas, exposição a situação vexatória, como no caso de ridicularizar o corpo da vítima, chamando-a por apelidos ou características que lhe causam sofrimento (SILVA et al., 2007, p. 99).

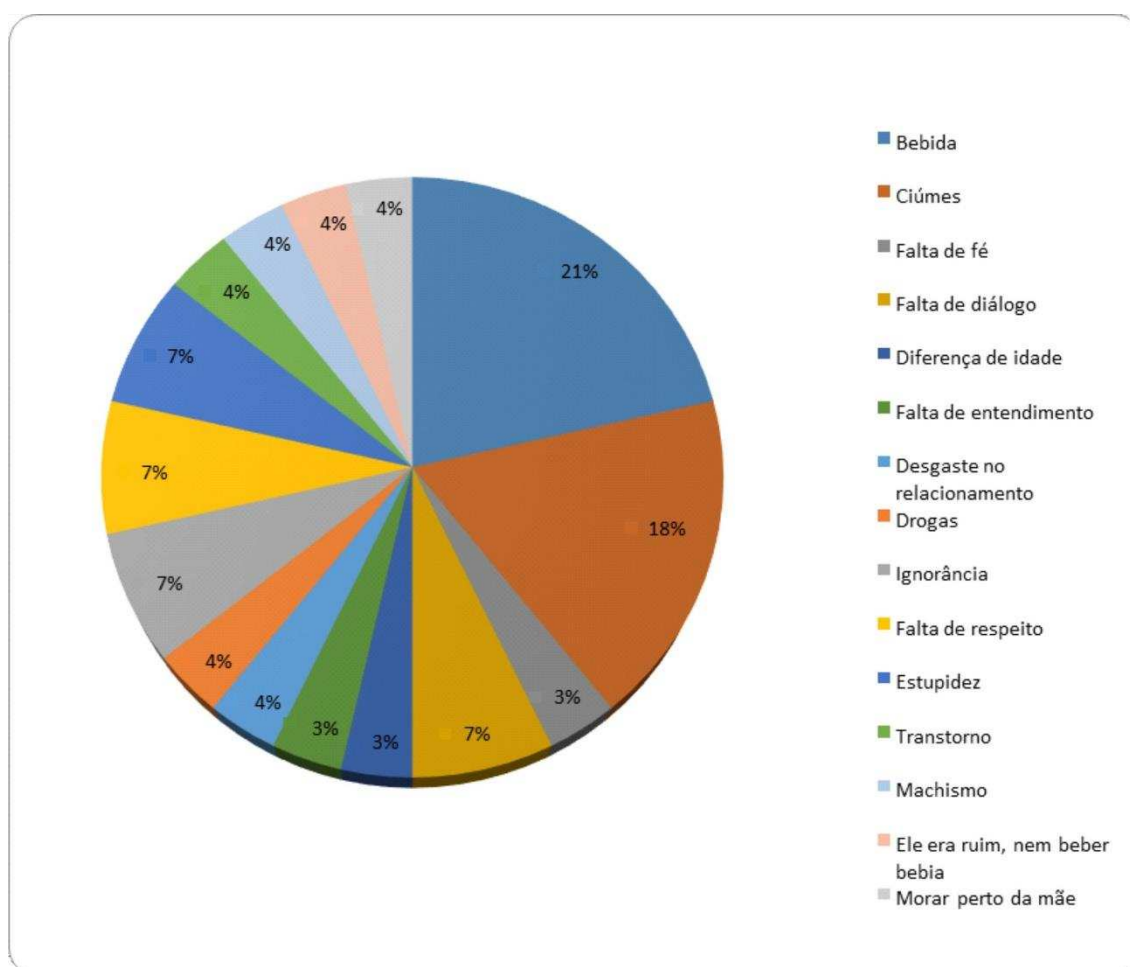
Em relação às percepções sobre o que motiva a violência, a maioria das entrevistadas entende que as agressões podem estar relacionadas, prioritariamente, ao consumo de bebida alcoólica e ao ciúme, tendo $n = 6$ apontado a bebida e $n = 5$ o ciúme, conforme disposto na Figura 5.

O resultado referente ao que motiva a violência, segundo as entrevistadas, coaduna com o estudo realizado por Sagim et al. (2007), ao evidenciarem que o consumo de álcool e o ciúme podem ser vistos como os principais motivos de violência, relatando a seguinte observação:

Na alegação de que o motivo para o ato de violência é o ciúme do agressor, nas suas conotações diversas, que vão desde a que coloca a mulher como um objeto sobre o qual o homem tem inteiro poder, 'é dele', e ninguém mais pode dela se aproximar. Passa também pela conotação, de que ela tem a sua liberdade cortada, mas chega naquela, que sinaliza sua importância para o marido/companheiro, que não a quer dividir com ninguém, podendo ser entendida como sinônimo de sua valorização (SAGIM et al., 2007, p 34-35).

A partir da análise das falas das entrevistadas, buscou-se elucidar as categorias que emergiram da questão relacionada às consequências da violência vivenciada, que são: a) consequências para a mulher, b) consequências para os filhos; e c) consequências gerais.

Figura 5 – Percepções das entrevistadas sobre os motivos da violência contra a mulher



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Na primeira categoria, ou seja, nas consequências para a mulher, identificou-se que a violência vivenciada compromete a sua saúde, o seu estado emocional, a sua segurança e, inclusive, a sua capacidade de subsistência, conforme identificado nos relatos, a seguir:

Entrei em depressão, sentia muitas dores no corpo, precisei tomar remédio controlado (M30).

Sentia medo, ... ele chegava agressivo, ele chegava em casa de madrugada, ... até hoje ele me ameaça (M09).

Muito triste fazer as coisas forçada, ... abalo psicológico (M08).

Não esquecerá nunca (M22).

Tristeza, infelicidade (M12).

Passamos necessidades em casa (M21).

Na segunda categoria, dentre as consequências que se mostram evidentes nos relatos, estão aquelas que afetam os filhos. Uma de minhas filhas ficou muito revoltada e com muita raiva dele (M19). Uma das consequências é o distúrbio bipolar do meu filho

(M21). Essa situação prejudicou inclusive meu filho do meio, que se envolveu com bebidas e drogas (M29). Os filhos vivenciaram tudo (M04).

Na última categoria, como consequências gerais, as entrevistadas respondem ao questionamento de forma generalizada. Revolta, constrangimento, briga na justiça pela guarda do filho (M29). As consequências são as piores possíveis (M23). Altas consequências (M04). Separação (M07). Mágoa (M22).

O próximo ponto abordado na entrevista pode ser caracterizado como a rede de apoio social, concernente ao questionamento Recorreu à ajuda para sair da situação de violência? Como foi essa ajuda? Os depoimentos relativos às formas para sair da situação de violência revelaram tanto a ajuda dos parentes e vizinhos, como o apoio legal e psicológico, além da separação/divórcio, como pode ser evidenciado nas seguintes falas:

Na época, ... lá sempre teve grupo de mulheres, psicólogo, eu procurei ajuda, fiz tratamento psicológico (M01).

Fui para a casa da minha mãe, morei três meses com ela. As vezes chamava a polícia e nada acontecia (M04).

Comentava só com as pessoas mais íntimas (M02).

Sim. Recorri à delegacia (M09).

Não. Eu mesma resolvi. Pedi o divórcio (M10).

Recorri ao CREAS (M11).

Sim. Ao pai. Fui morar na casa dele com minhas filhas (M19).

Cheguei a pedir ajuda a um vizinho. Ele tentou ajudar, mas não conseguiu. Certo dia, vi minha filha de 9 anos rezando para “mamãe do céu” ajudar. Foi aí que tive forças para pedir a separação (M22).

A maioria das entrevistadas, exclusivamente aquelas que participaram do PMM na cidade de Santos Dumont, relata ter recorrido à delegacia de polícia local, na pessoa da delegada responsável, que, segundo as entrevistadas, muito contribuiu para a compreensão e o enfrentamento das situações de violência vivenciadas.

De acordo com Brasil (2011), em questionamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) quanto ao motivo de não terem procurado apoio nas instituições de segurança pública, as mulheres informaram que: não queriam envolver a polícia (27,7%), tinham medo de represálias (23%) ou resolveram sozinhas (21,5%). Apenas 9,4% delas acreditavam que esse tipo de agressão não era importante a ponto de demandar uma ação policial.

Lettiere e Spano Nakano (2011) ressaltam que a violência contribui para os prejuízos relacionados à saúde, bem como para a busca por ajuda, que ocorre, inicialmente, na família e nos amigos/vizinhos. Quanto à intervenção policial, os autores destacam que as mulheres utilizam esse recurso devido à possibilidade de autoproteção. No entanto,

destacam que em alguns momentos, diferente do que poderiam esperar, ou seja, a busca por seus direitos fossem um marco de ruptura com a sua condição de vítima, essa as coloca frente a uma realidade de desamparo e descrença na justiça. (LETTIERE; SPANO NAKANO, 2011, p. 6).

Ao serem questionadas se saíram da situação de violência e solicitadas a apontarem as principais mudanças, 36% (n = 11) das entrevistadas responderam que conseguiram se desvencilhar dessa situação de violência, o que pode ser confirmado por meio de alguns relatos: Sim. Separei. Me casei novamente. Hoje estou bem (M28). Sim. Depois de 13 anos juntos, resolvi que devia separar (M24). Sim. Me sinto vitoriosa (M5). Fiquei viúva. Ele faleceu (M11). Não sofro mais. Venci isso (M26).

Quanto a conhecer a Lei Maria da Penha e se por ajuda desse dispositivo legal conseguiu sair da situação de violência, 100% (n = 30) das entrevistadas disseram conhecer ou ter tomado conhecimento da referida legislação. No entanto, apenas 10% (n = 3) disseram ter utilizado dos conhecimentos sobre os recursos contidos no dispositivo legal para sair da situação de violência: Sim, ajudou. Eu apanhava muito do meu marido (M20). Sim. Na época fiz boletim de ocorrência e recebi medida protetiva (M21).

De acordo com a última pesquisa realizada por Senado (2017), todas as entrevistadas afirmaram ter ouvido falar sobre o dispositivo legal, o que indica a importância do processo de conscientização da sociedade. Apesar disso, 77% disseram conhecê-la pouco, enquanto apenas 18% indicaram que a conheciam muito.

Segundo Pasinato (2015), a promulgação da Lei Maria da Penha e a sua aprovação social, conforme demonstrado por inúmeras pesquisas, considerando os investimentos em campanhas educativas e o apoio das mídias, quando evidenciam a importância do cumprimento da legislação, é um marco histórico para a construção do reconhecimento dos direitos das mulheres, como direitos humanos no Brasil.

3.3.3 Repercussões do Programa sobre a realidade das mulheres vitimizadas

No que concerne a repercussões do Programa sobre a realidade da mulher vitimizada, n = 22 não souberam e/ou não responderam; n = 1 afirmou não ter precisado enfrentar a situação, por ter se separado antes de participar do PMM; enquanto n = 7 responderam que, de alguma forma, o Programa ofereceu ajuda no enfrentamento da situação de violência vivenciada, conforme pode ser observado nos relatos, a seguir:

Ajudou sim, foi muito satisfatório eu agora me sinto mais capaz mais preparada (M04).

Ajudou muito, tirou isso da minha cabeça. Abriu minha mente (M07).

Sinto, agora bem melhor. Antigamente, eu achava que era mais submissa aí eu preferia assim largar pra lá para evitar confusão, largar para lá para evitar briga. Agora não. Não largo muitas coisas para lá não (M03).

Sim. Muitas palestras, ajudou muito (M4).

Meu medo era assim, tirou um pouco do meu medo, eu fiquei mais corajosa. O que me encorajou mais foi ler bastante, coisas feministas, sabe. [...] Aí me deu mais força. Acredito que aqui foi a palestra da Doutora K... me ajudou muito (M11).

Para Pasinato (2015), os investimentos financeiros e técnicos efetuados pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) não condizem com a realidade dos atendimentos. Esses fatores são uma parte do problema. Para a autora, outros fatores, como a necessidade de implementar ações que possibilitem um trabalho articulado, intersetorial e multidisciplinar, que resultem em mudança de mentalidade, que visem ao trabalho em rede, que conciliem e agreguem o atendimento multidisciplinar e que multipliquem o atendimento emergencial, poderão contribuir para dar respostas efetivas para a mulher e, assim, possibilitar o fortalecimento e o acesso aos direitos a ela inerentes.

As principais palavras contidas nas falas das entrevistadas, em termos de força, poder e conhecimento, indicam que o conteúdo das temáticas debatidas no Programa, nas palestras e nos cursos ofertados, assim como a capacidade de integração social, promovida pela participação dessas mulheres no PMM, corrobora significativamente para o enfrentamento e a atenuação da violência vivenciada.

Dessa forma, o PMM, como ação preventiva, cumpre o seu papel na atenuação da violência contra a mulher. Os temas apresentados nas palestras e oficinas sobre qualidade de vida, saúde e meio ambiente, cidadania e direitos das mulheres visam à conscientização e à ressignificação cultural, portanto contribuem para a minimização e a continência da violência contra a mulher.

De acordo com as Nações Unidas (2003), a educação é um instrumento de prevenção muito importante, por expor as causas diretas e subjacentes à violência, contribuindo para a compreensão do seu impacto e de suas consequências, o que propicia alternativas e promove modos de vida não violentos. Para os autores, a educação tem como objetivo estratégico a conscientização das pessoas, a modificação dos comportamentos e o desenvolvimento de capacidades para lidar com a violência e prevenir sua repetição.

Willhem e Tonet (2017) enfatizam que o combate à violência doméstica contra a mulher é uma temática que deve ser discutida em todos os níveis de escolarização. As autoras pontuam que ampliar a discussão no âmbito escolar, inclusive com a participação dos homens, pode contribuir para encontrar formas alternativas de resolução de conflitos. Segundo elas, a conscientização de todos propiciará ações mais efetivas no combate a esse fenômeno.

4 Considerações finais

O enfrentamento da violência doméstica contra a mulher merece espaço para discussões que possibilitem a ampliação da prevenção e que tenham enfoque em ações que proporcionem às vítimas em situação de violência o conhecimento dos seus direitos, sua interação e sua integração social. A ocorrência desse fenômeno possui diferentes consequências, portanto ele deve ser analisado e compreendido para que algumas medidas, como políticas públicas mais eficazes e devidamente articuladas, possam vislumbrar resultados positivos para, além de diminuir, combater efetivamente a violência contra a mulher.

Nesse contexto, observando os objetivos traçados pelo PMM e articulando-os à reflexão sobre as percepções, repercussões e associações das participantes do Programa no processo de combate à violência contra a mulher, pode-se pressupor, com base nos dados obtidos nesta pesquisa, que o acesso dessas mulheres à política pública educacional, proposta pelo Programa Mulheres Mil, contribuiu, além da elevação do conhecimento, para a obtenção de maior poder e força, fatores impactantes sobre a atenuação da violência, melhoria da qualidade de vida e resgate da cidadania.

Dessa forma, pode-se concluir que o Programa contribuiu significativamente para a atenuação da violência doméstica contra a mulher, considerando a dinâmica estabelecida na operacionalidade da oferta dos cursos, com as palestras e os debates promovidos sobre os direitos da mulher e a possibilidade da integração social implementada. Todavia, reconhece-se que a contribuição do PMM ainda é limitada, visto que não foram registradas alterações substanciais em relação a nenhum dos seus objetivos.

5 Referências bibliográficas

ADEODATO, Vanessa Gurgel; CARVALHO, R. R.; SIQUEIRA, V.R. et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 108-113, jan. 2005.

ALBUQUERQUE, Josefa Barros Cavalcanti de; CÉSAR, Edna Samara Ribeiro; SILVA, Vagna Cristina Leite de et al. Violência doméstica: características sociodemográficas de mulheres cadastradas em uma Unidade de Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 382-390, 30 jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i2.18941>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300006>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Riberão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMPOS, Ana Cristina Finger; BARRETO, Dagmar B. Mena. A percepção das mulheres vítimas de violência doméstica. **Pesquisa em Psicologia, anais eletrônicos**, p. 7-18, 2017. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/pp_ae/article/view/15496/8389>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2018, v. 23, 2010.

COSTA, Milena Silva; SERAFIM, Márcia Luana Firmino; NASCIMENTO, Aissa Romina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010, 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 3, p. 558-551, set. 2015.

DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicólogos**. Trad. de Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, p. 129-137, 2000.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 219-227, 2011.

- GARCIA, Marilúcia Vieira; RIBEIRO, Lindioneza Adriano; JORGE, Miguel Tanús et al. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2551-2563, nov. 2008.
- GALVAO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma Maffei de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 89-99, ago. 2004.
- LEONE, Eugene Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 384, 2000.
- LETTIERE, Angelina; SPANÓ NAKANO, Ana Márcia. Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. 6, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_20.pdf>. Acesso: 22 nov. 2018.
- LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; DEININGER, Layza de Souza Chaves; COELHO, Hemílio Fernandes Campos et al. Analysis of the cycle of domestic violence against women. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p.139-146, ago. 2016.
- MARRI, Izabel Guimarães; WAJNMAN, Simone. Esposas como principais provedoras de renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 1, p. 19-35, 2007.
- MARTINS, Jayne Cecília. **Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2017. 44 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.
- MOREIRA, Gustavo Carvalho et al. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estud. Econ.**, v. 46, n. 4, p. 973-1002, dez. 2016.
- NAÇÕES UNIDAS. Centro para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários - Gabinete das Nações Unidas de Viena. **Estratégias de combate à violência doméstica: manual de recursos**. Trad. de Emanuel Fernando Gomes de Barros Matos. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde, 2003. 128 p.
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 7-13, 2006.
- OLIVEIRA, Patrícia Peres de et al. Women victims of domestic violence: a phenomenological approach. **Texto Contexto – Enferm.**, v. 24, n. 1, p. 196-203, mar. 2015.
- PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: As percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Pena. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 407- 427, 2015.
- SAGIM, Mirian Botelho; BIASOLI-ALVES, Zélia Maria; DELFINO, Vanessa; VANTURINI, Fabiola Perri. Violência doméstica: A percepção que as vítimas têm de

seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas da violência. **Cogitare Enfermagem**, v. 12, n. 1, p. 30-36, jul. 2007.

SENADO, Data. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, jun. de, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso: 19 nov. 2018.

SILVA, J.; SOUSA, R.; BORGES, M. Violência doméstica: Análise e correlações do perfil educacional de autores e vítimas na cidade de arraías nos anos de 2012 a 2014. **Revista Observatório**, v. 1, n. 3, p. 294-316, dez. 2015.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007.

SOUSA, Ane Karine Alkmim; NOGUEIRA, Denismar Alves; GRADIM, Clícia Valim Côrtes. Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil. 2013. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 425-431, 2013.

SOUZA, Sandra Duarte; SANTOS, Naira Pinheiro. **Violência doméstica: Uma cartilha para mulheres, técnicas e técnicos do poder público e lideranças religiosas**. São Bernardo: Metodista, 2018. 40 p. Disponível em: <<https://teoriafeminista.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-Violencia-Domestica.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Ed.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo. Perseu Abramo, 2013.

WILHELM, Fernanda Ax; TONET, Jaqueline. Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. **Psicologia Argumento**, v. 25, n. 51, p. 401-412, nov. 2017.

ARTIGO 5

IMPACTO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO BEM-ESTAR SUBJETIVO DE SUAS EGRESSAS: UMA ABORDAGEM QUALI-QUANTITATIVA

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar a influência e a repercussão do Programa Mulheres Mil (PMM) no desenvolvimento pessoal e social das mulheres que participaram do Programa, em termos do bem-estar subjetivo. Como procedimento metodológico foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, de acordo com a Escala de Bem-Estar Subjetivo, composta por 24 itens, tendo sido analisado dois períodos distintos, antes e após a participação no PMM. Para o processamento dos dados utilizou-se o software SPSS. Os resultados evidenciaram que os fatores escolaridade, idade e religião influenciam o bem-estar subjetivo das mulheres, devendo ser ressaltado que a participação no Programa proporcionou uma significativa alteração nos fatores afetivos positivos e satisfação com a vida, com melhoria do bem-estar subjetivo feminino.

Palavras-chave: Política Pública, Programa Mulheres Mil, Bem-Estar Subjetivo.

IMPACT OF THE THOUSAND WOMEN'S PROGRAM ON THE SUBJECTIVE WELFARE OF ITS EGRESSES: A QUALI-QUANTITATIVE APPROACH

Abstract

This article aims to analyze the influence and repercussion of the Thousand Women Program (PMM) on the personal and social development of women who participated in the program in terms of Subjective Well-Being. As a methodological procedure, the semi-structured interview technique was used, according to the Subjective Well-Being Scale, composed of 24 items, analyzing two distinct periods, before and after participation in the PMM. The SPSS software was used to process the data. The results showed that the factors of schooling, age and religion influence the subjective well-being of women, and participation in the program provided a significant change in positive affective factors and satisfaction with life, with improvement of the Feminine Subjective Well-Being.

Keywords: Public Policy, Thousand Women Program, Subjective Well-Being.

1 Introdução

De acordo Souza (2006), as políticas públicas são formas de intervenção estatal para atender às demandas da sociedade em relação às questões sociais, econômicas, estruturais e ambientais e, conseqüentemente, para legitimar o governo que se encontra instalado naquele momento. Desta forma, as políticas públicas são constituídas de projetos, programas e ações com a intenção de introduzir os propósitos e as plataformas eleitorais para reformularem as políticas postas e inserirem mudanças no mundo real.

Tude, Ferro e Santana (2010) relataram que as políticas públicas, a partir do século XX, tornaram-se unidade de análise e que os estudos oriundos dessa temática passaram a percorrer todo o processo, considerando os atores envolvidos para o seu desenvolvimento, desde a concepção até a sua formação final. De acordo com os autores, desde a Antigui-

dade a humanidade busca reflexões sobre as tomadas de decisões políticas, no entanto essa necessidade de entender as obrigações e os direitos de governantes e governados se acirra a partir do surgimento da promoção do bem-estar social, como uma nova e importante função do Estado. Os autores destacam, ainda, que os estudos relacionados à política pública são de grande valia para o planejamento das ações dos governos, seja em nível municipal, estadual ou federal, das empresas e até mesmo dos cidadãos comuns (TUDE; FERRO; SANTANA, 2010, p. 13).

Land (1975) ressalta que na década de 1950, visando monitorar as mudanças sociais e a implantação de políticas sociais, apareceu o conceito de Bem-Estar Subjetivo (BES). Na perspectiva de Gusmão (2004), a teoria do bem-estar subjetivo é usada para analisar como os indivíduos se mostram satisfeitos consigo mesmos e com o meio em que vivem, bem como para compreender como eles equilibram as experiências conflituosas e felizes de suas vidas. A partir dessa conceituação, passou-se a utilizar o BES como um importante indicador de qualidade de vida, uma vez que, conforme Campbell, Convergence e Rodgers (1976), as pessoas respondem pelo mundo subjetivamente definido por ela, mesmo vivendo em ambientes objetivamente definidos.

Siqueira e Padovam (2008) apresentam o BES em duas dimensões: emocional e cognitiva. De acordo com os autores, a dimensão emocional se assenta nas emoções, nos afetos e nos sentimentos (afetos negativos e afetos positivos), enquanto a dimensão cognitiva se sustenta e se operacionaliza nas avaliações de satisfação com a vida em geral, com aspectos específicos da vida e do trabalho. Os autores consideram ainda que cada pessoa avalia sua própria vida, aplicando concepções subjetivas, organizadas em pensamentos e sentimentos sobre a sua existência, apoiando-se em seus próprios conceitos, como: emoções, valores, expectativas e experiências prévias.

Prearo (2013) ressalta a necessidade de estudos sobre a relação do bem-estar subjetivo e a avaliação dos serviços públicos, como forma de orientar os gestores públicos quanto à definição de diretrizes e políticas de governo, objetivando identificar, planejar e desenvolver ações mais eficazes e que possam contribuir efetivamente para o bem-estar das populações.

Nesse sentido, pressupõe-se que políticas públicas como o Programa Mulheres Mil (PMM) podem impactar a vida de suas beneficiárias, com a inserção de variáveis e fatores transformadores, como: acesso à informação, elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Esses fatores podem modificar significativamente a trajetória de vida, à medida que essas mulheres compreendem que podem vivenciar novas experiên-

cias, alcançar novos patamares e, principalmente, modificar a sua atual realidade, tornando-se mais independentes.

Desta forma, propõe-se entender como a efetiva participação em uma política pública educacional, com recorte de gênero, como o PMM, pode contribuir para a qualidade de vida de suas egressas, buscando examinar o Programa na perspectiva do Bem-Estar Subjetivo (BES), que é composto pelos fatores afetos positivos e negativos e pelo fator satisfação de vida, visando compreender seu impacto na vida das mulheres.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, descritivo e transversal, que investigou 170 egressas do PMM dos campi Barbacena e Santos Dumont, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. De acordo com Marconi Lakatos (2011), a entrevista, por ser flexível e possibilitar a interação social entre o pesquisador e aqueles sujeitos que fazem parte ou são afetados pelo objeto de estudo, é uma importante técnica de coleta de dados.

A avaliação do bem-estar subjetivo foi realizada de acordo com a Escala de Bem-Estar Subjetivo, conforme modelo proposto por Campos (2015), adaptado de Albuquerque e Tróccoli (2004), que envolve 24 itens, que são: dez fatores positivos (alegre, amigável, compreensiva, confiante, corajosa, divertida, feliz, otimista, responsável e satisfeita) e dez negativos (deprimida, desanimada, descuidada, frustrada, infeliz, malvada, medrosa, preocupada, raivosa e rancorosa), além de quatro sentenças em relação à satisfação com a vida, que são: a) Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima dos meus desejos; b) Estou satisfeita com minha vida; c) Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida; e d) Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.

De acordo com Campos (2015), para os dez fatores positivos e os dez fatores negativos, utilizou-se uma escala Likert de seis pontos, variando de: 1 = nem um pouco; 2 = um pouco; 3 = moderadamente; 4 = bastante; 5 = extremamente; e 6 = não sei o que significa. Para as quatro sentenças relacionadas à satisfação com a vida, utilizou-se também uma escala Likert de cinco pontos, com a seguinte variação: 1 = discordo plenamente; 2 = discordo; 3 = não sei; 4 = concordo um pouco; e 5 = concordo plenamente.

Para a análise dos dados quantitativos, foi feito uso da estatística descritiva e de associação, por meio do teste qui-quadrado (χ^2), enquanto a análise de variância foi apurada pelo teste de Kruskal Wallis²¹, visando identificar a diferença significativa entre as condições propostas pelos fatores de BES. Os testes foram realizados por meio do software SPSS (Software Statistical Package for the Social Sciences).

3 Resultados e discussão

O principal objetivo deste estudo foi compreender e caracterizar a associação entre o Programa Mulheres Mil e o bem-estar subjetivo, de acordo com a avaliação de vida feita pelas egressas do PMM.

As características do perfil socioeconômico das participantes do PMM que atendem à presente pesquisa estão apresentadas na Tabela 1²². A maioria das egressas tem idade entre 46 e 55 anos (30%), com predominância da cor/etnia parda (41,2%) e estado civil correspondente ao de casada (37,1%). A maioria das mulheres possuía filhos (89,4%), sendo praticantes da religião católica (71,8%). A escolaridade predominante das respondentes era equivalente ao ensino fundamental incompleto (29,4%) e grande parte encontrava-se desempregada (41,8%). A renda mensal, na maioria dos casos (34,7%), era de 1 a 2 salários mínimos, tendo apenas 40% (n = 68) respondido ser a principal fonte de renda.

Em relação aos dados sobre bem-estar, antes e após o PMM, a Tabela 2 apresenta os fatores positivos do bem-estar subjetivo, demonstrando que, antes da participação do PMM, cerca de 21,0% das respondentes se percebeu como bastante (4), na escala de 1 a 6 dos fatores positivos do BES. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelos seguintes componentes: amigável (26,47%), responsável (29,41%), compreensível (24,12%), divertida (22,35%) e responsável (29,41%), com índices superiores à média (21,24%).

²¹ O teste Kruskal-Wallis procura uma diferença significativa entres os postos médios de alguma ou de todas as condições, indicando apenas que há diferença significativa, em algum lugar (DANCEY, 2013).

²² No artigo relacionado à situação de violência vivenciada pelas mulheres egressas do PMM, encontra-se a discussão mais aprofundada sobre a caracterização do perfil socioeconômico do público analisado.

Tabela 1 – Caracterização do perfil socioeconômico das participantes do PMM, Minas Gerais, 2018

	Variáveis	Total	
		n	%
Idade	até 25 anos	9	5,3%
	26-35	35	20,6%
	36-45	44	25,9%
	46-55	51	30,0%
	56-65	27	15,9%
	> 70 anos	4	2,4%
Estado Civil	Solteira	41	24,1
	Casada	63	37,1
	Separada/ Divorciada	27	15,9
	Viúva	12	7,1
	União estável	27	15,9
Religião	Ateu	1	0,6
	Católica	122	71,8
	Evangélica	39	22,9
	Outras	7	4,1
	Não respondeu	1	0,6
Escolaridade	Nunca frequentou	1	0,6
	Fundamental incompleto	50	29,4
	Fundamental completo	39	22,9
	Ensino médio incompleto	26	15,3
	Ensino médio completo	45	26,5
	Ensino superior incompleto	3	1,8
	Ensino superior completo	4	2,4
	Pós-graduação	2	0
	Não respondeu	2	1,2
Situação empregatícia	Empregada com carteira assinada	42	24,7
	Desempregada	71	41,8
	Trabalha informalmente	38	22,4
	Autônoma	19	11,2
	Empregadora	0	0
Renda mensal	Até 1 salário mínimo	85	50
	De 1 a 2 salários mínimos	59	34,7
	De 2 a 3 salários mínimos	21	12,4
	> 3 salários mínimos	2	1,2
	Não respondeu	3	1,8

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Tabela 2 – Fatores positivos do BES, antes e depois de participar do PMM, Minas Gerais, 2018

	Pontos da escala – Antes do PMM						Média	DP*		Pontos da escala – Após o PMM						Média	DP*
	1%	2%	3%	4%	5%	6%				1%	2%	3%	4%	5%	6%		
Alegre	25,88	20,59	20,59	21,18	11,76	0,00	2,72	1,36	Alegre	0,59	3,53	14,71	44,71	36,47	0,00	4,13	0,833
Amigável	12,94	18,24	25,88	26,47	15,88	0,59	3,16	1,28	Amigável	0,59	2,35	16,47	47,65	32,35	0,59	4,11	0,807
Compreensível	12,35	21,76	26,47	24,12	14,71	0,59	3,09	1,26	Compreensível	1,18	2,94	17,06	47,65	30,59	0,59	4,05	0,851
Confiante	25,88	28,24	21,18	14,12	10,00	0,59	2,52	1,3	Confiante	0,59	0,59	5,88	12,94	41,18	38,82	4,10	0,946
Corajosa	20,00	20,00	17,06	18,24	24,71	0,00	3,08	1,48	Corajosa	4,12	4,12	14,12	33,53	44,12	0,00	4,09	1,056
Divertida	17,06	24,12	17,65	22,35	18,82	0,00	3,02	1,38	Divertida	1,76	4,12	22,35	42,94	28,82	0,00	3,93	0,914
Feliz	22,35	20,00	22,35	18,82	16,47	0,00	2,87	1,39	Feliz	2,35	4,12	14,12	42,35	37,06	0,00	4,08	0,942
Otimista	20,00	20,59	21,18	20,59	16,47	1,18	2,93	1,40	Otimista	0,59	2,35	3,53	14,71	41,18	37,65	4,07	0,995
Responsável	3,53	8,24	11,76	29,41	47,06	0,00	4,08	1,11	Responsável	0,59	0,00	4,71	32,35	62,35	0,00	4,56	0,643
Satisfeita	23,53	20,59	24,12	17,06	14,71	0,00	2,79	1,37	Satisfeita	2,35	2,94	16,47	45,88	32,35	0,00	4,03	0,906
Média	18,35	20,24	20,82	21,24	19,06	0,29	3,02	1,33	Média	1,47	2,71	12,94	36,47	38,65	7,76	4,11	0,890

(*) Desvio-padrão.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No momento identificado como após a participação no Programa, a maioria das mulheres entrevistadas manifestou-se como extremamente responsável (5) (62,35%), corajosa (44,12%), confiante (41,18%) e otimista (41,18%), fatores que registraram índices superiores à média (38,6%).

Os dados demonstraram, ainda, a elevação da média porcentual das escalas bastante, de 21,2 para 36,5%, e extremamente, de 19,1 para 38,6%. Por outro lado, desmontaram também o declínio da média porcentual das escalas nem um pouco (1), um pouco (2) e moderadamente (3), passando dos percentuais 18,4; 20,2; e 20,8%, para 1,5; 2,7; e 12,9%, respectivamente. Observou-se, ainda, que essa alteração foi registrada em todos os dez componentes de investigação. Esses resultados indicam que as mulheres passaram a ter mais aspectos positivos afetivos, com a participação no PMM.

Quanto à investigação relacionada aos fatores negativos, apresentados na Tabela 3, pode-se afirmar que as entrevistadas, tanto antes quanto após a participação do PMM, se identificaram com a resposta relacionada à nem um pouco (1), especificamente 44,24 e 61,53%.

Os dados apontaram que, antes do Programa, os aspectos afetivos negativos mais intensos consistiam em se sentirem extremamente preocupadas (34,71%), deprimidas (19,41%) e desanimadas (15,29%). Por outro lado, após o Programa, os sentimentos negativos foram atenuados, considerando que mais da metade das mulheres se sentia nem um pouco malvadas (95,88%), infelizes (85,88%), rancorosas (84,12%), desanimadas (71,76%), deprimidas (67,06%), frustradas (67,06%), medrosas e raivosas (62,35%).

O componente negativo que apresentou maior média, tanto antes quanto após o Programa, foi o relacionado à preocupação (3,78 e 3,35, respectivamente). As maiores diferenças entre as médias, nos dois momentos analisados (antes e após PMM), estavam associadas à deprimida e infeliz, por ter sido registrada uma queda da média de 2,79 para 1,62 e de 2,14 para 1,29, passando os percentuais da escala nem um pouco (1) de 34,71 e 57,06% (antes) para 67,06 e 85,88% (após).

Ainda de acordo com a Tabela 3, um dado interessante, no que tange aos fatores afetivos negativos, é que a resposta extremamente (5) teve um decréscimo de aproximadamente 70% na apuração do momento posterior à participação no Programa.

Com relação aos resultados sobre satisfação com a vida, antes e depois de participar do PMM, os dados apresentados na Tabela 4 permitem concluir que as participantes concordam um pouco (4) em relação à satisfação com a vida, nos dois momentos pesquisados, registrando médias de 35,15 e 44,56%, respectivamente.

Tabela 3 – Fatores negativos do BES, antes e depois de participar do PMM, Minas Gerais, 2018

	Pontos da escala – Antes do PMM						Média	DP*		Pontos da escala – Depois do PMM						Média	DP*
	1%	2%	3%	4%	5%	6%				1%	2%	3%	4%	5%	6%		
Deprimida	34,71	12,94	10,00	22,94	19,41	0,00	2,79	1,580	Deprimida	67,06	14,71	10,59	4,71	2,94	0,00	1,62	1,044
Desanimada	40,00	14,12	13,53	17,06	15,29	0,00	2,54	1,524	Desanimada	71,76	15,88	7,65	1,76	2,94	0,00	1,48	0,931
Descuidada	1,18	61,76	8,24	10,00	11,76	7,06	1,91	1,368	Descuidada	1,18	80,00	8,24	5,88	2,94	1,76	1,35	0,872
Frustrada	46,47	7,65	12,35	20,00	11,76	1,76	2,45	1,606	Frustrada	67,06	12,94	8,82	8,24	1,18	1,76	1,65	1,183
Infeliz	57,06	8,24	10,00	11,76	12,94	0,00	2,14	1,523	Infeliz	85,88	4,71	5,29	1,18	2,94	0,00	1,29	0,860
Malvada	92,35	1,76	1,76	1,76	2,35	0,00	1,2	0,766	Malvada	95,88	3,53	0,00	0,59	0,00	0,00	1,05	0,293
Medrosa	41,18	15,88	14,71	17,65	10,59	0,00	2,41	1,437	Medrosa	62,35	15,29	10,00	8,82	3,53	0,00	1,76	1,159
Preocupada	5,88	12,94	13,53	32,94	34,71	0,00	3,78	1,220	Preocupada	17,65	12,94	12,94	29,41	27,06	0,00	3,35	1,449
Raivosa	52,35	12,94	11,76	14,12	8,82	0,00	2,14	1,411	Raivosa	62,35	17,06	8,24	7,65	4,71	0,00	1,75	1,176
Rancorosa	71,18	2,94	8,82	12,94	4,12	0,00	1,76	1,281	Rancorosa	84,12	5,88	2,94	4,12	2,94	0,00	1,36	0,946
Média	44,24	15,12	10,47	16,12	13,18	0,88	2,31	1,372	Média	61,53	18,29	7,47	7,24	5,12	0,35	1,67	0,991

(*) Desvio-padrão.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Tabela 4 – Satisfação com a vida, antes e depois de participar do PMM, Minas Gerais, 2018

	Pontos da escala – Antes do PMM					Média	DP*		Pontos da escala – Depois do PMM					Média	DP*
	1%	2%	3%	4%	5%				1%	2%	3%	4%	5%		
Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima dos meus desejos.	7,06	27,65	9,41	47,06	8,82	2,24	1,089	Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima dos meus desejos.	2,94	17,65	9,41	54,71	15,29	3,98	,929
Estou satisfeita com minha vida.	12,35	33,53	6,47	29,41	18,24	2,44	1,161	Estou satisfeita com minha vida.	3,53	27,06	3,53	42,35	23,53	4,24	,987
Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.	15,29	19,41	3,53	39,41	22,35	2,26	1,118	Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.	3,53	5,88	0,00	53,53	37,06	4,08	1,017
Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.	28,82	37,65	5,88	24,71	2,94	1,89	0,951	Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.	31,76	31,76	5,88	27,65	2,94	2,75	1,202
Média	15,88	29,56	6,32	35,15	13,09	2,21	1,080	Média	10,44	20,59	4,71	44,56	19,71	3,76	1,034

(*) Desvio-padrão.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

De acordo com os referidos dados, os componentes na maioria dos aspectos, minha vida é próxima dos meus desejos e dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na minha vida foram os que mais influenciaram os resultados, com valores superiores à média, tanto antes quanto após o PMM, equivalentes a 35,15 e 44,56%, respectivamente. No momento identificado como antes do PMM, esses componentes registraram percentuais na ordem de 47,06 e 39,41%, enquanto após o PMM houve uma elevação dos percentuais para 54,71 e 53,53%, respectivamente.

No que se refere às médias das satisfações analisadas, a maior média foi relacionada à frase estou satisfeita com minha vida, equivalente a 2,44 (antes do PMM) e 4,24 (depois do PMM), enquanto a maior diferença entre os dois momentos se referiu à situação dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.

Desta forma, na avaliação subjetiva relacionada ao fator satisfação com a vida, proposta pela escala de BES, constata-se que o PMM colaborou significativamente com a evolução do BES das mulheres, tanto no que se refere à satisfação com a vida, quanto à capacidade de superação, de conseguir o que deseja para sua existência.

Assim, conforme os resultados, pode-se afirmar que ocorreu uma sensível elevação das medidas de tendência central relativas ao fator satisfação com a vida. O referido fator apresentou média = 2,21 e desvio-padrão = 1,080, antes da participação no Programa, enquanto após o PMM a média foi 3,76 e o desvio-padrão foi 1,034.

Por outro lado, no quesito fator afetivo negativo, observou-se uma redução das medidas, apresentando média = 2,31 e desvio-padrão = 1,372, antes do PMM; após a participação no Programa, a média foi equivalente a 1,67 e o desvio-padrão da ordem de 0,991. Nesse sentido, considerando o Programa Mulheres Mil como um evento de vida, os dados retratados indicam um aumento positivo de BES das participantes do Programa.

Woyciekoski, Stenert e Hutz (2012) ressaltam que:

De forma geral, investiga-se a possibilidade de eventos externos causarem algum impacto no bem-estar. Sobretudo, as pesquisas apontam que eventos de vida (EV) percebidos e vivenciados como positivos aumentam o BES e os percebidos e experimentados como negativos o reduzem, indicando que EV percebidos como neutros não causam efeitos importantes (WOYCIEKOSKI; STENERT; HUTZ, 2012, p. 285).

Os resultados da investigação do BES, compilados e transformados nos dados da Tabela 5, confirmaram a prevalência dos fatores positivos do bem-estar subjetivo, em especial após a participação no PMM.

Tabela 5 – Medida de tendência central dos fatores de bem-estar subjetivo das participantes do PMM, Minas Gerais, 2018

	Antes do PMM			Após o PMM		
	N	Média	Desvio-Padrão	N	Média	Desvio-Padrão
Fatores positivos	170	3,02	1,33	170	4,11	0,889
Fatores negativos	170	2,31	1,372	170	1,67	0,991
Satisfação com a vida	170	2,21	1,080	170	3,76	1,034

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

A prevalência dos fatores positivos após a participação no PMM evidencia maior satisfação com a vida e, portanto, melhoria do bem-estar, o que resulta em melhores condições para o enfrentamento da violência, pois, como destaca Silva (2015), a promoção ou o desenvolvimento do bem-estar colabora para um funcionamento ou uma vivência adaptada, com maiores possibilidades para enfrentar situações estressantes, como é o caso da exposição à violência.

Os resultados da pesquisa corroboram os dados apresentados por Campos (2015), em um estudo realizado sobre o bem-estar subjetivo em mulheres em vulnerabilidade social.

Os resultados da investigação do BES indicaram que as participantes se percebem “Bastante” em bem-estar subjetivo quanto aos Fatores Positivos e que “Concordam muito pouco” quando questionadas acerca dos Fatores Negativos, indicando a prevalência dos Fatores Positivos do bem-estar subjetivo confirmado pela Satisfação com a Vida (CAMPOS, 2015, p. 112).

Em termos estatísticos, correspondentes à análise de variância apurada (Tabela 6) por meio do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, identificou-se que a variável religião foi a única a apresentar diferença significativa, com relação aos fatores negativos, nos dois momentos apurados ($\chi^2 = 16,213$; $p = 0,003$; e $\chi^2 = 20,999$; $p = 0,000$). Ou seja, a análise indica que, para os tipos de religião, a distribuição do fator negativo é diferente. A comparação em pares, de acordo com o método estatístico proposto, permite inferir que houve efeito das categorias católicas e evangélicas sobre o fator negativo, nos dois momentos pesquisados, com o nível de significância p equivalente a 0,005 (antes do PMM) e $p = 0,001$ (após o PMM).

Na Tabela 7 estão os resultados obtidos no teste χ^2 , aplicado aos pares de variáveis relacionadas à análise de bem-estar subjetivo. Com base nos dados dessa tabela, constatou-se que no momento que antecedeu a participação no PMM houve existência de associação em relação à escolaridade e satisfação com a vida ($p = 0,000$), ou seja, a melhor condição de escolaridade interferia significativamente na satisfação com a vida. Em relação à análise do bem-estar subjetivo, após a participação das mulheres no PMM, notou-se a existência de associação entre idade e satisfação com a vida ($p = 0,007$). Ambas as condições indicaram uma relação positiva de bem-estar subjetivo, nas participantes do PMM.

Por outro lado, em relação ao fator negativo, os dados demonstram nível de significância de 0,000, entre a variável religião, indicando uma associação estatisticamente significativa.

Tabela 6 – Análise da associação entre perfil das mulheres e fatores positivos e negativos do bem-estar subjetivo e satisfação com a vida, antes e após o PMM, apurada com o teste de Kruskal-Wallis, Minas Gerais, 2018

Variáveis	Antes do PMM						Após o PMM						
	Fator Positivo		Fator Negativo		Satisfação com a Vida		Fator Positivo		Fator Negativo		Satisfação com a Vida		
	χ^2	p	χ^2	p	χ^2	p	χ^2	p	χ^2	p	χ^2	p	
Idade	1,664	0,893	2,156	0,827	3,203	0,669	Idade	6,525	,258	4,991	0,417	6,514	0,259
Estado civil	3,979	0,552	4,763	0,446	3,609	0,607	Estado civil	4,509	,479	2,367	0,796	3,370	0,643
Religião	2,697	0,610	16,213	,003*	1,777	0,777	Religião	2,839	,585	20,999	,000*	0,759	0,944
Escolaridade	3,571	0,828	9,583	0,213	12,349	0,055	Escolaridade	9,733	,204	7,409	0,388	5,298	0,506
Situação empregatícia	4,479	0,214	0,776	0,855	0,784	0,853	Situação empregatícia	6,199	,102	10,989	0,012	6,667	0,083
Renda mensal	2,311	,679	2,531	,639	2,706	0,608	Renda mensal	2,221	,695	3,925	,416	1,328	,857

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

(*) $p > 0,05$.

Tabela 7 – Resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis relativas ao perfil feminino e aos fatores de bem-estar subjetivo e satisfação com a vida, das participantes do PMM, Minas Gerais, 2018

Antes do PMM				Após o PMM			
Variáveis	Fator Positivo	Fator Negativo	Satisfação com a Vida	Variáveis	Fator Positivo	Fator Negativo	Satisfação com a Vida
	χ^2	χ^2	χ^2		χ^2	χ^2	χ^2
Idade	0,432	0,482	0,797	Idade	0,479	0,063	0,007*
Estado civil	0,478	0,509	0,081	Estado civil	0,364	0,773	0,805
Religião	0,437	0,238	1,000	Religião	0,037	0,000*	1,000
Escolaridade	0,382	0,847	0,000*	Escolaridade	0,050	0,744	0,011
Situação empregatícia	0,460	0,320	0,480	Situação empregatícia	0,416	0,478	0,392
Renda mensal	0,407	0,275	0,619	Renda mensal	0,045	,917	0,851

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

(*) $p > 0,05$.

Corroborando esses resultados, a pesquisa de Prearo (2013) sobre os serviços públicos e o BES da população também apontou que, quando se trata de explicar fatores determinantes do BES, a idade do indivíduo apresenta relacionamento estatisticamente significativo. Em relação à variável escolaridade, o autor relatou que em 48% dos estudos selecionados houve relação estatisticamente significativa entre escolaridade e BES. Ainda de acordo com o autor, em 50 experiências empíricas estudadas sobre BES, a variável religião aparece em 12% dos estudos como variável estatisticamente significativa.

Ferreira (2016), em pesquisa realizada sobre BES em idosos, evidenciou que somente após os 80 anos é que se verifica a tendência de diminuição da satisfação com a vida. Com relação à variável religião, a autora destaca que, em vários estudos, essa variável parece ter um efeito estatisticamente significativo no BES, considerando alguns mecanismos que levam a religião a proporcionar um sentido para a vida.

4 Considerações Finais

Neste artigo buscou-se examinar uma política pública educacional, sob a ótica do bem-estar subjetivo, por ser uma perspectiva teórica que contribui para a compreensão e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para tanto, foi realizada a avaliação subjetiva que as participantes do PMM fizeram sobre seus momentos da vida, antes e após o PMM, em termos de afetos positivos e negativos, bem como em relação à satisfação com a vida. Considera-se relevante esse tipo de avaliação do Programa Mulheres Mil, uma vez que complementa informações, para além dos indicadores externos previamente construídos, quando cada pessoa avalia sua própria vida, em termos de suas experiências emocionais positivas e negativas e de sua satisfação com a vida como um todo.

Verificou-se um significativo aumento nos índices de satisfação com a vida e uma sensível redução nos fatores negativos de BES, após a participação no PMM. É importante destacar que os resultados do BES estão associados às variáveis do perfil feminino, como idade, escolaridade e religião, como constatado em outros estudos já realizados sobre bem-estar subjetivo.

Portanto, considerando a ausência de outras análises sobre o Programa, na perspectiva estudada pode-se concluir que, após a participação no Programa Mulheres Mil, as mulheres entrevistadas se sentiram melhores em termos de bem-estar.

6 Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, A. S., TRÓCCOLI, B. T. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 143-164, mai. 2004.
- CAMPBELL, A., CONVERGE, P. E.; RODGERS, W. L. **The quality of American life**. New York: Russell Stage Foundation, 1976.
- CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015
- COSTA, Luiza Santos Moreira da; PEREIRA, Carlos Américo Alves. Bem-estar Subjetivo: aspectos conceituais. **Arq. Bras. Psicol.**, v. 59, n. 1, p. 72-80, jun. 2007.
- DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicólogos**. Trad. de Lorí Viali. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FERREIRA, Marisa Felipa Afonso. **Determinantes do bem-estar subjetivo nas pessoas idosas**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Reabilitação) – Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, 2016.
- GUSMÃO, E. E. S. **A hipótese da congruência vocacional: considerações acerca dos valores humanos e do bem-estar subjetivo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- LAND, K. C. Social indicators models: An overview. In K. C. Land & S. Spilerman (Orgs.), **Social indicator models**. New York: Russell Sage Foundation, p. 5-36, 1975.
- LAIBIDA, Vera Lúcia Bortoletto; PRYJMA, Marielda Ferreira. Evasão escolar na educação de jovens e adultos (EJA): professores voltados na permanência do aluno na escola. **Cadernos PDE**, v. 1, p. 1-18, 2013
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed., 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.
- PREARO, Leandro Campi. **Os serviços públicos e o bem-estar subjetivo da população: uma modelagem multigrupos baseada em mínimos quadrados parciais**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVA, D. G. da. **Relações entre exposição à violência e bem-estar subjetivo em adolescentes**. 2015. 71 f, Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquíria Aparecida Rossi. Base teórica de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p.201-209, jun. 2008.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 16, n. 8, p.20-45, dez. 2006.

TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo. **Políticas públicas**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010.

WOYCIEKOSKI, Carla; STENERT, Fernanda; HUTZ, Claudio Simon. Determinantes do bem-estar subjetivo. **Psico**, v. 43, n. 3, p.280-288, set. 2012.

3 CONCLUSÃO GERAL

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o processo de alcance do Programa Mulheres Mil, na perspectiva do seu funcionamento, do controle da violência e do alcance do bem-estar subjetivo. Especificamente, buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica sistemática, com abordagem integrativa, visando contextualizar o Programa Mulheres Mil (PMM) e a produção de conhecimentos existentes; identificar o ciclo político do Programa e sua associação com o perfil feminino; apresentar a perspectiva dos gestores sobre o processo de funcionamento do PMM, em termos do controle da violência; caracterizar o perfil pessoal e familiar socioeconômico, bem como as percepções das mulheres sobre a violência vivenciada e as implicações do PMM sobre seu enfrentamento, além das repercussões do Programa sobre o bem-estar subjetivo feminino.

O estudo bibliográfico, elaborado a partir da revisão integrativa entre os descritores Programa Mulheres Mil, bem-estar subjetivo, violência doméstica e de gênero, evidenciou o caráter inovador da pesquisa, considerando que os trabalhos existentes não abordam as questões aqui propostas, apontando a necessidade de aprofundar o conhecimento, tanto do ponto de vista teórico, político e social, quanto investigativo, de modo a subsidiar a gestão do Programa.

A análise sobre a gestão do PMM, em duas fases do seu ciclo político, a que instituiu o PMM nacionalmente e aquela que o vinculou ao Pronatec, procurou relacioná-la ao perfil feminino participante do Programa, fazendo uso de uma abordagem quantitativa. Os resultados apontaram que a melhoria da capacidade e oportunidades sociais, em termos do aumento do nível de escolaridade e da renda familiar, é um fator que influencia o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, independentemente do processo de gestão do PMM, embora a vinculação ao Pronatec tenha permitido uma absorção significativa de mulheres mais vulneráveis. Essa evidência é um indicativo de que a forma de acesso ao Programa, instituída pelo novo ciclo político, tende a ser mais inclusiva.

Esse processo de inclusão social feminina, por meio da profissionalização e do ingresso no mercado de trabalho, é um dos objetivos do PMM, além da atenuação da violência doméstica e de gênero. Conforme demonstrado na revisão bibliográfica integrativa, a questão da violência não tem sido muito discutida, o que motivou examinar a perspectiva dos gestores sobre as interferências do Programa nesse quesito, considerando o contexto do funcionamento do PMM, seus principais problemas, seus desafios e suas

contribuições. Os resultados evidenciaram que o assunto não era tratado como prioritário, embora seja reconhecido que o acesso à informação e a conscientização sobre os direitos femininos, contextualizados no PMM, podem alavancar o empoderamento das mulheres participantes do Programa, o que contribui para propiciar e garantir sua autonomia.

Para conhecer o que pensam as mulheres a esse respeito, foi estruturado o artigo intitulado Situação de violência vivenciada pelas mulheres do Programa Mulheres Mil: caracterização, associações, percepções e repercussões, considerado um dos cerne da pesquisa. Na percepção das mulheres, a possibilidade de acessar uma política pública educacional, a participação nos processos de aprendizagem sobre os direitos da mulher, a integração social viabilizada, tudo isso, mesmo que de forma limitada, impactou positivamente a atenuação da violência doméstica contra a mulher, por meio da elevação do conhecimento, da maior segurança e do poder, o que, conseqüentemente, promoveu seu fortalecimento, sua autoestima e seu bem-estar.

A discussão a respeito do bem-estar subjetivo buscou complementar as informações sobre o PMM, para além dos indicadores externos, previamente construídos, examinando a participação do PMM como marco temporal para a avaliação da própria vida, em termos de experiências emocionais positivas e negativas e, ainda, de satisfação das mulheres com a vida. Além disso, procurou-se identificar a associação dos fatores de bem-estar subjetivo com variáveis do perfil socioeconômico feminino, tendo como resultado que a idade, a escolaridade e a religião são fatores que podem interferir no alcance do bem-estar subjetivo. Assim, a participação no PMM propiciou às entrevistadas se sentirem melhor, em termos de bem-estar, pois elas se sentiram mais responsáveis, corajosas, confiantes e otimistas, como também menos deprimidas e infelizes, o que foi confirmado pela maior satisfação com a vida e pelo aumento da capacidade de superação em conseguir o que deseja para sua existência.

Em resposta aos questionamentos do presente trabalho, é possível concluir que, de acordo com a metodologia e os objetivos propostos pelo PMM, o Programa proporcionou condições para a melhoria do bem-estar subjetivo das mulheres, além de possuir fatores relevantes na sua composição, que podem contribuir, estratégica e significativamente, para a atenuação da violência doméstica e de gênero.

No que tange ao seu funcionamento, considera-se que deve ocorrer uma reestruturação com ajustes, reavaliação e algumas alterações relacionadas à execução, além de uma configuração institucionalizada, devidamente programada pelas instituições responsáveis pela sua oferta dos cursos às mulheres, em virtude dos arranjos produtivos locais,

com o realinhamento dos interesses, inclusive sociais. Constatou-se que o PMM é uma política pública indutora, com potencial para preceder outras ações e programas voltados para o bem-estar social, tendo a mulher como protagonista da sua trajetória de vida, o que contribui significativamente para o alcance de sua cidadania.

A reflexão proposta não se esgota no presente estudo. Com os resultados apurados, propõe-se uma maior abrangência da pesquisa iniciada, comparando as experiências vivenciadas em outras Regiões do País, que possam contribuir estrategicamente para a atualização e a geração de conhecimentos que subsidiem uma melhor formulação e implementação das políticas de inclusão social, principalmente aquelas de prevenção e combate à violência contra a mulher.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE EXECUTORES DO PROGRAMA MULHERES MIL

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa chamada “**Construção e alcances do Programa Mulheres Mil: Funcionamento, fluxo político, controle da violência e bem-estar subjetivo**”. Para obtenção dos dados pertinentes à pesquisa, será necessário entrevistá-lo. O tempo estimado para a entrevista é de aproximadamente 30 minutos. Para preservar sua identidade, seu nome e contato não serão divulgados. Em vez disso, usaremos nomes fictícios. Os riscos potenciais de sua participação na pesquisa são mínimos, mas, durante a coleta de dados você poderá sentir cansaço ou constrangimento diante de alguma pergunta. Nesse sentido, o pesquisador estará atento a qualquer desconforto e você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta e, até mesmo, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio e sem qualquer prejuízo. Garantimos que todas as informações serão tratadas com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. **Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para compreensão quanto à eficácia do referido programa governamental.** Com isso, os benefícios para você serão indiretos. Sua participação nesta pesquisa não implicará nenhuma despesa, bem como nenhum benefício financeiro, ou seja, a sua participação é voluntária. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa “**Construção e alcances do Programa Mulheres Mil: Funcionamento, fluxo político, controle da violência e bem-estar subjetivo**”, de maneira clara e detalhada. Declaro que concordo em participar da pesquisa e estou ciente de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações aos pesquisadores e desistir do estudo, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas. Também concordo que os dados possam ser usados em pesquisas futuras, mantendo-me sempre no anonimato.

Pesquisadora responsável: Nilva Celestina do Carmo

Departamento de Economia Doméstica (DED) Tel.: (31) 3899-2428.

E-mail: nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br Celular: (32) 99913-3038

Em caso de discordância ou irregularidades sob os aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - CEP: 36570-900 Viçosa/MG, Telefone: (31)3899-2492, Email: cep@ufv.br

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE MULHERES PARTICIPANTES DO PROGRAMA MULHERES MIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa chamada “**Construção e alcances do Programa Mulheres Mil: Funcionamento, fluxo político, controle da violência e bem-estar subjetivo**”. Nesta pesquisa, pretendemos analisar a eficácia do Programa Mulheres Mil, verificando se suas atividades contribuem para a atenuação da violência doméstica contra a mulher. Para a obtenção dos dados, é necessário entrevistá-lo. O tempo máximo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora, com 05 minutos, em média, para cada questão. Para preservar sua identidade, seu nome e contato não serão divulgados. Em vez disso, usaremos nomes fictícios. Os riscos potenciais de sua participação na pesquisa são mínimos, mas, durante a coleta de dados caso você possa sentir-se cansada ou sentir qualquer constrangimento diante de alguma pergunta, a pesquisadora estará atenta a qualquer desconforto e você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta e, até mesmo, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio e sem qualquer prejuízo. Garantimos que todas as informações serão tratadas com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para a compreensão quanto à eficácia do referido programa governamental, no que tange a atenuação da violência contra a mulher e no alcance de bem-estar daquelas que participaram, visando apresentar sugestões de melhoria para as próximas edições do PMM e outras políticas públicas do mesmo porte. Com isso, os benefícios para você serão indiretos, considerando que esta pesquisa poderá alcançar as futuras turmas do PMM. Sua participação nesta pesquisa não implicará em nenhuma despesa bem como em nenhum benefício financeiro; ou seja, a sua participação é voluntária. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Eu, _____, contato _____, fui informado (a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa “**Construção e alcances do Programa Mulheres Mil: Funcionamento, fluxo político, controle da violência e bem-estar subjetivo**”, de maneira clara e detalhada. Declaro que concordo em participar da pesquisa e estou ciente de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações aos pesquisadores e desistir do estudo, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas. Também concordo que os dados possam ser usados em pesquisas futuras, mantendo-me sempre no anonimato.

Pesquisadora responsável: Nilva Celestina do Carmo
Departamento de Economia Doméstica (DED) Tel.: (31) 3899-2428.
E-mail: nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br Celular: (32) 99913-3038

Em caso de discordância ou irregularidades sob os aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - CEP: 36570-900 Viçosa/MG, Telefone: (31)3899-2492, Email: cep@ufv.br

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - EXECUTORES DO PROGRAMA MULHERES MIL

IDENTIFICAÇÃO:	
Nome:	
Função:	
Sexo:	Nível de escolaridade:
Local (endereço de e-mail):	Data:
QUESTÕES	
1) Como foram definidos os tipos e o conteúdo dos cursos a serem oferecidos pelo Programa Mulheres Mil? Teve cursos voltados para o turismo? Quais? Por que foram inseridos?	
2) Como foi estruturada a questão do espaço e dos recursos humanos, bem como as parcerias realizadas para o desenvolvimento dos cursos?	
3) Como foi realizado o processo de mobilização para acesso das mulheres ao Programa ? Elas tiveram opção de escolhas? Quais eram suas principais motivações?	
4) Comente sobre o funcionamento do Programa, no seu dia a dia. Quais foram as adequações realizadas para atendimento da metodologia o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito ?	
5) Qual foi o percentual médio de evasão dos cursos? Foram diferenciados? Atribuído a que fatores/dificuldades enfrentadas? Qual foi o percentual de egressas que permaneceram ou deram continuidade aos seus estudos, após a finalização das atividades previstas para o Programa? Na sua visão, por quais razões? Teriam essas mulheres um perfil diferenciado?	
6) Qual foi o percentual médio de evasão dos cursos? Foram diferenciados? Atribuído a que fatores/dificuldades enfrentadas? Qual foi o percentual de egressas que permaneceram ou deram continuidade aos seus estudos, após a finalização das atividades previstas para o Programa? Na sua visão, por quais razões? Teriam essas mulheres um perfil diferenciado?	
7) Qual foi o percentual médio de evasão dos cursos? Foram diferenciados? Atribuído a que fatores/dificuldades enfrentadas? Qual foi o percentual de egressas que permaneceram ou deram continuidade aos seus estudos, após a finalização das atividades previstas para o Programa? Na sua visão, por quais razões? Teriam essas mulheres um perfil diferenciado?	
8) Qual foi a principal mudança com a passagem do PMM para o Pronatec, em termos de diretrizes, metodologia e funcionamento? Em que melhorou ou piorou? De que forma?	
9) Você tem conhecimento sobre as formas de inserção das egressas no mercado de trabalho? Essa inserção tem sido na área do curso realizado? Caso contrário, por quais razões?	
10) No Programa houve casos de mulheres vítimas de violência doméstica? Quais foram seus relatos sobre a violência sofrida? Foram tomadas providências nesse caso? A participação das mulheres no Programa pode ser uma estratégia de controle da violência? Como?	
10) Comentando sobre o êxito do Programa : O PMM tem como objetivo tanto a elevação da escolaridade quanto a profissionalização da mulher, visando a sua saída da situação de exclusão social , por meio do acesso ao mercado do trabalho, aumento da autonomia feminina e seu empoderamento. Como você descreveria o alcance desses objetivos, em função da realidade das egressas e dos cursos realizados (por exemplo, os cursos voltados para a atividade turística)?	
11) Você acredita que o bem-estar das mulheres aumentou com a participação no Programa? Em que sentido? De acordo com os principais desafios do PMM, que sugestões dariam para sua melhoria, em termos de bem-estar feminino?	
12) Deseja acrescentar algo que não tenha sido indagado e que considere relevante?	

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL

Nome da entrevistada:		
PERFIL SOCIOECONOMICO DA MULHER		
Idade (nº de anos)	Estado civil: (____) 1) Solteira 2) Casada 3) Separada 4) Divorciada 5) Viúva 6) Amasiada 7) Outros	Religião: (____) 1) Ateia 2) Católica 3) Religiões evangélicas. Qual? _____ Outros. Qual? _____
Você se autodeclara ser da cor/etnia: (____) 1) Branca 2) Parda 3) Amarela 4) Negra 5) Não respondeu		
Filhos: (____) 1) Sim 2) Não	Nº de filhos: (____)	Idade dos filhos: 1) _____ 2) _____ 3) _____ 4) _____ 5) _____ 6) _____ 7) _____ 8) _____ 9) _____ 10) _____
Grau de escolaridade: (____) 1) Nunca frequentou escola antes do curso 2) Fundamental incompleto (1ª a 4ª série) 3) Fundamental completo (1ª a 8ª série) 4) Ensino médio incompleto 5) Ensino médio completo 6) Ensino superior incompleto 7) Ensino superior completo 8) Pós-graduação	Você continuou os estudos após participar do PMM: (____) 1) Sim 2) Não	
	Se sim, continuou os estudos, como foi a sua trajetória?	
	Se não, por que não continuou os estudos?	
QUESTÕES SOBRE TRABALHO/OCUPAÇÃO		
Antes do curso você já trabalhava? (____) 1) Sim 2) Não	Se sim, trabalho formal ou informal?	
Situação empregatícia após o PMM (____) 1) Empregada com carteira assinada 2) Desempregada 3) Trabalha informalmente 4) Autônoma (por conta própria)	Se estiver trabalhando, é na área do curso oferecido pelo PMM? (____) 1) Sim 2) Não	
	Se não é na área do curso, em qual? Por quê?	
Recebe algum benefício do governo? 1) Sim 2) Não	Se sim, qual?	
Você é a principal fonte de renda da sua casa? (____) 1) Sim 2) Não	Renda Familiar mensal: (____) 1) até 1 salário mínimo 2) de 1 a 2 salários mínimos 3) de 2 a 3 salários mínimos 4) acima de 3 salários mínimos	
Quantas pessoas (incluindo você) dependem da renda mensal da sua família? (____) 1) até 4 pessoas 2) mais que 4 pessoas		

QUESTÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Você já sofreu algum tipo de violência? (_____) 1) sim 2) não	Se sim, qual? 1) Física 2) Psicológica 3) Sexual 4) Patrimonial 5) Moral
Local de ocorrência das agressões: (_____) 1) Domicílio 2) Via pública 3) Domicílio e via pública 4) Outros	Vínculo com o agressor: (_____) 1) Marido/companheiro 2) Ex-marido/companheiro 3) Namorado 4) Ex-namorado 5) Outros
Qual(is) seu(s) sentimento(s) sobre a situação de violência vivenciada?	
Na sua visão, qual é o pior tipo de violência?	
Na nossa vida podemos passar por momentos bons e ruins De acordo com sua memória, antes do PMM, quando passava por situações de violência, qual foi o momento pior? (identifique e explique as razões). Teve momentos bons? Quais?	
Qual(is) sua(s) percepção(ões) dos motivos que geraram ou geram a violência vivenciada?	
Qual(is) foi(foram) a(s) consequência(s) da violência vivenciada?	
Você recorreu a alguém (pessoas e/ou instituições) para lhe ajudar a sair dessa situação de violência? Como foi essa ajuda?	
Na situação atual, você pode dizer que saiu da situação de violência? Como? Continua com o agressor? Caso ainda esteja com o agressor, quais foram as mudanças?	
Você conhece a Lei Maria da Penha? Como ela te ajudou a enfrentar a violência?	
QUESTÕES SOBRE A EFICÁCIA DO PROGRAMA MULHERES MIL E PRINCIPAIS MUDANÇAS VIVENCIADAS PELAS EGRESSAS APÓS A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA	
Qual(is) Curso(s) você participou:	
1) Como você ficou sabendo do Programa Mulheres Mil? 2) Como foi o seu acesso? Onde você fez sua inscrição? 3) O que motivou você a participar do Programa Mulheres Mil? 4) Você foi consultada sobre qual curso atenderia melhor a sua necessidade? 5) Você teve como escolher o curso ou já encaixaram você? 6) O curso escolhido/oferecido foi o que você inicialmente gostaria de participar? Se não, qual seria?	
7) Como você vê sua participação no curso? 8) Qual(is) palestra(s) ou disciplina(s) foram oferecidas que lhe proporcionou mais conhecimento sobre a situação de violência? 9) Os temas e os assuntos que foram abordados foram satisfatórios, de que forma? 10) O tempo, a carga horária do curso, foi suficiente ou necessitava mais tempo? Por quê?	
11) O Programa lhe proporcionou autonomia, autoconfiança e novas relações (amizades)? Como?	
12) Quais os principais desafios do Programa que você observou? Por exemplo, conseguiram cumprir todas as etapas? Tinham infraestrutura adequada? Tinham professores e profissionais com habilidade para ajudar você? Em sua opinião, o que faltou?	
13) Qual foi a principal mudança que a participação no PMM proporcionou a você: Na sua vida (trajetória e seus projetos de vida)? Como? Na sua família? Como?	

Na comunidade onde você mora? Como?					
1) Após ter contato com o Programa Mulheres Mil você se sente: a) Capaz de trabalhar na área do curso? Por quê? b) Incluída no mercado de trabalho? Por quê? c) Preparada para enfrentar problemas pessoais e familiares? Quais?					
2) Como o PMM ajudou ou ajuda você a enfrentar a situação de violência que você vivencia ou vivenciou?					
3) Você considera que a ajuda do PMM foi satisfatória? Caso positivo, em que sentido? Caso negativo, por quê? Teve que recorrer a quem mais? Ou seja, qual foi sua principal rede de apoio?					
4) Você teria alguma sugestão de melhoria para o programa? Qual?					
QUESTÕES SOBRE A ESCALA DE BEM-ESTAR					
1) Como você se sentia antes e como você tem se sentido após a participação no PMM? Esta escala consiste de algumas palavras que descrevem diferentes sentimentos e emoções. Não há respostas certas ou erradas. O importante é que seja a mais sincera possível. Leia cada item e depois escreva o número que expressa a sua resposta no espaço ao lado da palavra, de acordo com a seguinte escala:					
1) Nem um pouco 2) Um pouco 3) Moderadamente 4) Bastante 5) Extremamente 6) Não sei o que significa					
	Antes do PMM	Após o PMM		Antes do PMM	Após o PMM
Alegre			Deprimida		
Amigável			Desanimada		
Compreensiva			Descuidada		
Confiante			Frustrada		
Corajosa			Infeliz		
Divertida			Malvada		
Feliz			Medrosa		
Otimista			Preocupada		
Responsável			Raivosa		
Satisfeita			Rancorosa		
1) Agora você encontrará algumas frases que podem identificar opiniões que você teve e tem sobre a sua própria vida. Por favor, para cada afirmação informe o número correspondente que expresse o mais fielmente possível sua opinião sobre sua vida antes do PMM e após o PMM. Não existe resposta certa ou errada, importará a sua sinceridade.					
1) Discordo plenamente 2) Discordo 3) Não sei 4) Concordo 5) Concordo plenamente					
				Antes do PMM	Após o PMM
Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima dos meus desejos.					
Estou satisfeita com minha vida.					
Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.					
Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.					